



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DIEGO DA COSTA SOARES

**PROBLEMATIZANDO A INSEGURANÇA
ALIMENTAR POR MEIO DO ENSINO DE
HISTÓRIA**

UFRN
JULHO /2024



DIEGO DA COSTA SOARES

PROBLEMATIZANDO A INSEGURANÇA ALIMENTAR POR MEIO
DO ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação de Mestrado apresentado à
Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
como requisito Parcial para a obtenção do título de
Mestre no Programa de Pós-Graduação, Mestrado
Profissional em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Juliana Teixeira Souza

UFRN
2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Soares, Diego da Costa.

Problematizando a insegurança alimentar por meio do ensino de história / Diego da Costa Soares. - 2024.

130f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, Natal, RN, 2024.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Juliana Teixeira Souza.

1. Ensino de História. 2. Regimes Alimentares. 3. Insegurança Alimentar. I. Souza, Juliana Teixeira. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94:37

Elaborado por Ana Luísa Lincka de Sousa - CRB-15/748

PROBLEMATIZANDO A INSEGURANÇA ALIMENTAR POR MEIO DO ENSINO DE HISTÓRIA.

Dissertação apresentada por Diego da Costa Soares ao Programa de Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em...../...../.....

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Juliana Teixeira Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Professora Doutora Margarida Maria Dias de Oliveira– Examinadora Interna
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Professor Doutor Itamar Freitas de Oliveira – Examinador Externo
Universidade Federal de Sergipe.

*Dedico esta pesquisa as minhas filhas e ao meu filho, Érika, Helena e Reno,
razões da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Emmanuelli. Esta conquista é para a nossa família. Obrigado pelo apoio, pelos diálogos e pela força que foram indispensáveis. Tenho um grande amor e uma grande amiga.

As minhas lindas filhas, Érika e Helena, que me dão força sempre para permanecer lutando e acreditando em um mundo melhor.

Ao meu filho Reno, muito obrigado meu filhão.

A meu inesquecível pai, que me ensinou a crítica, tenho muita saudade.

A minha mãe que é exemplo de honestidade e de trabalho a senhora é minha inspiração.

Ao meu irmão um trabalhador brasileiro que acorda cedo e trabalha até tarde.

A minha querida professora orientadora, Juliana Teixeira Souza, que me orientou de forma magistral, fui agraciado por ter a senhora como orientadora. Modestamente gostaria de deixar registrado que a senhora é exemplo a ser seguido, uma intelectual preciosa e uma trabalhadora incansável. A UFRN tem em seus quadros profissionais uma funcionária pública exemplar. Gratidão.

Aos professores do Mestrado, Maria Emília, Margarida Dias, Roberto Airon, Légio Maia, José Evangelista e Maria Inês, que nos trouxeram tanto conhecimento durante esses dois anos, meus sinceros agradecimentos pela convivência rica de conhecimentos.

Ao funcionário do Mestrado, Deyvidson.

Aos meus queridos colegas do Mestrado. Meus agradecimentos a todos eles e elas, pessoas incríveis.

Aos meus queridos alunos e ex-alunos e aos meus colegas da Escola Estadual Alberto Torres. Obrigada por tudo.

As dores do parto

O Brasil foi regido primeiro por uma feitoria escravista, exoticamente tropical, habitada por índios nativos e negros importados. Depois, como um consulado, em que um povo sublusitano, mestiçado de sangues afros e índios, vivia o destino de um proletariado externo dentro de uma possessão estrangeira. Os interesses e as aspirações do seu povo jamais foram levados em conta, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de prosperidade da feitoria exportadora. O que se estimulava era o aliciamento de mais índios trazidos dos matos ou a importação de mais negros trazidos da África, para aumentar a força de trabalho, que era a fonte de produção dos lucros da metrópole. Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RESUMO

A presente dissertação aborda a insegurança alimentar sob uma perspectiva histórica e crítica, a partir da formação do sistema capitalista e das dinâmicas geopolíticas. A pandemia de Covid-19 evidenciou a fragilidade dos sistemas alimentares e a ineficácia das políticas públicas, especialmente no Brasil. Diante desse contexto, discutir a insegurança alimentar em sala de aula não apenas atende às demandas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas também é socialmente relevante. Os objetivos propostos são analisar as contradições entre as garantias legais que colocam a alimentação como um direito humano e a permanência da insegurança alimentar; problematizar o regime de produção alimentar; didatizar as contradições do capitalismo na constituição e funcionamento dos regimes alimentares; desenvolver competências históricas relacionadas ao movimento de pessoas e mercadorias no tempo e no espaço; e estimular a autonomia do pensamento crítico e a construção de valores fundamentais para o exercício da cidadania entre os estudantes. A pesquisa utiliza escritos de E.P. Thompson sobre economia moral e de Philip McMichael sobre regimes alimentares para explorar as relações entre produção alimentar, mercado e insegurança alimentar. O produto educacional proposto consiste em materiais teóricos, iconográficos e atividades práticas destinadas a envolver os alunos na análise e reflexão sobre a questão da insegurança alimentar, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Regimes alimentares. Insegurança alimentar.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic highlighted the fragility of food systems and the ineffectiveness of public policies, especially in Brazil. Given this context, discussing food insecurity in the classroom not only meets the demands of the National Common Curricular Base (BNCC), but is also socially relevant. It is necessary to analyze the contradictions between the legal guarantees that place food as a human right and the persistence of food insecurity. Furthermore, it is imperative to problematize the food production regime as it relates to food insecurity and the global economic systems that were formed from the commodification and financial speculation of food.

This dissertation addresses food insecurity from a historical and critical perspective, highlighting its roots in the capitalist system and geopolitical dynamics. Stimulate the autonomy of critical thinking and the construction of fundamental values for the exercise of citizenship. Didacticize the contradictions of capitalism in the constitution and functioning of food regimes and their impacts on food insecurity.

Promote the construction of knowledge on a contemporary topic on a local and global scale. Develop historical skills related to the movement of people and goods through time and space.

The research uses authors such as E. P. Thompson and Philip McMichael to explore the relationships between food production, the market and food insecurity. It also discusses the relevance of the concept of moral economy and the importance of government policies and Human Rights.

The proposed educational product consists of theoretical and iconographic materials and practical activities designed to involve students in analyzing and reflecting on the issue of food insecurity, contributing to the formation of critical and aware citizens.

KEYWORDS: History Teaching. Dietary regimes. food insecurity

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular.

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

COPOM - Centro de Operações da Polícia Militar de Minas Gerais.

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

DUDH- Declaração Universal dos Direitos Humanos.

FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.

MPA- Movimento dos pequenos agricultores.

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra.

OMS- Organização Mundial da Saúde.

ONU- Organização das Nações Unidas.

OPSAN- Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição.

OXFAM- Oxford Committee for Famine Relief (Comitê de Oxford para Alívio da Fome).

PAT- Programa de alimentação do trabalhador.

PIB- Produto Interno Bruto.

PIDESC- Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PNS- Programa Nacional de Saúde.

SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

SUS- Sistema Único de Saúde.

TCTS- Temas Contemporâneos Transversais.

UNICEF – Fundo da Nações Unidas para a Infância.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 INSEGURANÇA ALIMENTAR: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA.....	24
1.1 Revisando a produção do ProfHistória.....	24
1.2 Insegurança alimentar: um tema contemporâneo	35
1.3 A dimensão escolar e o local do problema da insegurança alimentar	44
2 REGIMES ALIMENTARES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	51
2.1 A Revolução Industrial, os impérios coloniais e a produção de <i>commodities</i>	51
2.2 A inserção do brasil nos regimes alimentares	68
3 REGIMES ALIMENTARES E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	78
4 CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

No dia 02 de agosto de 2022, em uma terça feira, o telefone número 190 do Comando do Policiamento Militar do Estado de Minas Gerais (COPOM-MG), localizado na capital desse Estado da Federação, recebeu um pedido de socorro oriundo de um jovem. Ele informou ao policial que o atendeu que sua família estava passando por insegurança alimentar¹. Prontamente, foi deslocada uma viatura da PM/MG para averiguar a situação e constatar que o relato constituía a mais pura verdade. Uma mãe e seus filhos estavam sofrendo com a insegurança alimentar. Há dias eles ingeriam apenas água, fubá e farinha. O comandante da guarnição relatou na matéria jornalística que, em vinte e quatro anos de serviço policial, nunca tinha se deparado com situação semelhante à que encontrou ao se deslocar até o cumprimento de determinação do COPOM- MG.

Nessa mesma reportagem, além do fato descrito aspectos envolvendo concepções de trabalho, renda e acesso a gêneros de primeira necessidade também foram expostos. Nos relatos que chegaram à imprensa, chama atenção a pergunta realizada pelo policial que atendeu a ligação do adolescente: “Sua mãe não trabalha, não?”. Quando foi entrevistada pela repórter que produziu a matéria, a mãe do jovem procurou justificar a pauperização de sua família: “Eu estava desesperada, não estava aguentando mais ver aquela situação, e nem também pedir, porque se você pedir, as pessoas acham que você está com preguiça, que você não quer trabalhar, e eles não entendem a situação” (Menino [...], 2022). Ainda na reportagem, acima descrita, a reportagem informou que a mãe de família é técnica em segurança e que, após a pandemia de Covid-19, perdeu o emprego.

Ao ler a justificativa da Sra. Célia Barros, com profissão definida e experiência profissional, observamos um sentido moral. Também podemos entender que aquela família se encontrava em uma situação considerada pela própria chefe de família como constrangedora, expressa pelo desespero do filho em buscar a Polícia Militar para pedir ajuda para subsistir. Até o dia do fechamento da matéria jornalística, não havia promessa de trabalho e renda. Diante do quadro, os policiais que atuaram na ocorrência adquiriram alimentos básicos para, pelo menos temporariamente, garantir refeições dignas à família.

¹ De acordo com definição disponível em matéria no *site* da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), insegurança alimentar moderada pode ser entendida da seguinte maneira: “[...] um estado de incerteza sobre a capacidade de obter alimentos; risco de pular refeições ou ver comida acabar; sendo forçado a comprometer a qualidade nutricional e/ou quantidade dos alimentos consumidos. ficar sem comida; fome experimentada; no extremo, ficar sem comer por um dia ou mais” (SOFI [...], 2020, n. p.).

A pobreza em seu aspecto mais perverso, a insegurança alimentar, permanece envergonhando mais a vítima do que a sociedade. A insensibilidade social com relação à extrema pobreza, demonstra diferentes modelos de entendimento sobre as relações sociais, distribuição de riqueza ou mesmo a compreensão sobre as causas da pobreza, a ideia da existência de meritocracia em termos, acesso ao mercado de trabalho e renda.

As reportagens sobre o fenômeno da insegurança alimentar ganharam ênfase desde o ano de 2021. Foi nesse ano que uma matéria ganhou grande repercussão, tratando da existência de uma fila para obtenção de ossos e carcaças de gado, que antes eram descartadas, mas que agora serviam de alimento para muitas pessoas na cidade de Cuiabá/MT. Importante ressaltar que o Mato Grosso é reconhecido como grande produtor de carne bovina. Ainda sobre essa última reportagem, a matéria afirmou ser estimado que dezenove milhões de pessoas estavam acordando no Brasil sem ter o que comer (Fila [...], 2021).

As notícias sobre a insegurança alimentar no Brasil informam que essa situação vitimiza pessoas nos mais variados espaços, desde os urbanos até os rurais. Em reportagem do Jornal EXTRA, foi noticiado que, no Rio de Janeiro/RJ, um caminhão que recolhe a carne, ossos, pelanca, ou seja, o descarte de supermercados, era aguardado avidamente por várias pessoas das mais variadas idades. Segundo a reportagem, essas pessoas faziam uma espécie de garimpo para obter proteína, que era consumida sob a justificativa de ser a única fonte acessível (De Souza; Sabóia, 2021).

Em outra reportagem realizada pelo G1, relatou-se que em algumas escolas, após seus profissionais observarem a necessidade alimentar de alguns de seus estudantes e familiares, começaram a doar parte da alimentação escolar para que as alunas e os alunos os levassem para casa, de forma que, de alguma maneira, pudessem contribuir para a subsistência de algumas famílias e estimular a permanência desses estudantes na escola (Carrança, 2021; Tenente, 2022).

Na região Nordeste, também foram noticiadas situações extremas que mostram o desespero das pessoas para sanar a insegurança alimentar. Em Fortaleza, capital do Ceará, houve registros de pessoas buscando por restos de alimentos em um caminhão que recolhe o lixo das casas. Ao longo da reportagem, foi dito que os catadores anteriormente buscavam material reciclado para posteriormente ser vendido, mas agora a busca é por comida para saciar a fome. Ainda nessa reportagem encontramos um relato técnico científico da Sra. Elisabetta Recine, do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade de Brasília (OPSAN), o qual reforça a necessidade de

acesso a nutrientes para o desenvolvimento pleno das crianças, principalmente em razão da rapidez em que crescem e desenvolvem seus corpos (Xerez, 2021).

No Rio Grande do Norte, foi registrado o consumo de lagartos e de partes de gado que normalmente eram deixados “[...] para os urubus ou cachorros” (Moura, 2021, n. p.). A seca é tradicionalmente apontada como uma causa importante dos casos de insegurança alimentar na região, além da carestia e da falta de dinheiro dos moradores das cidades citadas na reportagem, as quais foram as cidades de Senador Elói de Souza e São Paulo do Potengi. Importante asseverar que as famílias entrevistadas recebem recursos do Programa Bolsa Família, mas ocorre que os valores eram irrisórios R\$170,00, insuficientes frente aos preços cobrados pelos alimentos nas feiras e supermercados da região. De acordo com o narrado pelo Sr. Adailton, 52 anos, o auxílio recebido “[...] não dá pra nada” (Moura, 2021, n. p.).

É inegável que situações extremas como fenômenos climáticos radicais, proliferações de doenças, guerras e catástrofes diversas, invariavelmente são acontecimentos que causam insegurança alimentar em maior ou menor escala em populações de todo mundo, principalmente nas sociedades nas quais os estoques estratégicos não são mantidos com quantidades de alimentos suficientes para manter o preço em condições acessíveis para a população de baixa renda. Nas matérias jornalísticas acima descritas, a principal causa para a ocorrência da insegurança alimentar, a partir do ano de 2021, foi a pandemia de Covid-19, a qual, devido ao confinamento, teria causado recessão econômica, aumento da inflação, desemprego e descapitalização de muitas famílias. O que se viu foi que o Estado brasileiro não estava preparado para o que estava por vir, de modo que a repercussão da ineficiência das políticas públicas na sociedade como um todo e, especificamente, nas escolas, foram dramáticas (Vasconcelos, 2020).

Discutir o problema da insegurança alimentar em sala de aula é relevante não apenas do ponto de vista social, como também no que se refere ao atendimento das atuais demandas do currículo escolar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ressalta a importância de incorporar nos currículos a abordagem de temas atuais ou de preocupação permanente, os quais impactam a vida humana, de forma que possibilitem a discussão e a compreensão em sala de aula de fenômenos que ocorrem na realidade local ou mesmo global, utilizando para isso a importância dos direitos humanos na produção de

conhecimento nas ciências humanas abordando, dentre outros aspectos, o respeito à dignidade da pessoa humana.²

O tema abordado nessa dissertação está vinculado à parte da BNCC que trata sobre os Temas Contemporâneos Transversais³ (TCTs). Estes possibilitam ao professor uma flexibilidade na composição e na integração de assuntos que não estão listados entre os objetos de conhecimento. Tal possibilidade deve seguir os princípios gerais que norteiam a educação brasileira.

Nesse sentido, a própria BNCC já conduz a escolha de temas contemporâneos e/ou necessários para serem desenvolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Especificamente quanto ao tema da insegurança alimentar, ele se relaciona aos aspectos transversais aos Direitos Humanos e, também, é relativo a uma abordagem que elabore reflexões sobre aspectos relacionados à “[...] vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho” (Brasil, 2017, p. 21-22).

Neste trabalho, a contribuição pretendida para a nossa área de conhecimento é a abordagem desses temas contemporâneos, problematizando a insegurança alimentar numa perspectiva histórica. Necessário destacar que a abordagem sobre insegurança alimentar apresentada nesta dissertação é original, não havendo no âmbito do PROFHISTÓRIA outros esforços no sentido de didatizar historicamente a insegurança alimentar como resultado da exclusão promovida pelo capitalismo⁴ e pelas dinâmicas geopolíticas⁵ na produção de alimentos. Propomos que os debates sobre desigualdade

² Já em seu primeiro artigo, mais precisamente no Inciso III da Constituição Federal Brasileira, encontramos listado como princípio fundamental da República a “[...] dignidade da pessoa humana” (Brasil, 1988, n. p.). Ocorre que seu conceito se encontra em disputa na contemporaneidade uma vez que encontramos vasta discussão, por vezes realizada entre grupos contrários, podemos citar as discussões sobre o aborto. Na jurisprudência nacional, utiliza-se, para justificar decisões de pedidos contra o Estado para arcar com custos de tratamentos ou medicamentos em que não estão listados em lei. No nosso caso está vinculado ao Direitos Humanos a Alimentação Adequada.

³ Os TCTs buscam uma contextualização do que é ensinado, trazendo temas que sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu desenvolvimento como cidadão. O grande objetivo é o estudante não terminar sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também seja capaz de reconhecer e de aprender sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade (Brasil, 2019).

⁴ Capitalismo como conjunto de comportamentos individuais e coletivos, atinentes à produção, distribuição e consumo dos bens. Embora esta peculiaridade tenha sido e continue sendo objeto de controvérsia histórica, cultural e sociológica, podemos elencar algumas características que distinguem o capitalismo dos outros modos históricos de produção. Estas são: a) propriedade privada dos meios de produção, cuja ativação necessita da presença do trabalho assalariado formalmente livre; b) sistema de mercado baseado na iniciativa e na empresa privada, não necessariamente pessoal; c) processos de racionalização dos meios e métodos diretos e indiretos para a valorização do capital e para a exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucro (Bobbio, 2014).

⁵ Após vários anos de recusa de foros de cidadania entre as ciências sociais, por fim, o estudo dos fatores geográficos voltou a ser visto em sua relação com os fenômenos políticos. A análise das relações

social e suas consequências sejam revisitados no âmbito das pesquisas em ensino de História, enfatizando a permanência histórica de problemas sociais, bem como enfatizando as transformações ocorridas ao longo do tempo, as quais envolvem produção e distribuição de riquezas e incidem sobre as experiências cotidianas da comunidade escolar.

Dito isso, a presente dissertação tem como objetivo geral estimular a autonomia do pensamento crítico⁶ e a construção de valores fundamentais para o exercício da cidadania. Quanto aos objetivos específicos, busca-se didatizar as contradições do capitalismo na constituição e funcionamento dos regimes alimentares⁷ e seus impactos na insegurança alimentar, promover a construção de conhecimento sobre um tema contemporâneo em escala local e global e desenvolver competências históricas relacionadas ao movimento de pessoas e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos a partir de valores sociais e historicamente estabelecidos como a solidariedade⁸, dignidade humana e justiça social⁹ (Brasil, 2017).

Tendo em vista os relatos jornalísticos de insegurança alimentar e de observações no cotidiano escolar, faz-se necessário analisar as contradições entre as garantias legais que colocam a alimentação como um direito humano, de um lado, e a permanência da insegurança alimentar, de outro. Além disso, mostra-se imperioso problematizar o regime de produção alimentar no que ele se relaciona à insegurança alimentar e aos sistemas econômicos globais que se formaram a partir da mercantilização e da especulação financeira do alimento.

Obviamente, não se pretende discutir exaustivamente em sala de aula aspectos estruturais da produção alimentar, e sim apontar contradições mais evidentes e apresentar

internacionais do último decênio dirigiu novamente a sua atenção para variáveis como ambiente físico, distância, recursos, dentre outros fatores, os quais, hoje, por toda parte, são chamadas de variáveis ecológicas ou de ambiente não-humano (Bobbio, 2014). Estendendo essa compreensão, tais preocupações quanto à soberania alimentar estão intrinsecamente relacionadas a aspectos geográficos, políticos, econômicos e militares.

⁶ A análise crítica aqui pensada como forma de percepção de problemas sociais como a insegurança alimentar e a compreensão dos fenômenos sociais que mantem a insegurança alimentar (Freire, 1987, p.65).

⁷ De acordo com McMichael (2016) os regimes alimentares surgiram com o desenvolvimento do capitalismo a partir do século XIX, transmitindo, para a produção de alimentos, características inatas ao sistema capitalista, tais como: livre comércio, rebaixamento de economias à condição de produtoras de gêneros alimentícios e, gradualmente, estabelecendo uma geopolítica alimentar.

⁸ Valor social baseado na sensibilização do sofrimento alheio de um indivíduo ou de uma coletividade e que gera ações para sanar as razões do sofrimento imediatamente. (Torres, 2013, p. 312 a 314)

⁹ A igualdade tem um conceito baseado no tempo de sua concepção e na lupa teórica utilizada. Utilizamos conceito formal para demonstrar que existem leis e princípios que garantem a segurança alimentar. Todavia, também realizamos uma crítica à igualdade formal ao longo da dissertação ao refletirmos sobre os limites da igualdade legal em um país subdesenvolvido e com gigante concentração de riquezas. (Fisher, 2020, p.129)

relações entre a produção alimentar, mercado e renda, por exemplo. Essa análise possibilitará aos estudantes desenvolver competências para produzir de forma autônoma uma compreensão crítica de algo essencial à vida e ao desenvolvimento individual e coletivo.

Desde a pandemia do Covid-19, frente ao drama da insegurança alimentar, tenho me perguntado: como o componente curricular História pode auxiliar na compreensão desse fenômeno da insegurança alimentar? Para começar, busquei autores cujos trabalhos reflitam sobre o dilema entre produção alimentar e insegurança alimentar a partir do surgimento dos regimes globais de produção alimentar e analisem seus objetivos econômicos, geopolíticos e sociais. O que buscava era entender as relações que mantêm parte significativa da população brasileira e de muitos outros países em insegurança alimentar, ou o inverso, o que gera segurança alimentar em uma sociedade como também quais são as relações globais ou locais interferem nessa condição. Esse conteúdo tem um passado, decisões, interesses, dominações, seja o colonialismo¹⁰ de outrora, ou o liberalismo¹¹ atual, temas que a disciplina de História pode abordar e problematizar para ajudar na compreensão desses sistemas e de como interferem na realidade dos estudantes.

Nas Ciências Humanas, a naturalização do fenômeno da insegurança alimentar tem sido combatida, partindo-se da compreensão de que a produção e a distribuição de alimentos são definidas por decisões humanas, pelas relações de poder e pelos interesses políticos, socioeconômicos e mesmo culturais. Por essa razão se justifica a utilização do termo fenômeno para o entendimento da insegurança alimentar, principalmente após o século XIX, conforme veremos ao analisar a formação de regimes alimentares globais. Já o conceito de regimes alimentares será considerado a partir das contribuições de Philip McMichael (2016), que serão retomadas e discutidas ao longo do texto.

Também é importante considerar que nem sempre o avanço tecnológico ou o acúmulo de conhecimento sobre a natureza impede que períodos mais auspiciosos sejam alternados com crises de escassez ou de aumento exacerbado no valor dos alimentos. Nas

¹⁰ O colonialismo tem o seu tempo histórico. Utilizamos o seguinte entendimento: “o Colonialismo transforma-se num método de organização da produção baseado na exploração de uma força de trabalho privada de direitos políticos e sociais no âmbito do Estado colonial, um método, ao mesmo tempo, de conquista de mercados monopólicos, tanto para os produtos industriais europeus como para o investimento de capitais” (Bobbio, 2014, p. 183).

¹¹ De acordo com Silva, O liberalismo, em sua forma atual rebatizada de neoliberalismo, é a ideologia política do mundo globalizado. É ele que advoga a favor da abertura de mercados, do livre fluxo de capitais e dos investimentos privados, da redução das responsabilidades sociais do Estado e da própria diminuição deste como mecanismo administrativo (tido em geral como dispendioso e antieconômico) em nome da privatização (Silva, 2009, p.261).

sociedades modernas e contemporâneas, historiadores e geógrafos têm mostrado que a ocorrência da insegurança alimentar depende mais de decisões políticas e econômicas do que de crises ambientais, gerando reações e entendimentos diversos ao longo do tempo a depender da sociedade na qual ocorreu o fenômeno da insegurança alimentar.

Considerando essa diversidade de fatores que incidem sobre as reações populares às crises de escassez e carestia, a discussão proposta por E. P. Thompson (1998) para o conceito de economia moral, acrescentando uma dimensão cultural para a compreensão do fenômeno da insegurança alimentar, será outra contribuição no aporte conceitual desse trabalho. A revolta contra as crises sociais e contra a dificuldade de subsistência está relacionada a uma concepção de justiça e direitos. Até mesmo em momentos de dificuldades, as comunidades se voltam para uma espécie de reserva cultural a fim de definir atitudes egoísticas e contra a coletividade, estipulando inclusive punições para esses atos.

Tal economia moral, para Thompson, está às voltas com a formação da compreensão de justiça baseada em práticas sociais estabelecidas ao longo do tempo e constituídas socialmente. O cumprimento de costumes e tradições ou, contrariamente, o descumprimento de acordos sociais que fazem parte das relações estabelecidas entre essas populações, seus governantes e os personagens que atuam na promoção da segurança alimentar ou que interferem nessa, são catalisadores da insatisfação da sociedade, sobretudo em momentos de crise. Essas mudanças, as quais trazem um sentimento de insegurança, partem de cima para baixo.

De acordo com Thompson, uma das principais causas de revoltas é a mudança repentina dos acordos estabelecidos:

A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. Esses pertencem ao povo, e alguns deles se baseiam realmente em reivindicações muito recentes (Thompson, 1998, p. 19-20).

A simples visão “espasmódica”, ou seja, de relação direta entre a insegurança alimentar e as revoltas, é incompleta no sentido de estabelecer uma relação direta entre insegurança alimentar e motins, por exemplo. Os costumes e as tradições, ou melhor, as mudanças promovidas pela modernização nas relações comerciais é o que traz

insatisfação, está motivada pelo descumprimento de tradições culturais, o que possibilita insurreições populacionais. A economia moral, conforme descrita por Thompson, configura-se como uma ação política mesmo quando busca conservar a tradição com base no paternalismo das autoridades, o que, em última análise, tornava essas autoridades comprometidas em assegurar as necessidades básicas do povo, incluindo a distribuição de alimentos que garantissem a subsistência.

Todavia, conforme Thompson descreveu, uma nova tendência surge a partir da “liberdade ilimitada e irrestrita do comércio de cereais” (Thompson, 1998, p. 162), pleiteada por Adam Smith, cuja defesa de um novo modelo baseado no mercado livre desregulamentado impunha-lhe a crença de, naturalmente, estabelecer o bem comum.

Segundo alguns defensores desse modelo, o que impediria seu sucesso seria a interferência do Estado e do preconceito popular, ou seja, os costumes e tradições. Mesmo após o avanço da nova economia política e o declínio da antiga economia moral, a escassez e a carestia continuaram gerando tensões entre a população, os governantes e o mercado. Como afirma E. P. Thompson: “a escassez sempre causa um profundo choque psíquico nessas comunidades. Quando é acompanhada da consciência das desigualdades e da suspeita de ser manipulada, o choque se transforma em fúria” (Thompson, 1998, p. 201).

Na medida em que as relações entre a população, os governantes e o mercado se tornam uma espécie de fiel na balança, entre a resignação para situações de insegurança alimentar ou de revoltas locais ou generalizadas, Thompson, aponta para a importância de compreendermos, nesses contextos, o que se consideram práticas legítimas e ilegítimas do mercado, assim como quais são os deveres dos governantes, sobre os quais a tradição paternalista tem peso significativo.

Essa tradição, de acordo com Thompson, também sofre influência de uma cultura escrita, que se difunde entre as várias classes sociais com um possível avanço da escolarização e da didatização da realidade vivida. Tal possibilidade preocupa aqueles que dominam o *status quo* e que reconhecem que a problematização e o conhecimento são formas de percepção da pobreza e, especificamente, da insegurança alimentar através de uma relação de contraste com outras realidades, podendo iniciar assim crises e revoltas sociais. Como E. P. Thompson explica:

Para que a sociedade seja feliz e o povo tranquilo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que grande parte dele seja ignorante e pobre. O conhecimento não só amplia como multiplica nossos desejos [...]. Portanto, o

bem-estar e a felicidade de todo Estado ou Reino requerem que o conhecimento dos trabalhadores pobres fique confinado dentro dos limites de suas ocupações e jamais se estenda (em relação às coisas visíveis) além daquilo que se relaciona com sua missão. Quanto mais um pastor, em arador ou qualquer outro camponês souber sobre o mundo e sobre o que é alheio ao seu trabalho e emprego, menos capaz será de suportar as fadigas e as dificuldades de sua vida com alegria e contentamento (Thompson, 1998, p. 15).

Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra tradição, o costume era um campo de disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Ao me deparar com notícias de insegurança alimentar no interior das escolas e vivenciar essa situação na minha própria experiência como professor de história, entendo a necessidade de se produzir conteúdo com informações sobre as condicionantes historicamente constituídas que impedem que, de fato, os Direitos Humanos e as leis locais consigam, por si só, impedir a ocorrência da insegurança alimentar.

Apresentar um conteúdo descritivo apenas é insuficiente para reconhecer a importância da disciplina de História como forma de compreender a realidade de muitos que passam por insegurança alimentar. Mediar as próprias experiências das alunas e dos alunos a partir das suas vivências pessoais e coletivas, de suas relações com o mundo em que vivem, contrastando-as com as garantias legais sobre o Direito à Alimentação Adequada, bem como com as relações de produção e de mercantilização de alimentos, possibilita um diálogo crítico e autônomo com o fenômeno estudado, o que me parece ser a forma mais produtiva de se produzir um conhecimento histórico sobre o fenômeno estudado.

Dessa forma, ao longo desta dissertação, trataremos da importância de políticas governamentais surgidas a partir dos anos de 1990, as quais sedimentaram uma tradição no que diz respeito às ações do Estado no combate à insegurança alimentar, sejam elas programas sociais de fornecimento de alimentos, sejam elas políticas de transferência de renda. Apesar da ideologia que estiver à frente do Governo Federal, a permanência dos programas sociais é uma exigência de parte significativa da população, refletindo-se nas escolhas políticas durante os períodos eleitorais. Com isso, observamos que a sociedade tem conhecimento da importância dos programas sociais e reconhece a obrigação do Estado no combate à insegurança alimentar. No entanto, ações de ordem privada interferem na permanência da segurança alimentar, de modo que a reflexão histórica e o desenvolvimento de conteúdo crítico sobre essas ações que confrontam o Direito à Alimentação é de suma importância para o desenvolvimento de escolhas políticas para além dos programas sociais.

A fim de promover a compreensão acerca da produção e da mercantilização de alimentos, pretendo desenvolver a didatização do conceito de sistemas globais de produção, ocorrido a partir do século XIX, com o neocolonialismo, seguindo as mudanças globais promovidas pelo capitalismo até o final do século XX e início do século XXI.

A formação desses sistemas globais, de acordo com McMichael, envolve o conceito de regimes alimentares, o qual sintetiza, ao longo dos séculos, sistemas hegemônicos¹² de produção e de venda de alimentos. Ainda, a demanda por conhecimento mínimo acerca das questões que envolvem a produção e a distribuição de alimentos possibilita reconhecer algumas particularidades do sistema capitalista, sua dinâmica e a mercantilização de bens essenciais à vida, conforme explica McMichael:

Assim como o capitalismo, o regime alimentar assume várias formas históricas. Na realidade, o capitalismo em si é um regime alimentar, na medida em que sua reprodução depende do suprimento de produtos alimentícios necessários à reprodução (econômica) de sua força de trabalho. Isso implicou a conversão do alimento e da agricultura em relações de mercadoria, o que, além de baratear o primeiro também insere ambos em uma lógica das estratégias de investimento. Recentemente, essas estratégias passaram a incluir a especulação no mercado futuro do agroalimento com efeitos inflacionários (McMichael, 2016, p. 37).

Além do conteúdo teórico que apresenta contribuição na didatização do processo de produção de alimentos e parte da complexidade das relações entre mercados globais, colonialismo, hegemonia e insegurança alimentar, é necessário atrelar esse conhecimento à construção de valores para que o conhecimento se torne conteúdo passível de um processo de didatização que também contribua para a formação cidadã. Conforme Freitas (2016), devemos partir de valores antecipadamente compreendidos e aceitos para, posteriormente, trabalhar o conteúdo crítico da realidade estudada. Longe de ser um fenômeno circunstancial, neste trabalho a insegurança alimentar é analisada também em decorrência da ausência de políticas públicas que efetivamente assegurem o acesso de parte da população à aquisição de alimentos adequados e em quantidade suficiente.

Ao pensarmos em valores, naturalmente nos atrelamos aos Direitos Humanos, que ontologicamente foram constituídos a partir de concepções baseadas em valores eleitos historicamente para fazer parte de um conceito maior, qual seja, o de dignidade da

¹² O conceito de hegemonia não é, portanto, um conceito jurídico, de direito público ou de direito internacional. Ele implica, antes, uma relação interestatal de potência, que prescinde de uma clara regulamentação jurídica. Segundo este critério, poder-se-ia definir a hegemonia como uma forma de poder de fato que, no continuum influência-domínio, ocupa uma posição intermédia, oscilando ora para um ora para outro polo (Bobbio, 2014).

pessoa humana. Se, incondicionalmente, os direitos humanos através de seus diplomas legais devem ser cumpridos, sendo uma obrigação de toda a sociedade, na prática eles ainda estão inseridos numa área de grande disputa. Sendo assim, ao apontar os valores reconhecidos socialmente e inatos aos Direitos Humanos, são possíveis a naturalização e uma maior compreensão de seus ideais.

No que diz respeito àquilo que é exigido das dissertações frutos do Mestrado Profissional em Ensino de História, tem-se o produto didático. Este deve servir como material de apoio para o professor ou, pelo menos, deve possibilitar uma utilização como conteúdo a ser aplicado pedagogicamente em sala de aula. Assim, é fundamental compreender o conceito de espaço escolar, bem como sua dinâmica e pluralidade, inclusive para fazer adaptações teórico-conceituais bem como no produto em si.

Ao definir o conceito de espaço escolar, portanto, Margarida Dias de Oliveira (2013) não o restringe ao espaço físico da escola. Ela destaca as relações existentes entre esse espaço e os sujeitos que nele atuam de forma direta e indireta, sejam eles membros do corpo discente, docente, funcionários, pais, mães e até mesmo os materiais didáticos, seus usos, implicações legais e métodos pedagógicos utilizados. Concluímos que os espaços escolares não são uniformes e nem estáticos, pois em cada instituição educacional a realidade é produzida a partir das relações entre todos os elementos que os compõem.

Mesmo com um currículo oficialmente padronizado, interesses diversos e particularidades presentes em cada espaço escolar desenvolvem interesses, objetivos e resultados específicos. Dessa forma, é preciso considerar o contexto social e cultural dos estudantes, bem como suas experiências e conhecimentos prévios a fim de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e eficaz.

A complexidade do espaço escolar não deve gerar angústias e incertezas. Pelo contrário, compreendê-la deve ser incentivado, uma vez que parte do docente a inserir no processo ensino-aprendizagem. Isso pois limitar uma disciplina a conteúdos previamente destacados, os quais possuem nenhuma ou pouca relação com a vida do estudante pode trazer, no mínimo, estranheza e afastamento aos planejamentos propostos.

Retomando, as contradições entre os direitos constituídos historicamente e sua eficácia no plano real demonstram a necessidade de uma ação mais ativa da sociedade por meio de uma problematização da compreensão dos processos políticos e econômicos que levam à permanência ou à superação de gravíssimos problemas sociais. Nesse sentido, proponho elaborar um produto que problematize a ocorrência da insegurança alimentar numa perspectiva histórica.

Assim, a proposta de intervenção compreende um produto¹³ que promova um debate sobre subsistência alimentar como um fenômeno histórico, o qual, a despeito dos fenômenos naturais, das decisões políticas e sociais, é fundamental para a ocorrência da insegurança alimentar ou sua gravidade frente as populações vulneráveis. Também serão abordadas as relações entre a mercantilização do alimento, a extrema pobreza e a renda familiar e as contradições com a normatização que aponta o alimento como um Direito Humano.

Esta dissertação será composta por três capítulos. No primeiro capítulo, apresentarei uma revisão bibliográfica das dissertações realizadas no ProfHistória, cujos objetos de pesquisa foram a alimentação e sua produção. Ainda no primeiro capítulo, discutirei acerca dos aspectos legais sobre o Direito à Alimentação, além de debater sobre democracia e salário. Ademais, discutirei sobre a importância do tema voltado para uma compressão do espaço escolar, da alimentação escolar e sua relação com a agricultura familiar.

No segundo capítulo, apresentarei um debate teórico sobre os regimes alimentares que foram constituídos a partir do século XIX após a Revolução Industrial e a hegemonia do Império Britânico. Também apresentarei a compreensão da financeirização do alimento a partir das *commodities* e as contradições entre isso e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Como contraponto à permanência de insegurança alimentar, discutirei sobre o conceito de soberania alimentar.

Por fim, o produto será composto de conteúdos teóricos, iconográficos e de atividades que pretendem problematizar a insegurança alimentar através da análise de acontecimentos e da produção de conteúdo material pelos alunos e alunas. O produto apresentado nesta dissertação também pretende motivar as turmas a refletirem e produzirem respostas às crises alimentares.

¹³ “Sequências didáticas, que podem ser adequadas aos planos de aula dos professores e estudantes de licenciatura, e recursos didáticos produzidos com informações coletadas em fontes histórica”(Souza; OLIVEIRA, 2021, P.6)

1. INSEGURANÇA ALIMENTAR, UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DO ENSINO DE HISTÓRIA

1.1 REVISANDO A PRODUÇÃO DO PROFHISTÓRIA

As temáticas escolhidas e trabalhadas, nas pesquisas realizadas no mestrado profissional de História, devem ser gestadas a partir das experiências e observações ocorridas no chão da escola. Nesse sentido, a título de investigação bibliográfica sobre o que já fora produzido no Mestrado Profissional em Ensino de História, é necessário focar na temática abordada nesta dissertação para que se possa apresentar alguma contribuição original, além de conhecer o que já foi produzido pelos mestrandos e mestrandas que defenderam dissertações sobre o tema aqui trabalhado.

Assim, inicialmente realizei uma pesquisa no Banco de Dados do Site Oficial do Profhistória utilizando como descritores as palavras “Segurança Alimentar”. Como resultado da busca, apresentou-se apenas uma dissertação escrita pela professora Cyntia da Silva Coelho, cuja análise será realizada a seguir.

Em seguida, utilizando como descritor a palavra “Alimentação”, apresentaram-se cinco dissertações, sendo que uma delas não tem relação alguma com o tema aqui dissertado, uma vez que é voltada para aspectos da tradição inventada. Por essa razão, o trabalho de José Antônio Gonçalves (2022), intitulado “Quando se inventam as tradições: a criação do carneiro no buraco como prato típico de Campo Mourão – PR”, não será objeto de análise neste capítulo.

A insegurança alimentar, como tema axial na pesquisa e na constituição do produto final, foi abordada em quatro dissertações defendidas no programa Profhistória. Nestas, o tema “alimentação” foi de alguma forma problematizado, promovendo-se o adensamento da reflexão acerca do conhecimento produzido. A seguir, observo a singularidade de cada trabalho, bem como a originalidade e as competências pedagógicas presentes nos produtos apresentados.

Em geral, pode-se afirmar que a alimentação foi um tema pouquíssimo pesquisado. Também foram pouco problematizados os temas envolvendo produção alimentar e até mesmo os aspectos culturais da alimentação. especialmente se considerarmos que o Mestrado Profissional em Ensino de História, iniciado em 2012 a partir da iniciativa de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atualmente está presente em universidades de todo o Brasil, tendo em alguns estados da federação mais de um programa em atividade. Mesmo com a diminuição de políticas

públicas voltadas para o combate à insegurança alimentar que impactou parte da sociedade brasileira, principalmente a partir de 2019, não ocorreu aumento de preocupação ou reflexão significativa sobre o tema, entre os pesquisadores que participaram do Profhistória.

Em 2018, foi defendida por Adriana Sassi de Oliveira, professora de História em duas escolas localizadas na cidade de Santa Maria/RS, a dissertação cujo produto foi pensado para uma turma de 7º ano do ensino fundamental e outra turma de 1º ano do ensino médio. A dissertação tem como objetivo aproximar os temas estudados na sala de aula à realidade das turmas, relacionando passado e presente a partir de hábitos alimentares e comparando alimentos consumidos atualmente com os que eram consumidos na Europa medieval. O produto A proposta apresenta um conteúdo que compara dietas e culturas alimentares para que alunas e alunos, através de uma “memória de aula”, utilizando um conteúdo escrito, descrevam as experiências alimentares vivenciadas no seu cotidiano e as impressões de degustar alimentos também consumidos no período medieval.

Assim, Oliveira trabalhou com os conteúdos de Idade Média europeia, técnicas agrícolas e percepção de mudanças no consumo alimentar ao longo do tempo por meio de uma vivência desenvolvida em sala de aula na qual a professora contrapôs métodos tradicionais de leitura e memorização de conteúdo. Isso foi feito com a finalidade de, conforme afirmou a autora, demonstrar que a alimentação é responsável pela manutenção da vida e pode ser utilizada como ferramenta para o estudo da História. O trabalho, então, foi pensado a partir da percepção de que a alimentação permite o contato com a realidade das e dos estudantes, suas receitas familiares e seus hábitos regionais; tudo isso fazendo parte da identidade cultural.

De acordo com a autora, na pesquisa foram realizadas análises empíricas e qualitativas. Após a leitura de conteúdo de história da alimentação no medievo europeu, ela coletou dados através da descrição dos hábitos alimentares das turmas e de suas famílias, como, por exemplo, registros de receitas familiares. Em um segundo momento, a autora propôs um debate sobre o que permaneceu e o que foi modificado nos hábitos alimentares presentes na Idade Média e no cotidiano das alunas e dos alunos. Na introdução de seu trabalho, Oliveira defendeu que a temática da alimentação possibilita uma aproximação do estudante entre os conteúdos escolares, uma vez que se percebem permanências e mudanças ocorridas ao longo do tempo.

A dissertação ora analisada se aproxima de uma investigação de hábitos alimentares que estão presentes em todas as sociedades humanas, independentemente do período estudado. Há uma pluralidade de culturas e de histórias por trás de cada receita, o que possibilita compreendê-las tanto como formas de socialização, quanto como práticas religiosas e símbolos de poder. Além disso, a autora dialogou com outras ciências que não a história, a exemplo da antropologia, principalmente quanto aos aspectos culturais.

Apesar de a autora ter escolhido anos escolares diferentes para aplicar o produto de sua pesquisa, alguns conteúdos se repetem. Inclusive, foi por isso que a autora escolheu os anos escolares acima expostos.

Dessa forma, para ilustrar alguns hábitos medievais, a autora utilizou os seguintes materiais pedagógicos: slides com imagens de pinturas que retratam o consumo de diversos tipos de alimentos da época, documentários e o próprio livro didático, utilizado com a finalidade de a turma conhecer os hábitos alimentares no período medieval europeu.

O produto proposto por Oliveira seguiu um passo a passo anteriormente elaborado. Iniciou-se com uma leitura e um levantamento de dados sobre o período medieval, seguindo-se para a seleção e a produção de textos e imagens, chegando-se à exposição e aos debates sobre os materiais iconográficos.

Após esses primeiros passos, a autora propôs a coleta de dados a partir da aplicação de um questionário a ser respondido pelas turmas e seus familiares, tendo sido este constituído por questões referentes aos hábitos alimentares. Uma vez aplicados os questionários, expuseram-se as respostas a fim de se elaborar um diagnóstico com toda a turma de cada ano escolar no qual o produto foi executado. Essa fase da atividade encerrou-se com a montagem de uma mesa com alimentos consumidos no período medieval para exposição e posterior consumo.

Com isso, ao montar a mesa medieval, a autora proporcionou duas experiências sensoriais: primeiro, a observação, e, segundo, a degustação dos alimentos. Todas essas experiências foram registradas pelas alunas e pelos alunos, produzindo, assim, subsídios para os debates em grupo e para a elaboração do texto final sobre a atividade.

Após a experiência da degustação de alimentos, requereu-se às turmas a produção de um texto contendo as conclusões acerca da experiência vivenciada. Esse texto teve como roteiro questões previamente elaboradas pela professora e direcionou alunas e alunos à expressão da importância da alimentação e da própria identidade. Isso

a partir de práticas alimentares que caracterizam a produção cultural ocorrida ao longo do tempo, identificando-se diferenças e semelhanças, ou seja, percebendo mudanças e permanências. Individualmente, cada estudante produziu uma memória de aula por meio de um texto exposto para todos da turma, o que promoveu a análise final conclusiva da atividade.

Por fim, o trabalho de Oliveira apresentou uma série de informações sobre os alimentos saudáveis e não saudáveis consumidos pelos estudantes. Além disso, expôs, em gráficos, o local de consumo mais comum entre mesa, sofá e cama, o que me parece ser extemporâneo frente à proposta da dissertação, a qual é utilizar o tema da alimentação para abordar conteúdo sobre o medievo europeu. Outra fragilidade observada: a proposta trouxe para dentro da sala de aula a discussão sobre a alimentação, mas não numa perspectiva crítica, já que não problematizou sobre produção, distribuição e garantia alimentar.

Em fevereiro de 2019, foi defendida e publicada, na Universidade Federal de Santa Catarina, a dissertação produzida pela professora do Ensino de Jovens e Adultos, Luciana dos Santos Menezes. A dissertação e o produto foram elaborados para qualificar sua atuação na Escola Municipal Maria Iracema de Andrade, conhecida como CEMIA ou “Barreirão”.

A autora apontou, na introdução de seu trabalho, que o alimento tem caráter histórico e identitário, mas que na atualidade sofre com os processos globalizantes de produção de *commodities* e com consumo excessivo de alimentos industrializados. Além disso, Menezes informou sobre a existência de alguns eixos fundamentais em sua pesquisa, quais sejam, relações entre trabalho e propriedade, produção de alimentos e meio ambiente, indústria, consumo e patrimônio histórico. Desse modo, destacou que seus interesses de pesquisa não estão voltados apenas para os grandes e famosos personagens, e sim para a valorização do comum e do cotidiano como elementos fundamentais da pesquisa histórica.

Em decorrência do engajamento da própria autora em questões ambientais, ela resolveu colocar em prática a criação de uma horta na escola. Isso foi feito com o intuito de aproximar os estudantes da produção alimentar e do trato com a terra.

Além disso, ao realizar uma horta escolar com os estudantes, a autora quis oportunizar o consumo de vegetais e aproximar a vida urbana da produção alimentar, diferentemente da organização espacial comumente encontrada nas nossas cidades, na qual a produção alimentar encontra-se distante dos centros urbanos. Problematicar tal

distanciamento implica questionar ideias cristalizadas sobre os centros urbanos, dentre elas, a de que estes seriam voltados, exclusivamente, para atividades comerciais e fabris, ao passo que a produção de alimentos ocorreria longe dos centros de maior densidade populacional, o que gera inclusive custos excessivos em transporte, elevando o valor final do alimento.

Tendo-se, portanto, a constituição de uma horta como um dos eixos principais do trabalho, confeccionou-se um site o, o qual atualmente se encontra inativo, mas que por um período foi mantido como forma de compartilhar as experiências e as técnicas para fazer a horta com outros estudantes e professores.

Ademais, a autora defendeu que o acesso ao alimento é um direito essencial. Porém, tal direito é negado a uma parte da população mundial. Acrescentou a autora, então, que, a garantia desse direito está atrelada a um campo de disputa que envolve a produção e distribuição de riquezas, obstáculo para a efetivação do direito à alimentação adequada.

Ainda, Menezes apresentou um quadro temático conceitual demonstrando as relações entre alimentação e outros aspectos da vida em sociedade, como a cultura, as relações de trabalho, a propriedade, entre outros fenômenos. No entanto, esse quadro não foi utilizado no produto por mais que as ações humanas na produção e no consumo de alimentos fizessem parte do conteúdo escolar, já que a alimentação é fundamental para a sobrevivência humana.

A ausência desse quadro conceitual, o qual aponta a complexidade da produção alimentar desde as escolhas de culturas alimentares até as disputas pela posse da terra, bem como desde a alimentação industrializada até as práticas culturais, evidenciou que o produto da pesquisa explorou a possibilidade de refletir com as turmas sobre o modelo vigente de produção e consumo alimentar, o qual ainda mantém um número considerável de pessoas em condição de insegurança alimentar.

Além disso, muito embora a autora tenha se utilizado da horta como produto da pesquisa e citado Josué de Castro (1984) como referencial teórico, ela não relacionou suas reflexões com uma das soluções pensadas pelo autor para a insegurança alimentar, qual seja, a destinação de alimentos em áreas circunvizinhas aos municípios (Menezes, 2019)). Nesse sentido, apesar de o produto fazer com que o estudante experimente o trato com a terra em um ambiente urbano, a análise sobre produção, custo e garantia alimentar entre os estudantes não ocorreu.

A autora se preocupou com informar que o efetivo exercício de direitos fundamentais pode enfrentar obstáculos diante da mercantilização de bens e serviços essenciais, principalmente diante das demandas neoliberais voltadas para a privatização e diminuição dos gastos públicos. Ela também expressou o entendimento, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de que uma das funções do Estado é garantir e manter a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Sendo assim, o Estado deveria investir financeiramente e elaborar leis protecionistas visando à garantia desse direito universal, mesmo com os ataques neoliberais e a globalização surgidos a partir dos anos de 1980, os quais puseram em xeque a ideia do Estado de bem-estar social (*welfare state*).

Todavia, apesar de constituir uma crítica à efetivação do DHAA, no produto não consta nenhuma referência a essa problematização. No que diz respeito ao produto proposto, a horta escolar não é novidade nas escolas, pois desde as escolas jesuíticas já se faziam hortas no interior ou nos arredores das escolas.

Mesmo assim, essa proposta de fato aproxima os estudantes da produção alimentícia, principalmente em ambientes urbanos, além de viabilizar um debate sobre consumo de vegetais sem pesticidas e agentes químicos, bem como promove uma discussão acerca dos benefícios para a saúde humana de consumir uma alimentação diversificada e orgânica. Contudo, parece haver grande distância entre a proposta do produto, sua aplicação e a complexidade das questões abordadas na parte dissertativa do texto.

A autora trouxe à baila as diretrizes determinadas pelo Clube de Roma de forma articulada aos conceitos e propostas inseridas no DHAA. Entretanto, não problematiza aspectos da geopolítica e da economia.

O Clube de Roma é uma organização formada por pessoas de destaque na sociedade, como políticos e cientistas, a maioria ocidentais, apesar da participação de algumas pessoas do sul global. Nos relatórios apresentados à Organização das Nações Unidas (ONU), o Clube de Roma sugere, por exemplo, limitações de crescimento econômico e controle de natalidade (DW, 2016). Por outro lado, nestes relatórios não constam críticas às potências ocidentais, posto terem optado por sugerir o rebaixamento ou estagnação econômica na periferia do sistema capitalista para diminuir danos ao meio ambiente, bem como para trazer soluções para a pobreza e para a insegurança alimentar.

A autora descreveu, em material para estudo das alunas e dos alunos, a importância de alimentos como o feijão, a mandioca, a macaxeira, reforçando que esses

alimentos são tradicionais na culinária brasileira, importantes para a nossa nutrição e para o desenvolvimento pleno da saúde dos brasileiros. O objetivo parece ser a construção de uma consciência ambiental pautada numa ideia do que é a alimentação adequada. Em seu texto, Menezes ainda problematizou aspectos importantes do mercado global de alimentos e da relação entre colonização e insegurança alimentar. Todavia, o produto realizado não promove essa problematização junto aos estudantes, o que percebo como uma fragilidade.

Em 2020, na Universidade Estadual de Maringá, foi defendida a dissertação do professor Rogério Augusto Singolani. O referido trabalho foi pensado para turmas de 3º e 9º ano do ensino fundamental. Observa-se que a maior quantidade de atividades e conteúdos presentes no produto destina-se ao último ano do ensino fundamental. O trabalho, em sua introdução, informa que há necessidade de compreender a alimentação, sua produção e mercantilização, como um processo histórico.

Entretanto, Singolani não realizou qualquer problematização acerca da produção alimentar e do acesso ao alimento, nem identificou o grupo social do qual foram extraídas as informações obtidas. Estas, por sua vez, seriam relevantes, já que o autor apresentou uma proposta de história local, na qual se buscou descrever a alimentação consumida e comercializada em Ourinhos/SP.

O autor promoveu um ensino de história local por meio de memórias apresentadas por receitas e antigos anúncios de jornal. Como resultado final da pesquisa, ele confeccionou um “cardápio” com referências sobre a alimentação consumida na cidade de Ourinhos. Neste, além de apontar os alimentos consumidos, Singolani descreveu aspectos do cotidiano, ressaltando um passado alimentar.

O “cardápio” corresponde a um “kit didático”, contendo uma síntese histórica sobre o consumo e comércio de alimentos em Ourinhos. Há nele uma descrição de utensílios de cozinha, desde fogões utilizados no período estudado, o qual corresponde ao intervalo entre os anos de 1927 a 1977, anunciados à venda no jornal da cidade, bem como peças publicitárias de restaurantes e de armazéns de secos e molhados.

O Jornal “A voz do povo”, que serviu como fonte primordial na pesquisa, também teve seu conteúdo utilizado na confecção do produto. Essas informações obtidas na pesquisa a serem utilizadas pelos alunos(as), foram denominada “O sabor da História: práticas alimentares em Ourinhos – (1927-1977)”.

A pesquisa de Singolani também pretende estimular nas turmas a compreensão das características alimentares locais, levando em consideração sua singularidade e

particularidades tais como: alimentos tradicionais, cozinha caipira, alimentos trazidos de outros locais e incorporados aos hábitos das pessoas de Ourinhos.

A forma como os alimentos eram apresentados no jornal local através das propagandas, dos cardápios dos restaurantes e das receitas encontradas demonstra a diversidade alimentar da época. No entanto, observa-se que o autor não realizou nenhuma problematização em sua dissertação. Ele somente apresentou uma história descritiva do tema, sem tratar das especificidades dos grupos sociais aos quais foram direcionados os conteúdos jornalísticos utilizados na pesquisa, de modo que os estudantes são induzidos a generalizar para toda população os hábitos alimentares de uma parcela privilegiada da sociedade.

A professora Cyntia da Silva Coelho publicou sua dissertação em 2020 no Programa de Mestrado Profissional de Pós-graduação em Ensino de História do Instituto de História da UFRJ. A autora apresentou como sua principal preocupação a necessidade de promover uma educação em direitos humanos a partir do ensino de história.

A alimentação foi pensada dentro de suas dimensões sociais, econômicas, culturais e também dentro de seus aspectos ambientais, referindo-se à revolução verde. A autora citou os DHAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei nº 11947/2009. Destacou-se, ainda, a utilização de 30% dos recursos, obrigatoriamente, na compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, ou seja, alimentos não industrializados.

A alimentação saudável é a principal preocupação da autora, assim como os efeitos da produção alimentar sobre o meio ambiente. Coelho não se eximiu de problematizar a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para contrabalançar o aumento do valor de venda dos alimentos por meio de uma política de preços considerada justa.

Ainda, a autora denunciou ações de governos que dificultaram o acesso dos mais pobres a uma alimentação adequada. Ela utilizou como exemplo o que ocorreu na Prefeitura de São Paulo sob a gestão de João Dória (01/01/2017-06/04/2018) sobre a polêmica farinata (ração humana). *En passant*, a autora citou a importância da soberania alimentar e lançou um olhar sobre as memórias alimentares de matrizes africanas e indígenas, ao tratar de preconceitos, posse da terra, povos indígenas e questões raciais.

Em resumo, em sua dissertação, Coelho tratou das contradições entre a efetivação dos direitos humanos e o sistema capitalista. Além disso, expôs o que se convencionou chamar de mercantilização de direitos fundamentais, ou seja, a qualidade

e a garantia do direito muitas vezes depender da condição econômica do indivíduo ou de sua família para manter ou garantir, em tempo hábil, o direito fundamental à alimentação adequada.

Não obstante, a autora afirmou que, em decorrência de políticas neoliberais, ocorreu uma diminuição dos investimentos públicos em serviços essenciais. Alertou, então, que os Direitos Humanos podem ser instrumentalizados em prol de interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos. Isso, pois o projeto de desenvolvimento capitalista não leva em conta o princípio da precaução, conforme pontuou Boaventura de Souza Santos, no que diz respeito à utilização massiva de agrotóxicos e transgênicos sem preocupação com repercussões futuras.

Ademais, a autora apresentou um histórico importante sobre a Via Campesina, movimento internacional que, em 1993, propôs a ideia de soberania alimentar. Esse conceito foi levado à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e à organização da Cúpula Mundial da Alimentação, em cujo encontro, realizado em 1996 na própria sede da FAO, promoveu-se um amplo debate sobre o agronegócio e a diminuição da produção camponesa, a qual ainda permanece como a principal fonte de alimentos que chega aos nossos pratos.

Coelho registrou, além disso, a tradição de pessoas, intelectuais ou não, que agiram contra a insegurança alimentar, especialmente Josué de Castro e Betinho. A autora reforçou as ações do Estado brasileiro no combate à insegurança alimentar a partir do governo Lula em 2003. Segundo dados produzidos pela FAO, 83% das pessoas que sofriam com a insegurança alimentar superaram-na graças às políticas públicas do governo Lula.

Nesse sentido, em seu trabalho, Coelho reforçou a compreensão de que, dentre os Direitos Humanos, a segurança alimentar é necessária para o exercício pleno da cidadania. Além disso, uma nutrição adequada é essencial para o exercício de outros direitos como educação e saúde.

Ocorre que não basta sensibilizar quanto ao fato de grande parte da população viver em situação de insegurança alimentar apesar dos avanços da tecnologia agrícola. É imperioso, pelo menos, iniciar a crítica às razões da existência de tal situação. Afinal, desde a Revolução Verde estabeleceram-se os debates em torno do aumento da produção de gêneros alimentícios e de víveres, bem como do uso da tecnologia agrícola, a exemplo da mecanização e do uso consciente dos defensivos agrícolas.

A produção alimentícia no Brasil é suficiente para alimentar toda a sua população (Cruz, 2016). Dado o potencial de produção existente, inclusive de alimentos diversos e saudáveis, já dispomos do suficiente para superar esse dilema, o qual, agora parafraseando Josué de Castro, descrevo como uma espécie de geografia da fome: o dilema de ter, supostamente, de se escolher entre mercados especulativos internacionais ou a segurança alimentar. Coelho, dessa forma, entendeu que a produção alimentar e o meio ambiente estão relacionados a partir do sistema econômico vigente, ou seja, o agronegócio segue a lógica da acumulação de capital, de maneira que a segurança alimentar e a proteção do meio ambiente não são percebidos como objetivos primários.

Quanto à intervenção pedagógica proposta por Coelho, esta se baseou em Candau (2008) e Freire (2008), posto que a autora assumiu a educação em direitos humanos como método para transformar a sociedade. Ou seja, tratou-se dela como um conhecimento construído a partir da realidade do estudante ou da sociedade em que ele vive, o qual permite o reconhecimento de hierarquias e segregações. Compreendê-las, por sua vez, significa permitir aos estudantes a ação política no sentido de transformação de seu cotidiano.

Nesses termos, os protagonistas do trabalho da autora foram os trabalhadores famintos e desvalidos, com os quais ela elaborou uma história vista de baixo. Assim, ela promoveu a compreensão das necessidades biológicas de uma nutrição adequada, bem como da relação entre as ações humanas e a própria natureza, também abordando o impacto ambiental no processo de produção de *commodities* a partir da exploração excessiva da terra.

A autora, ao trazer à baila o meio ambiente e sua relação com a produção de alimentos, observou que os fenômenos sociais não estão desvinculados da natureza e que os impactos ambientais também são objeto de preocupação para as ciências sociais. A história pode apresentar outra percepção da natureza, inclusive apontando os problemas do desenvolvimento de sociedades que apresentam uma relação de exploração direta e permanente da natureza. A relação com a natureza é uma construção social que pode ser modificada.

No que diz respeito ao produto, foram produzidas propostas para 8 aulas, sendo as primeiras duas aulas ocupadas com a apresentação dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada, utilizando o curta-metragem “Ilha das Flores”. A terceira e quarta aula propõem um estudo sobre a insegurança alimentar ao longo das décadas de 1940 a 1960, utilizando, principalmente, a produção intelectual de Josué de Castro. Na

quinta e sexta aula apresenta-se um estudo sobre o que foi a Revolução Verde e sua aplicação no Brasil.

Em seu texto, a autora seguiu fazendo uma retrospectiva histórica sobre a insegurança alimentar entre os anos de 1970 e 1990, apresentando o conceito de soberania alimentar. Nas duas últimas aulas, então, propõem-se ideias sobre a promoção dos DHAA, promovendo debates com outras disciplinas como Biologia e Geografia.

Ainda sobre o produto apresentado nessa dissertação, foram propostas questões para que as turmas respondessem o que seria a insegurança alimentar e se é aceitável que pessoas ainda permaneçam nessa situação. Ao mesmo tempo, às turmas foi posta a possibilidade de refletir sobre a historicidade dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada.

Ao tratar dos DHAA, a autora propôs aos estudantes a reflexão acerca da permanência da insegurança alimentar. Ademais, fez uso de notícias nas atividades propostas e no produto confeccionado, as quais versaram sobre o MST, o qual produz alimentos orgânicos com menos impacto ambiental.

O produto também conta com a assistência ao filme “Josué de Castro – Cidadão do Mundo” e com uma crítica à Revolução Verde e suas contradições, isto é, o aumento da produção alimentar com base no avanço tecnológico, mas com grande custo ambiental. A autora concluiu sua dissertação afirmando que estabelecer a soberania alimentar é fundamental para garantir a segurança alimentar.

O Profhistória, além de proporcionar ao mestrando o exercício intelectual, tem como diferencial a produção de um produto didático. A problemática abordada nas dissertações também tem uma particularidade frente aos mestrados acadêmicos. A experiência profissional dos professores, no dia a dia da escola, direciona as escolhas das questões a serem analisadas e, conseqüentemente, abordadas nos produtos realizados.

No que diz respeito aos problemas da insegurança alimentar, à produção de alimentos e ao seu consumo, encontrei apenas 4 dissertações que, de alguma forma, colocaram a alimentação como objeto de pesquisa. Entretanto, conforme descrevi, apenas uma dissertação trouxe a problematização sobre a insegurança alimentar e os reflexos desse problema na vida escolar e na sociedade como um todo. As demais utilizaram a alimentação como pano de fundo para o ensino do período medieval, como tema para a construção de hortas escolares ou para conhecer mais sobre a história local, no caso da cidade de Ourinhos/SP.

Ocorre que, nessas dissertações, não foi feita a problematização com base no conteúdo crítico das condições que levam à contradição existente atualmente, qual seja, possibilidade de excedente de produção e, no entanto, ainda permanecer a insegurança alimentar em decorrência de aspectos intrínsecos à mercantilização, carestia e pobreza.

Então, vejamos: a contribuição pretendida nesta dissertação é perceber as contradições que limitam a efetivação dos Direitos Humanos ao mínimo existencial e reconhecer acontecimentos recentes que agravaram a insegurança alimentar em nosso país por questões relacionadas à vulnerabilidade econômica, as quais foram responsáveis pelo retorno de muitas pessoas à condição de vítimas da insegurança alimentar.

1.2 INSEGURANÇA ALIMENTAR: UM TEMA CONTEMPORÂNEO

Os direitos fundamentais¹⁴ obtiveram um importante avanço ao longo do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência do apelo motivado pela tragédia humana revelada durante e após o conflito. Todavia, o acesso a esses direitos continuou difícil devido às disputas que envolvem classes sociais, questões raciais e aquelas pela hegemonia global.

Tal inconsistência na realização dos direitos humanos promove críticas inclusive à democracia na contemporaneidade, já que uma parte significativa da população não tem acesso a eles por conta dos interesses econômicos.

Em algumas circunstâncias, no momento da efetivação de direitos fundamentais, observa-se um distanciamento real entre as garantias constitucionais básicas às pessoas e a democracia, estando-se na verdade mais próximo a uma plutocracia, ou seja, o usufruto dessas garantias depende da capacidade econômica do indivíduo ou do grupo ao qual pertence. Ao longo desta dissertação, procuro problematizar a ineficácia relativa e localizada dos direitos fundamentais, pela própria natureza da democracia, elaborada a partir da ética capitalista, onde tudo é ou pode se tornar uma mercadoria.

Neste sentido, moradia, saúde, alimentação e segurança são mercadorias e têm um preço. Mesmo itens da cesta básica apresentam preços alterados em decorrência de uma série de ações produzidas historicamente, podendo causar insegurança alimentar para o desempregado, pobre e periférico. Norberto Bobbio, importante teórico e defensor

¹⁴ Aqui utilizamos como base os fundamentos descritos na Constituição Federal brasileira em seu art.1º e incisos (Brasil, 1988).

dos regimes democráticos, evidencia a influência dos interesses do capital na diluição da democracia. Essas contradições impedem a efetivação de direitos, relativizando e revogando garantias em prol da manutenção de interesses econômicos.

A sociedade democrática apresenta uma contradição entre a igualdade formal dos cidadãos e a desigualdade real das condições econômicas. A concentração da riqueza nas mãos de poucos pode se traduzir em concentração do poder político. Em outras palavras, pode nascer uma plutocracia, um poder político exercido pela riqueza, que poderá subverter os princípios democráticos da igualdade de todos perante a lei e da igualdade de oportunidades para todos (Bobbio, 1995, p. 82).

Uma discussão sobre o arcabouço legal que aponta o Estado como ente responsável por desenvolver políticas públicas que assegurem a concretude dos direitos fundamentais nos serve para criticar as dinâmicas sociais que interferem na realização das garantias fundamentais. Então, vejamos, ao sabermos que a alimentação adequada é um direito humano e, ainda assim, depararmo-nos com relatos de insegurança alimentar, atingindo parte significativa da população, naturalmente geram-se questionamentos entre os estudantes ou qualquer pessoa da sociedade acerca das razões para tal à desrespeito da legislação. Nesse sentido, a insegurança alimentar como um direito humano deve ser problematizada.

Então, vejamos, o acesso aos alimentos necessários à subsistência está previsto no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948¹⁵, como também está descrito no Artigo 11 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)¹⁶, que tratam dessas garantias de subsistência alimentar no âmbito

¹⁵ “Artigo 25º 1. Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e a sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. 2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social” (ONU, 1948).

¹⁶ “Artigo 11.1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento. 2. Os Estados Partes do presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessárias para: a) Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais; b) Assegurar uma repartição equitativa dos

do Direito Internacional. Com referência aos pactos e compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro, temos também o Pacto de São José da Costa Rica, firmado durante a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos¹⁷.

Ainda sobre as garantias legais para o acesso da população aos gêneros de primeira necessidade, a Constituição Federal, em seu Artigo 6º, reconhece a alimentação como um Direito Social (Brasil, 1988). O Brasil também tem legislação ordinária sobre o tema, como a Lei nº 11.346, de 15 de dezembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2006).

Seguindo as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a preocupação com a garantia da alimentação escolar, conforme destacado por Helen Ferreira, Rodrigo Alves e Silvia Mello (2019), iniciou-se no Brasil a partir dos anos 1950 com o objetivo de manter os estudantes em sala de aula. Entretanto, o programa foi precário, posto que dependia de doações e ações filantrópicas, e não surtiu o efeito desejado. Assim, em 1955, durante o governo Café Filho, publicou-se o Decreto nº 37.106, denominado “Campanha da Merenda Escolar”, passando-se a responsabilidade do fornecimento da merenda escolar para o Estado (Brasil, 1955).

Em 1965, a expressão “merenda escolar” deixou de ser usada nos documentos oficiais, passando a ser chamada de “alimentação escolar”. No entanto, a designação “merenda” permaneceu, ao longo das décadas seguintes, sendo utilizada para se referir aos alimentos ofertados no intervalo entre as aulas. Ao meu ver, a permanência da expressão, que entendo como um lanche, envolve consciente ou inconscientemente uma maneira de diluição da função social da alimentação escolar, sendo esta a de manter o suprimento de nutrientes, dirimindo carências que porventura existam no ambiente doméstico.

Em 1976, a alimentação escolar continuou sob a responsabilidade do Ministério da Educação, fazendo parte do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição. Isto é, a alimentação escolar esteve, desde sua criação, atrelada a um órgão com diversas atribuições além da escola. Em 1979, surgiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujas atribuições eram e continuam sendo, até os dias atuais: elaborar diagnósticos sobre a situação da alimentação escolar, acompanhamento nutricional nos

recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios”. (Brasil, 1992).

¹⁷ O Pacto de São José da Costa Rica é um tratado internacional conhecido oficialmente como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Ele foi adotado em 22 de novembro de 1969, durante a Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, realizada na cidade de San José, Costa Rica.

estados da federação, planejamento de cardápios, educação alimentar e elaboração de fichas técnicas voltadas à orientação de municípios e estados, levando em consideração a cultura alimentar local.

No que diz respeito ao grau de eficiência dos programas sociais relacionados à segurança alimentar desde o estabelecimento do Estado Novo, ações embrionárias foram promovidas a partir das mudanças econômicas voltadas à industrialização e urbanização. Essas ações eram localizadas e foram estabelecidas por um Estado Nação que se apresentava como protetor da sociedade sem necessariamente mudar as relações sociais existentes. O conhecido milagre econômico nos anos de 1970, a industrialização, a urbanização massiva e o crescimento do PIB, concomitantemente, não promoveram a distribuição econômica e a diminuição da pobreza. O assistencialismo foi o mote desses programas, resolvendo apenas parcialmente esse problema social.

Nos anos de 1970, programas de assistência social a partir da Legião Brasileira de Assistência e dos Programas de Nutrição em Saúde (PNS), Programas de Complementação Alimentar (PCA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), apresentaram relevante impacto na insegurança alimentar grave. Esses programas assistencialistas continuaram ao longo dos anos de 1970, 1980 e 1990. Com isso, a desnutrição infantil entre os anos de 1985 e 2000 foi reduzida de 19,8% para 7,6%.

Entretanto, apesar desses progressos, a análise dos anos subsequentes demonstrou uma oscilação na efetividade das políticas alimentares sem promover uma soberania alimentar permanente especialmente durante os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. A implementação do neoliberalismo nos anos de 1990 resultou em uma redução importante dos recursos financeiros e, conseqüentemente, no esvaziamento e na extinção de programas de alimentação e nutrição.

A descontinuidade dessas ações trouxe incertezas quanto à sustentabilidade das melhorias observadas anteriormente. As mudanças de governo e as oscilações ideológicas impactaram a consistência e o alcance das políticas, colocando em destaque a necessidade de abordagens mais estáveis e comprometidas com o combate à fome e com a promoção da segurança alimentar no país. Apenas a partir de 2002 foi que o combate à insegurança alimentar passou a ser uma ação governamental.

Ainda sobre as mudanças no sistema jurídico brasileiro, não podemos ignorar a ruptura ocorrida com a Constituição Federal. Promulgada em 1988, a Carta Magna trouxe

para o arcabouço jurídico nacional demandas sociais e o Estado Brasileiro passou a ter como fundamento de sua existência a promoção da dignidade da pessoa humana.

O conceito de segurança alimentar foi adotado por países europeus no início do século XX em decorrência da escassez alimentar. No caso do Brasil essa expressão começou a ser utilizada a partir dos anos de 1980 em decorrência das ações governamentais referentes à oferta de alimentos. Podemos citar o programa do leite, nos anos de 1990, como um programa estatal que tinha o objetivo de entregar bilhetes com os quais as famílias carentes retiravam sacos de leite em estabelecimentos cadastrados.

No entanto, o programa foi alvo de muitas críticas, desde fraude na composição do leite à mercantilização dos tickets. Entretanto, parte dessas críticas, como o uso diverso dos bilhetes, não levava em consideração os limites do programa e as dificuldades enfrentadas pelas famílias, que vendiam os bilhetes para poderem adquirir outros gêneros, inclusive alimentícios.

Nos primeiros anos pós-ditadura militar, a superação dos índices inflacionários e a denúncia da existência de milhões de brasileiros na condição de extrema pobreza eram os grandes motes nos debates políticos. Vertentes políticas apresentavam para o escrutínio público soluções diferentes, seguindo uma dicotomia que não era estranha à história do Brasil: de um lado estavam os planos econômicos que prometiam que após a estabilização da moeda os benefícios sociais seriam alcançados, do outro lado se defendia que a atuação social deveria ser imediata e radical para que ocorresse a alavancagem da economia.

Após a promulgação da Constituição de 1988 e dois anos depois, com a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente, a universalização da educação passou a ser uma obrigação definitiva do Estado brasileiro nos seus três entes federados: União, estados e municípios, os quais, de forma compartilhada, passaram a ter a responsabilidade de matricular 100% das crianças e adolescentes em idade escolar. Contudo, ao mesmo tempo se percebeu que, além da estrutura física, da contratação de profissionais e das demais necessidades para o funcionamento de um estabelecimento escolar, incluindo a alimentação escolar, carências sociais graves ainda mantinham crianças e adolescentes fora da escola.

A atuação do Estado brasileiro pós-1988, no que diz respeito à política econômica e social, foi uma atuação mista. Ou seja, a Nova República assumiu uma série de compromissos de defesa e proteção da pessoa humana, ao mesmo tempo em que iniciou uma avalanche neoliberal caracterizada pelas privatizações e pela austeridade

fiscal, pelo controle de gastos públicos, pela vinculação dos gastos a orçamentos fiscais, previdenciários e àqueles com investimentos futuros.

Os orçamentos públicos, após a redemocratização, passaram a ser disputados e grupos sociais dos mais diversos reivindicaram recursos públicos para ações diversas. Em contrapartida, em defesa do equilíbrio fiscal, os gastos públicos em áreas sociais passaram por questionamentos. Essa ideologia da manutenção do equilíbrio fiscal atacou apenas os gastos sociais, sem levar em consideração gastos realizados, por exemplo, ao pagamento de juros altíssimos a investidores nacionais e estrangeiros.

Com o sucesso do Plano Real no que diz respeito à estabilização da moeda e à diminuição da inflação, iniciou-se uma contrapartida social com o surgimento de programas de assistência social voltados especificamente para os mais pobres. Como estratégia de combate à insegurança alimentar, em 1993, criou-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), órgão consultivo responsável por direcionar políticas específicas para o combate a esse problema social.

No governo Fernando Henrique Cardoso, após a aprovação do Congresso Nacional, criou-se o Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza. Em 2001, já próximo ao final de seu segundo governo, iniciaram-se os primeiros programas de transferência de renda: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, os quais, naquele momento, foram criticados pela oposição como uma medida eleitoreira. A partir desses programas, no entanto, uma parcela significativa da população recebia, mesmo que de forma mitigada, valores econômicos que deveriam ser destinados à aquisição de gêneros básicos, como comida e gás.

As escolas não ficaram de fora das pretensões apresentadas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar, seguindo a essência da proteção social a partir da sua universalização. A Educação também passou a ser um direito universal, ou seja, de acordo com a Constituição Federal, em seu Art. 208, I, todas as crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos de idade, obrigatoriamente deveriam estar matriculadas e frequentando a escola (Brasil, 1988). Nesse sentido, a alimentação escolar passou a ser uma preocupação específica para a manutenção dos estudantes na escola e também como forma de composição da nutrição diária.

Um rápido retorno cronológico é necessário apenas para compararmos períodos em que a educação pública era uma prestação estatal com pouco acesso de grupos socialmente excluídos. De acordo com Gois (2018), em termos comparativos, se considerarmos o período que vai do último governo da ditadura militar até o fim do

governo Dilma, a população brasileira duplicou, passando de 119 milhões para mais de 200 milhões, mas, apesar de uma população menor do que a atual, em 1981, mesmo com um país com 45% da população em idade escolar, e com 23% de adultos analfabetos, o investimento em Educação era de menos de 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Atualmente, a porcentagem do PIB utilizada na manutenção e no investimento em educação pública é de 6%, sendo importante ressaltar que, além do aumento vegetativo da população, ocorreu também o aumento dos dias letivos e houve acréscimo na faixa etária escolar. Esse aumento do investimento também seguiu a esteira da efetiva universalização do ensino fundamental, do aumento de investimentos no Ensino Técnico, do piso salarial dos professores e do aumento da escolaridade no Brasil, a qual, entre os anos de 2012 e 2020, passou de 9,8 anos para 11,8 anos (INEP, 2021).

Para romper com a “tradição”, conforme exposta e elaborada por Edward P. Thompson, a forte presença Estatal nas decisões econômicas e, principalmente, o estabelecimento de sua figura como geradora do desenvolvimento econômico, a estabilidade da moeda e o controle da inflação, em decorrência do Plano Real, serviram de justificativa para a abertura da economia, o que já ocorria desde o início dos anos de 1990.

A entrada do Brasil no sistema global neoliberal causou uma severa desindustrialização, além da migração massiva de trabalhadores para o terceiro setor e para a informalidade. Nesse sentido, em um cenário de baixo desenvolvimento econômico, a alavancagem social não se realizou concomitantemente à estabilidade de alguns índices econômicos. Isto é, a extrema pobreza não estava sendo combatida diretamente, o salário mínimo tinha baixíssimo poder de compra e o desemprego nesse período chegava a 9% da população economicamente ativa e que ainda estava buscando empregos formais (Toledo, 1999).

A partir de 2002, com a valorização do salário mínimo e com os programas de transferência de renda, os índices sociais passaram a ter uma melhoria significativa. A diminuição da desigualdade social a partir da ação mais direta contra a pobreza, e não apenas como consequência de políticas econômicas diversas, levou à melhoria dos índices sociais.

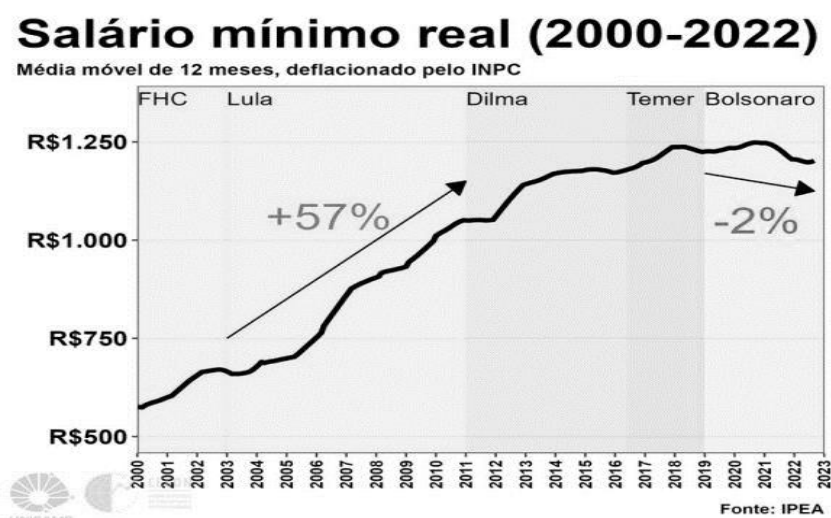
Em 2006, entrou em atividade o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), baseado nas diretrizes da Lei 11.346/06. Esta, por sua vez, fora responsável por estabelecer princípios e diretrizes para a manutenção do SISAN, apontando a obrigação do poder público e a participação da sociedade civil (Brasil, 2006).

Nesse sentido, o DHAA passou a ser reconhecido por lei infraconstitucional a partir da criação do SISAN, a despeito dos acordos internacionais. Todavia, no que diz respeito à inserção na Constituição da segurança alimentar como um direito social, isso ocorreu apenas com a emenda constitucional nº 64 em 2010, ou seja, mais de duas décadas após a promulgação da Constituição Federal (Brasil, 2010).

Mas foi com a implantação do modelo de transferência de renda e aumento real do salário mínimo, entre os anos de 2003 e 2006, com reajustes superiores aos da inflação, que ocorreu uma diminuição significativa da extrema pobreza. No final do primeiro governo Lula, o ganho real foi de 27%. Somando-se os aumentos ocorridos ao longo dos dois governos Lula, entre os anos de 2003 e 2011, o aumento do salário mínimo chegou a 57%. Em 2012, o salário mínimo passou a ter reajuste com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor, a partir da entrada em vigor, após a *vacatio legis* da Lei nº12.382/2011.

A partir do estabelecimento dos programas “Fome Zero” e, posteriormente, do “Brasil Sem Miséria”, a insegurança alimentar passou a ser combatida, objetivando-se diminuir as taxas de extrema pobreza. O êxito desses programas foi potencializado devido ao aumento do valor do Bolsa-Família. A Figura 1 apresenta aumento do salário mínimo entre os anos de 2002 a 2022. Percebemos que ocorreu aumento significativo entre os anos de 2003 a 2016, seguido por um declínio nos anos seguintes.

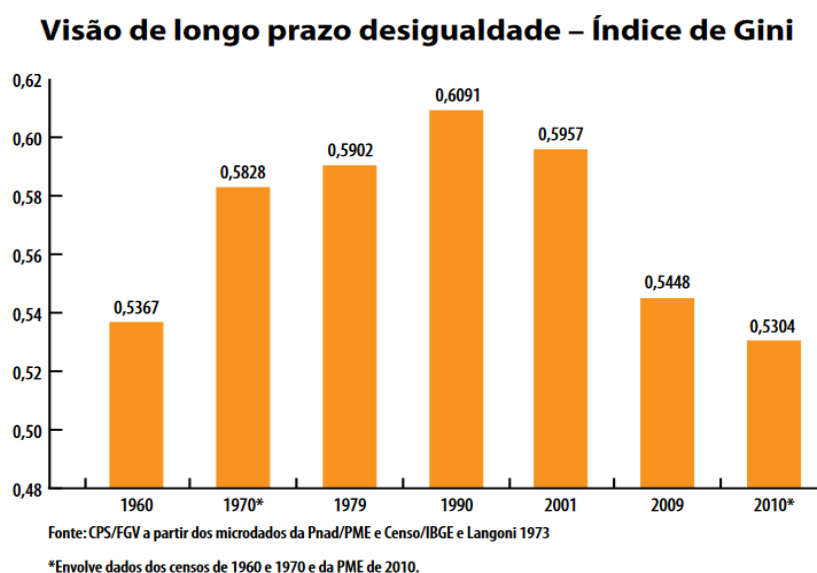
Figura 1: Salário mínimo real (2002 -2022)



No que diz respeito aos índices referente à tabela Gini¹⁸, quanto mais próximo a zero, menor é a concentração de riqueza e quanto mais próximo do número um, maior é a diferença entre ricos e pobres.

O Brasil, comparado com outras nações, apresenta um elevado grau de concentração de riqueza e renda. Entre os anos de 2001 e 2010, com a valorização do salário mínimo e com as ações governamentais de combate à insegurança alimentar, observou-se uma diminuição da desigualdade de acordo com o índice Gini. Todavia, aspectos fundamentais como reforma tributária, desenvolvimento econômico industrial e tecnológico, reforma agrária, diminuição da taxa de juros e financeirização da economia não sofreram nenhuma mudança, o que fragilizou as melhorias sociais ocorridas já a médio prazo.

Figura 2- Índice GINI Brasil (1960 a 2010).



Uma análise crítica é necessária em decorrência das contradições entre os interesses de ordem privada e aqueles de ordem pública a fim de compreender os limites e os alcances de cada programa governamental na realidade que se pretende modificar. A emancipação econômica e social de um sujeito, é compreendida a partir do acesso efetivo dos direitos fundamentais constituídos historicamente por cada sociedade. Ao definir os

¹⁸ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda (IPEA, 2004)

direitos sociais e a efetivação dessas garantias, disputas vêm à tona e denunciam os conflitos materiais e as gradações entre o que se estabelece como essencial para cada classe social.

A forma de acesso aos direitos sociais que constam na Constituição Federal foi elaborada a partir do conceito de universalidade de serviços públicos básicos, sem se vincular ao modelo de bem-estar social, por exemplo, surgido na Europa no pós-guerra. Trata-se de incluir toda a população em padrões mínimos de vida e proteção social. Mas, de que tipo de proteção social se está falando, ou melhor, se está prometendo? E o que está sendo efetivado?

A administração da política neoliberal se baseia no mínimo existencial. Esse modelo não pretende modificar as relações econômicas como meio de combate à pobreza e, conseqüentemente, à insegurança alimentar. Também não garante um padrão de qualidade aos serviços públicos no mesmo molde dos países mais desenvolvidos, mesmo que o país-alvo tenha uma potencialidade econômica absurdamente reconhecida, como é o caso do Brasil.

O conflito de ideias e de paradigmas é percebido no momento em que se estabelecem algumas pretensões de modificar especificamente leis e políticas públicas as quais possam afetar o *status quo* mesmo que minimamente. Ao tratar de tributação de gêneros alimentícios, tributação das grandes riquezas e imposto de renda progressivo, valorização do salário mínimo, leis trabalhistas e outros aspectos voltados à produção de riqueza e sua distribuição, percebe-se os alcances possíveis de cada governo no que diz respeito à diminuição da pobreza e da desigualdade social.

Para entender as limitações das ações governamentais, é necessário elevar o debate político nos mais variados ambientes sociais a fim de que se possam propor alterações e mudanças, que, de fato, possam elevar a melhoria da vida das pessoas de forma permanente e sem necessariamente estarem vinculadas a determinados governos.

1.3 A DIMENSÃO ESCOLAR E O LOCAL DO PROBLEMA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

Conforme se observou nos últimos anos, uma série de matérias jornalísticas divulgaram a crescente entrada de pessoas na condição de insegurança alimentar. As políticas econômicas impulsionadas nos últimos anos, voltadas à diminuição de investimentos públicos sem uma contrapartida de um pujante crescimento econômico,

pleno emprego, salário digno e/ou rendimentos pelo desempenho de atividade profissional adequada ao custo de vida, anunciaram a tragédia da insegurança alimentar.

Durante o governo Bolsonaro, ocorreu um declínio no poder de compra do salário mínimo. Em torno de 70% da população brasileira sobrevivia com um ou menos de um salário mínimo. Em 2021 a regra que indexava o salário mínimo ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor e ao valor do PIB dos dois últimos anos da data de reajuste deixou de ser aplicada. Além da diminuição dos índices de reajuste, a inflação de 2021 foi em torno de 10% no acumulado ao longo do ano, o que diminuiu a capacidade de compra do salário mínimo.

No que diz respeito especificamente ao poder de compra de alimentos e, conseqüentemente, à segurança alimentar, para se ter ideia, durante o governo de Bolsonaro, o poder de compra de feijão de um salário mínimo sofreu uma queda de 41%, se comparado ao poder de compra do mesmo produto no ano de 2018 (Welle, Arthur. Furno, Juliane. Bastos, Pedro. 2022).

A desvalorização do salário mínimo, os cortes em investimentos públicos e o rebaixamento da proteção ao trabalhador em decorrência da reforma trabalhista, além de fatores como a pandemia de Covid-19 e a ineficiência das ações governamentais, foram circunstâncias decisivas para o aumento da insegurança alimentar no Brasil.

Dados publicados no dia 12 de julho de 2023 pela FAO, ONU, OMS e UNICEF apontam que 1/3 dos brasileiros, ou seja, 70,3 milhões de pessoas, passam por insegurança alimentar entre moderada e severa. Para se ter uma ideia do agravamento da insegurança alimentar com base na população nacional, a insegurança severa aumentou, de 1,9% nos anos de 2014 e 2016 para 9,9% entre os anos de 2020 e 2022.

Em se tratando da insegurança alimentar no mundo, essas instituições afirmaram que 148 milhões de crianças estão desnutridas e com crescimento abaixo de suas características antropométricas e que, no geral, 735 milhões de pessoas enfrentam a insegurança alimentar. Esses dados revelam a permanência do problema mesmo após o confinamento ocasionado pela pandemia (Chade, 2023).

No que diz respeito às condições apresentadas nas escolas públicas, observaram-se, em alguns artigos jornalísticos, discussões sobre o impacto da paralisação das aulas na subsistência alimentar de muitas famílias, destacando-se reiteradamente que a alimentação escolar é fundamental para a segurança alimentar de milhares de crianças e adolescentes. A imprensa comentou sobre a preocupação da Defensoria Pública do Estado

do Rio Grande do Norte, no período da pandemia de Covid-19, que recomendou a entrega de kits alimentares para estudantes das escolas públicas do estado (Sem aulas [...], 2020).

Mas a distribuição de alimentos não contemplou todo público escolar, o qual dependeu mais de ações particulares e das equipes de profissionais que atuavam em algumas escolas as quais decidiram, mesmo que pontualmente e sem continuidade, entregar alimentos à comunidade escolar.

De acordo com o Observatório da Alimentação Escolar, organização civil que gerencia informações obtidas por diversas instituições que atuam também com segurança escolar:

Nos últimos 15 meses, 23% dos estudantes ouvidos pela pesquisa não receberam nenhum tipo de assistência alimentar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Apenas 14% receberam cestas de alimentos ou cartões alimentação todos os meses, e 21% receberam assistência alimentar de suas escolas, apenas uma única vez desde o início da pandemia (Lervolino, 2021).

Ainda sobre a entrega de kits com alimentos a estudantes, no período de confinamento e fechamento das escolas, uma reportagem produzida pelo portal da Câmara dos Deputados apresentou em audiência pública a pesquisa ocorrida em 2021. Nesta foi afirmado, pela representante brasileira da Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, que em torno de 30% dos estudantes das escolas públicas do país não haviam recebido nenhum alimento através das escolas mesmo após a entrada em vigor da Lei 13.987/20 que permitia a entrega de merenda escolar aos estudantes no período de suspensão das aulas (Alessandra, 2022).

Ainda quanto aos estudantes das escolas públicas, observou-se que, mesmo após o retorno às aulas pós-confinamento, a alimentação escolar estava sendo insuficiente para suprir as necessidades alimentares. Uma notícia vinculada à Agência Senado, em 18 de julho de 2022, apontou que, em decorrência do elevado número de crianças e adolescentes que se queixavam da insuficiência de alimentos em seus lares, para assegurar o retorno deles à escola era necessário que fossem asseguradas duas refeições.

Essa iniciativa fundamentou a proposição de projeto de lei nº 11.947/2022, de autoria do Senador pelo Estado de Sergipe, Rogério Carvalho (PT). O senador que propôs a alteração no Programa de Alimentação Escolar relatou que:

O projeto adiciona um parágrafo para estabelecer que esse direito compreende a efetiva disponibilização aos alunos de pelo menos duas refeições diárias completas, atendendo-se, integralmente, à ingestão diária recomendada de

proteína, vitaminas e minerais para cada faixa etária (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Quanto ao cardápio e à origem do alimento a ser servido aos estudantes, a legislação também estabeleceu alguns critérios nutricionais. A lei nº 11.947/09 (Brasil, 2009) exige que no mínimo 30% da alimentação seja produzida pela agricultura familiar¹⁹. Esses alimentos contribuem bastante para que o cardápio seja composto por alimentos *in natura*, o que favorece o consumo de nutrientes, vitaminas e proteínas com maior valor nutricional, uma vez que esses alimentos promovem uma absorção mais eficaz pelo organismo humano, diferentemente dos alimentos processados e ultraprocessados.

Ainda sobre a alimentação escolar nas instituições escolares de tempo integral, é importante informar que, de acordo com a Resolução CD/FNDE nº 38 de 16/07/2009, deve ser oferecido o equivalente a 70% das necessidades nutricionais em, no mínimo, três refeições diárias. A adoção dessa política torna a instituição escolar uma das de mais alta relevância no combate à desnutrição e à insegurança alimentar, principalmente entre os estudantes mais pobres oriundos do espaço urbano ou rural.

Segundo Maria Elena Turpin (2009), ao serem obrigadas a comprar alimentos da agricultura familiar, as escolas públicas possibilitaram um ganho qualitativo e econômico para todos os envolvidos, uma vez que essas famílias deixaram de praticar uma agricultura apenas de subsistência e passaram a produzir para uma cadeia mais ampla e diversificada, com exigências pré-determinadas em lei, incentivando, assim, a organização das famílias produtoras através de associações e cooperativas que passaram a ter garantia de compra de seus produtos. O programa de compra da produção da agricultura familiar também promoveu a redução do êxodo rural devido à renovação do ânimo dos agricultores ao saberem que pelo menos parte de sua produção está com a venda garantida.

A ideia inicial na elaboração da alimentação escolar era a de manter os estudantes pobres na escola e também diminuir a pressão social existente à época, fruto das disputas políticas que se estabeleceram durante a Guerra Fria. A escola, ao fornecer alimentação, pretendia diminuir a carência nutricional observada, por exemplo, pelo Dr. Oscar Clark (1890-1948), chefe dos inspetores médicos do Distrito Federal.

¹⁹ Além disso, a lei nº 11.326 considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (Brasil, 2006).

A despeito da porcentagem de jovens e crianças matriculados, a alimentação escolar seguiu a ética assistencialista das caixas escolares criadas no início do século XX (Pinho; Martínez, 2020). Nos dias atuais, nos quais se observa uma dicotomia social entre escolas públicas e privadas, devemos ter o cuidado de evitar a cristalização da percepção de que a escola pública tem como única função assistir seus alunos e alunas nas necessidades básicas, desconsiderando que os jovens matriculados nas escolas públicas têm as mesmas potencialidades. Impressiona como o enfrentamento à violação dos direitos dos estudantes é explorada para impor a parte significativa das crianças e adolescentes do Brasil estereótipos que remetem a uma condição de inferioridade e subalternidade.

É ainda mais impactante quando alunos e alunas se encontram em insegurança alimentar; crianças e jovens que deveriam se ocupar apenas com os estudos passam a se preocupar com o que irão comer no café da manhã, almoço e jantar. Estabelece-se um contraste com outras crianças e adolescentes em que a rotina alimentar, café almoço e jantar fazem do cotidiano, guardam suas energias, interesses e preocupações para o desenvolvimento físico e mental.

Conforme relatos jornalísticos já citados nesta dissertação, no período de retorno às aulas após a pandemia de Covid-19, ocorreram desmaios de alunos e alunas em decorrência da insegurança alimentar. Também presenciei algumas situações de desmaio e vertigem. Ignorar a vulnerabilidade de muitos alunos e alunas e suas famílias e não problematizar os desafios que enfrentam para permanecer em sala de aula diminui o potencial da História como disciplina escolar e como instrumento de compreensão da realidade.

A escola deve ser compreendida como mais um órgão público responsável pela promoção da segurança alimentar em nosso país, principalmente devido aos índices econômicos, à concentração de riquezas e aos números de pessoas em condição de pobreza e extrema pobreza. Importante ressaltar que as legislações que tratam sobre alimentação escolar já atribuem aos estabelecimentos educacionais públicos um papel de protagonismo no enfrentamento desse problema.

No que diz respeito ao âmbito local e ao aumento dos relatos de insegurança alimentar e dos índices econômicos que apontam para uma desvalorização do rendimento e aumento dos preços dos alimentos, o Legislativo estadual, em data de 07 de junho de 2023, através dos deputados Francisco do PT, George Soares (PV), Kleber Rodrigues

(PSDB) e da deputada Isolda Dantas (PT), foi instalada a “Frente Parlamentar de Soberania Alimentar: nutrição para todos”.

Essa frente parlamentar tem como foco buscar ações para produção de alimentos sustentáveis, envolvendo a agricultura familiar, além de debater a própria Lei de Segurança Alimentar. Também fazem parte das preocupações dessa Frente o debate sobre aspectos relacionados à propriedade da terra, aos movimentos sociais e ao fortalecimento das hortas em escolas e universidades.

No que diz respeito aos índices disponíveis e recentes no Rio Grande do Norte, frutos de pesquisas realizadas pelo IBGE, relativos à segurança e insegurança alimentar, entre os anos de 2017 a 2018, informou-se que 45,3% se encontravam em segurança alimentar e no que diz respeito a insegurança alimentar em seus três níveis, 33,5% se encontravam em insegurança leve, 13,6% em insegurança moderada e 7,6% se encontravam em insegurança grave. No que diz respeito especificamente à cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, o IBGE a título de informações o que temos disponível são do ano de 2003, observa-se que 40,86% da população estavam na condição de pobreza sem especificamente informar os graus de pobreza (IBGE, 2018).

Podemos concluir que, ao longo dos anos que se seguiram entre 2002 e 2016, ocorreu uma redução da desigualdade e da extrema pobreza (OXFAN BRASIL, 2018). Todavia, a partir do governo Temer e governo Bolsonaro, sobretudo durante a pandemia de Covid-19, ocorreram cortes em gastos públicos e o aumento do desemprego e da informalidade, levando à situação de encontrarmos, a olhos vistos nas ruas da cidade, a pobreza e o rebaixamento social de parte da sociedade.

No tradicional discurso que o Presidente do Brasil realiza na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, ocorrido no dia 19 de setembro de 2023 após o discurso do Presidente da Assembleia, o Presidente Lula dedicou uma primeira parte para lembrar que, vinte anos atrás, no seu primeiro discurso naquela casa, alertou para a insegurança alimentar e, mesmo após todos esses anos, cerca de 735 milhões de seres humanos ainda permanecem em insegurança alimentar.

Ele apontou como a principal causa da manutenção dessa tragédia humana a concentração de riquezas e afirmou que uma minoria entre os mais ricos concentra riquezas equivalente a 40% da população mundial. Essa desigualdade é a razão para a permanência da insegurança alimentar. Ele afirmou ainda que o neoliberalismo atingiu a democracia inclusive com a relativização e revogação de leis trabalhistas e do debate público político. Independentemente das dificuldades para a concretização de todas as

metas citadas no discurso, a mudança de paradigma consiste em uma mudança no reconhecimento dos grandes problemas nacionais, tal como a insegurança alimentar.

2. REGIMES ALIMENTARES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

2.1. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, OS IMPÉRIOS COLONIAIS E A PRODUÇÃO DE *COMMODITIES*

A alimentação, no que diz respeito à produção e ao acesso aos alimentos, está na base de todas as sociedades. Então, vejamos: manter uma sociedade em insegurança alimentar, além dos males causados às vítimas, rebaixa as possibilidades de desenvolvimento de qualquer nação em decorrência da segregação praticada e da perda de capacidades humanas nas mais variadas competências.

A produção e a administração da produção alimentar começaram a se organizar, a partir do século XIX, numa plataforma para o exercício de hegemonias globais e do próprio câmbio de nações na liderança do capitalismo mundial pós-revolução industrial e a partir de uma dinâmica colonial. Nesse sentido, a manutenção ou substituição da liderança como potência mundial, passará obrigatoriamente por definições sobre produção, distribuição, influência de cultura alimentar e principalmente na comercialização das *commodities*.

A produção de alimentos tem sua historicidade e é fundamental na caracterização das sociedades humanas e na própria formação e existência de modelos governamentais locais, regionais e globais. O estabelecimento de um sistema econômico-político, seja no âmbito interno, seja no âmbito global, apresenta, em alguma camada, promessas de fartura alimentar, que representa o sucesso, a opulência e a competência política das mudanças pretendidas ou já ocorridas. A concretização da segurança alimentar ou o inverso, a ocorrência da insegurança alimentar, funciona como índice fundamental para críticas ou aprovação social.

As técnicas de produção alimentícia, as disputas por melhores espaços para o plantio, são objetos de estudo, para melhor compreender seja qual for o período analisado, principalmente no que diz respeito à formação das sociedades, independentemente da localização global. Para ilustrar a importância da produção alimentar, ao se produzir excedente alimentar, foi possível gerar mais tempo livre para que as pessoas pudessem se dedicar ainda mais ao pensamento abstrato, à contemplação e à produção cultural, artística, arquitetura, arte, entre outros aspectos da produção humana.

A dinâmica de produção e consumo de alimentos se vincula a aspectos culturais e econômicos por evidenciar características das sociedades ao longo do tempo. Fernand Braudel (1995) traçou relações diretas entre dietas e produção de alimentos em culturas

diferentes. A escolha de fontes energéticas em grãos, dentre as dominantes, arroz, milho e trigo, têm sua historicidade, inicialmente, caracterizando macrorregiões as quais, em decorrência das características ambientais, escolhiam grãos específicos os quais, ao mesmo tempo, produziram uma cultura alimentar específica.

Todavia, a partir do século XIX, a migração de grãos e o estabelecimento de regiões com suposta vocação para alimentar o mundo tornou-se uma constante. O trigo, por exemplo, passou a ser amplamente consumido e comercializado em boa parte do globo. Essa decisão não se limitou aos benefícios e às facilidades no transporte, mas também à exportação de uma dieta hegemônica, que é controlada pelos mercados internacionais cada vez mais poderosos. Também, tratou-se de um processo que envolveu colonização cultural e acréscimo de elementos que podem agravar a dependência entre nações.

Posto isto, do século XV ao século XVIII a nossa atenção irá em primeiro lugar para os alimentos majoritários, portanto para os que fornecem a agricultura, a mais antiga de todas as indústrias. Ora a agricultura sempre teve de incidir, desde o princípio, nesta ou naquela planta dominante, depois de se construir com base nesta opção antiga e prioritária de que tudo ou quase tudo irá depender a seguir. Três delas tiveram um destino brilhante: o trigo, o arroz, o milho; continuam hoje a disputar entre si as terras aráveis do mundo. São plantas de civilização que organizaram a vida material e por vezes a vida psíquica dos homens com grande profundidade, a ponto de se tornarem estruturas quase irreversíveis. (Braudel, 1995, p. 92)

Da Europa, muito antes destes acontecimentos, o trigo atravessa o Atlântico. Teve de lutar, na América Ibérica, contra as traições de climas demasiado quentes, de inseto devoradores, das culturas rivais (o milho, a mandioca). Sucesso na América, terá o trigo tardiamente, no Chile, nas margens do São Lourenço, no México, mais ainda nas colônias inglesas da América no século XVII e sobretudo no Século XVIII. No Século XIX, o trigo triunfa na Argentina, na África austral, na Austrália, nas “pradarias” do Canadá e do Middle West, por toda a parte afirmando, com a sua presença, a expansão da Europa. (Braudel, 1995, p. 94)

Dentre as revoluções burguesas, a que me parece mais contundente e que expõe o impacto das mudanças na forma de produção, estabelecimento de classes e relações modernas de colonização, ocorreu a partir da Revolução Industrial. A mudança na produção de bens de consumo está intrinsecamente relacionada ao neocolonialismo, principalmente de partes significativas da África e da Ásia. Esse novo colonialismo me remete à máxima atribuída a Heráclito: “Entramos e não entramos duas vezes no mesmo rio, pois somos e não somos” (Chauí, 1994, p. 67).

A brutal colonização exercida nas Américas e as relações comerciais estabelecidas na África, a partir do começo do século XVI, foram experiências trágicas

para os povos originários, e a escravização, a morte e a desagregação de culturas e de povos foi o rescaldo desse período. Ocorreu que, a partir do Século XIX uma “nova-velha” forma de colonização passou a ser praticada por potências industriais, com uma dinâmica de exploração baseada no desenvolvimento do capitalismo dos países colonizadores, ou seja, a produção de bens e seu comércio. Essa relação entre desenvolvimento industrial e neocolonialismo, interferirá diretamente na produção e subsistência de importante parcela da humanidade.

Iniciou-se, então, uma corrida pelo controle da produção alimentar, ao passo que a insegurança alimentar gradualmente passou a ser constituída cada vez mais por decisões políticas e econômicas e menos em decorrência de fenômenos climáticos ou mesmo catástrofes como as guerras, apesar de essas últimas ainda serem impactantes e causarem incertezas devido às mudanças climáticas.

O Imperialismo²⁰, entre os anos de 1875 e 1914, de acordo com Caparrós (2016), possibilitou a países como Inglaterra e França a obtenção de vantagens. Para além do comércio de produtos industriais e da obtenção de bens naturais, os povos colonizados por essas nações europeias foram responsáveis pela sobrevivência e trabalho para o *Lupem*²¹ dos países imperialistas. A segunda vantagem alcançada foi o arrefecimento de revoltas populares da massa de indigentes e trabalhadores descontentes que se encontravam na condição de extrema exploração nos países industriais.

Segue o autor, concluindo que:

A expansão colonial europeia da segunda metade do século XIX concluiu, de alguma maneira, a criação do Outro Mundo tal como o conhecemos: milhões de trabalhadores vivendo em regime de semiescravidão que produziam comida nos territórios do império para manter malnutridos os operários dos centros imperiais (Caparrós, 2016, p. 243).

Nesse sentido, a Revolução Industrial, além das mudanças na forma de produção e na relação de trabalho, também afetou a produção alimentar nas colônias e em outros

²⁰ O sistema capitalista, tomado pela busca do lucro, tal como tende de modo orgânico a provocar desequilíbrios sociais e territoriais no seio dos Estados capitalistas, a mesma coisa faz, de maneira ainda mais desenfreada, no plano mundial, evidentemente em prejuízo dos países mais débeis e pobres que, carecendo do conveniente poder contratual no conjunto das nações, cada vez ficam mais pobres (Bobbio, 2014, p. 614).

²¹ Em o 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852), Marx refere-se ao *lupemproletariado*, termo que traduz o alemão *lumpenproletariat*, como “o lixo de todas as classes”, “uma massa desintegrada”, que reunia “indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém saídos das cadeias, [...] batedores de carteira, rufiões, mendigos e etc.” nos quais Luís Bonaparte apoiou-se para chegar ao poder (Bottomore, 2012, p. 354).

países que se tornaram grandes produtores de *commodities*. A Revolução Industrial, no seu início, caracterizou-se bastante pela produção de tecidos e pela siderurgia. Na Inglaterra, o estabelecimento das fábricas em Manchester e em outras cidades industriais modificou o regime de produção alimentar nacional em decorrência das migrações ocorridas do campo para as cidades industriais.

Entre os anos de 1760 e 1830, a população de Manchester decuplicou. Seus operários, recrutados dos meios tradicionais ou mesmo expulsos pelas Leis dos Cercamentos²², passaram a suprir as necessidades de trabalhadores fabris e das minas de carvão. O objetivo era produzir mais pelo menor preço.

No século XVIII, a única fabricação de algodão puro conhecida na Europa era a indiana. Eric Hobsbawm (1978) informa que, em 1700, a Inglaterra proibiu a importação dos tecidos indianos. Tal decisão protecionista garantiu às fábricas inglesas, inicialmente, a produção para o comércio interno, gerando demanda para o desenvolvimento de suas fábricas. Somado a isso, a exploração extrema do trabalho assalariado possibilitou que a produção têxtil inglesa produzisse de forma mais rápida, melhor e com menor custo. Essas mudanças tornaram a produção inglesa gradualmente dominante nos mercados internacionais, inclusive passando a produzir para o seu fornecedor, ou seja, a Índia.

A gradual concentração da capacidade de produção industrial na Inglaterra tornou a Índia uma área de exploração em decorrência da colonização sofrida, passando a ser administrada sob a dinâmica dos interesses do imperialismo inglês. Uma das vertentes fundamentais dessa dinâmica foi a mudança nas demandas da produção de alimentos nas colônias. Ao se tornar a “fábrica do mundo”, a Inglaterra transferiu para as colônias parte significativa do suporte alimentar para manter a nutrição dos trabalhadores ingleses, que agora está no exercício das atividades fabris e comerciais, conforme apontou Mike Davis:

Embora a produção de arroz e de trigo no resto da Índia (que então incluía bonança de arroz castanho do recém-conquistado delta do Irrawaddy) tivesse sido acima da média nos três anos anteriores, boa parte do excedente havia sido exportada para a Inglaterra. Os londrinos estavam na verdade comendo o pão da Índia (Davis, 2001, p.26)

²² O cercamento (ou enclosure, em inglês) foi um processo histórico que ocorreu na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, em que as terras comunais, antes utilizadas por camponeses para o cultivo e pastoreio, foram cercadas e transformadas em propriedades privadas de grandes proprietários rurais.

Os livros didáticos que utilizei como base para lecionar os conteúdos referentes à Revolução Industrial e ao Neocolonialismo não apresentavam relação direta entre esses acontecimentos. A Revolução Industrial é descrita como uma conquista da técnica e de condições endógenas da Inglaterra e de outros países europeus. Ocorre que, sem os vínculos de dependência estabelecidos com a expansão comercial e, posteriormente, com o neocolonialismo, dificuldades ainda maiores seriam impostas às nações europeias para o desenvolvimento de seus sistemas econômicos.

Sobre as relações entre produção alimentícia e industrialização, Ruy Mauro Marini (2000) apresentou importante contribuição na compreensão dos vínculos entre dependência e desenvolvimento. Nesse sentido, sempre que o conteúdo escolar “Revolução Industrial” for trabalhado em sala de aula, deve ser feita a menção aos vínculos de dependência entre nações como viabilizadores do pioneirismo inglês.

A criação da grande indústria moderna teria sido fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional... O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não teria podido ter lugar se estes não tivessem contado com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos (Marini, 2000, p. 111).

Até mesmo as ferrovias construídas pelos Ingleses em suas colônias, que simbolizavam o desenvolvimento tecnológico e civilizacional prometido pelo Império, tinham como importante função, que serviu para justificar sua construção, o uso com a finalidade de transportar os grãos do interior da Índia para os portos, para, então, serem exportados para Inglaterra ou negociados e vendidos para outros locais do globo.

Outro avanço tecnológico que também está na esteira dos avanços técnicos ao longo das Revoluções Industriais, o telégrafo, garantia que informações sobre colheitas se tornassem rapidamente conhecidos por grupos de financistas na “City of London Corporation”, local em que se concentra, ainda nos dias atuais, importante centro bancário e financeiro.

Esses grãos passaram para a administração de relações complexas que se baseiam na especulação de mercados futuros²³, negociados na bolsa de valores, possibilitando a riqueza monetária a partir do aumento dos preços entre o período que

²³ BOLSA DE FUTUROS. Mercado de commodities onde os contratos de futuros em instrumentos financeiros ou as mercadorias físicas, como o trigo e a soja, são comercializados (Sandroni, 2004, p. 60).

levou entre a produção e a comercialização. Esses mercados, no período vitoriano²⁴, possibilitaram que um grupo significativo de pessoas na Inglaterra começasse a negociar no mercado especulativo de alimentos, passando a viver de renda e investindo em ações comerciais globais a reboque do colonialismo inglês.

Enquanto essas relações rebaixavam a vida de muitos indianos, na Inglaterra as classes médias cresciam em número e recursos. A especulação de *commodities* passou a ser a partir do desenvolvimento da comunicação e do transporte mais seguro para alocar recursos especulativos. A produção global se converteu à lógica moderna, racionalizada a partir de divisões entre produtores de bens primários e produtores de bens industriais. Nesse sentido, o conceito de regimes alimentares sintetiza as características da produção de alimentos como conteúdo econômico-social estabelecido em um determinado período e espaço.

Destacam-se, segundo Philip McMichael (2016), três regimes alimentares sob a ideologia do livre comércio, a qual corresponde à geopolítica dominante na produção e no consumo de alimentos em períodos específicos. A primeira fase é constituída a partir do estabelecimento do neocolonialismo representado pela Grã-Bretanha (1870-1930); a segunda fase, estabelecida sob a liderança do Estado Norte Americano (1950-1970), atrelada à valorização do dólar em face do Tratado de Bretton Woods, e, o terceiro regime, sob a égide de multinacionais alimentícias que utilizam o alimento como meio de especulação no sistema financeiro corporativo (1980-2000).

O surgimento do regime alimentar sob a liderança da Inglaterra também iniciou de forma marcante o que Ruy Mauro Marini (2000) descreveu como “troca desigual”, ou seja, troca e comercialização de bens com valores diferentes. Nas primeiras fases das relações entre Revolução Industrial e Neocolonialismo, o desequilíbrio dos valores se deveu à oferta de produtos que não são oferecidos nas colônias, fabricados com técnicas inovadoras, mas principalmente através da superexploração dos trabalhadores e do gradual estabelecimento de um monopólio que também promoveria o aumento artificial dos valores dos bens a serem comercializados.

O estabelecimento da troca desigual possibilitaria aos países industrializados a compra do excedente alimentar das nações que negociavam com esses países sem afetar

²⁴ Período do Reino Unido que durou entre 1837 a 1901, durante o reinado da Rainha Vitória, ocorreu aumento significativo da população, mercantilização na bolsa de valores de commodities.

a balança comercial de suas nações. As elites dos países colonizadores passaram a se beneficiar com os lucros recebidos pela negociação das *commodities*.

Para se ter uma ideia dos valores comercializados, o economista Utsa Patnaik calculou os lucros extraídos das companhias inglesas e chegou à cifra de 45 trilhões de dólares, nos valores atuais, entre o período de 1765 a 1938. Apesar desses lucros, em 1770 na região de Bengala ocorreu uma fome que matou 1/3 da população sem provocar nenhuma ação do Império Britânico. Em 1943, também na região de Bengala, morreram de fome cerca de 3 e 4,5 milhões de pessoas de fome e desnutrição para favorecer o esforço de guerra inglês, ou seja, Churchill, que considerava os Indianos inferiores, não titubeou em sanar qualquer risco de desabastecimento para seu exército e seu povo (A Revolta...2021).

Durante o desenvolvimento do nacionalismo chinês no final do Século XIX e início do Século XX foi cunhada a expressão “Século da Humilhação” (Escobar, 2021). Essa expressão, que foi inicialmente utilizada para unificar o povo chinês nas guerras contra a presença estrangeira, posteriormente sintetizou as catástrofes ocorridas durante o período que se estende entre a Primeira Guerra do Ópio em 1839 e as Guerras de Independência contra o Japão até 1945²⁵.

A perda da soberania e a intervenção econômico-militar de potências estrangeiras na China é compreendida como um período nefasto e que humilhou e rebaixou o povo chinês, submetendo-o ao racismo, à miséria e à morte. Esse período foi tão marcante na história recente da China que permanece como símbolo que deve ser mantido na memória social, permanecendo fundamental para compreender as preocupações em manter a unidade do povo chinês e a defesa de sua soberania.

O “Século da Humilhação”, também conhecido como “Século da Vergonha”, tem relação com o estabelecimento do primeiro regime alimentar sob a égide da Inglaterra. A China, apesar de seu grande território, sofria com calamidades em decorrência da insegurança alimentar, devido aos fracassos das monções, à corrupção dos governadores de províncias e à desorganização do Império Chinês, essas eram as causas ambientais e sociais que promoviam a insegurança alimentar grave. Todavia, conhecendo

²⁵ O termo “Século da humilhação”, também chamado de “Século da vergonha”, tem uma historicidade ao longo do século XX. Inicialmente utilizado pelos nacionalistas para denunciar a interferência estrangeira, Mao utilizou essa expressão para acrescentar que, além da interferência estrangeira, o mundo feudal e tradicional teria colocado o povo chinês naquela condição. Com Deng Xiaoping e com o início da abertura econômica, essa expressão passou a ser pensada a partir de uma busca pelo desenvolvimento. Atualmente ocorreu um retorno a uma posição mais nacionalista da expressão (O “Século [...]” [...], 2021).

as incertezas na produção de alimentos, os governos mantinham estrategicamente reservas alimentares para serem acionadas em períodos de baixa produção.

Ocorreu que a balança comercial chinesa, sob a dinastia Qing, ao longo da segunda metade do Século XIX, passou a ser gravemente deficitária. Os narcotraficantes ingleses, ao despejarem no território Chinês grandes quantidades de ópio, causaram graves problemas sociais, os quais afetaram parte significativa da força de trabalho chinesa. Os celeiros públicos, que eram responsáveis pela manutenção da população em períodos de baixa produtividade, passaram a ser relegados no momento em que os negócios chineses foram pautados pelos interesses econômicos ingleses.

O impacto global do regime econômico inglês, ao longo do período vitoriano, desperta em Mike Davis uma reflexão sobre a formação de periferias que foram estabelecidas pela produção industrial e pelo domínio do comércio, que seguiu na esteira dos processos coloniais.

Ao final do reinado da rainha Victoria, a desigualdade entre os países era tão profunda quanto a desigualdade entre classes. A humanidade havia sido irrevogavelmente dividida. E as famosas “vítimas da fome”, que a Internacional exorta a ficarem de pé, foram invenções modernas do mundo vitoriano tardio, tanto quanto a luz elétrica, a metralhadora Maxim e o racismo “científico” (Davis, 2002, p. 15).

O Brasil, no final do século XIX e início do século XX, manteve relações sociais intrinsecamente constituídas pela posse da terra e das condições em que ocorria a ocupação humana, essas condições foram responsáveis pela formação das periferias econômicas no interior das cidades e entre regiões. Então, vejamos: após o fim da escravização de seres humanos e início da república, nenhuma mudança positiva ocorreu no que diz respeito ao acesso a direitos básicos. A maioria da população pobre e negra do Brasil permaneceu distante do acesso a bens materiais básicos como a posse da terra.

A concentração de propriedades, seja no âmbito rural ou urbano, não sofreu modificação para democratizar o acesso à propriedade para grande parcela populacional. Apesar do crescimento da população ao longo da segunda metade do Século XIX e início do Século XX, enormes faixas de terras improdutivas continuaram exclusivas à exploração ou especulação de oligarquias regionais que utilizavam de todos os artifícios para manter sua hegemonia.

O monopólio da terra, a monocultura, a violência e o abandono dos moradores de áreas rurais à própria sorte geraram as migrações internas que aumentaram

significativamente as periferias das capitais. Para se ter uma ideia, segundo Mike Davis (2022), o Produto Interno Bruto *per capita* no Brasil, durante a segunda metade do Século XIX, não teve nenhum aumento apreciável na renda ou na produtividade. Sob os reflexos do reconhecimento da Independência do Brasil pela Grã-Bretanha, foi assinado acordo comercial entre o Brasil e Inglaterra o qual codificou a dependência entre essas economias ao definir a taxaço de produtos de forma contrária ao princípio da reciprocidade. Isto é, os produtos ingleses sofriam no máximo 15% de taxaço, enquanto o café brasileiro sofria uma tarifa de 300%. Com isso, o Brasil passou a ser uma espécie de protetorado britânico.

Os Rothschild de Londres, através de seus bancos, alcançaram lucros estratosféricos para a Inglaterra, uma vez que passou a responder pelo financiamento do Brasil. Para exemplificar o fluxo de recursos originário do financiamento pelos bancos ingleses, mesmo no período em que a Inglaterra havia abolido a escravidão, este país continuou aceitando, a título de garantia, pessoas escravizadas.

As importações e exportações brasileiras, além de passarem por instituições financeiras inglesas, como a *London and Brazilian bank limited*, também eram geridas por recursos e empréstimos ingleses. Nesse período, do primeiro regime alimentar, a Inglaterra estrangulou financeiramente o Brasil. Apesar das relações desiguais entre as nações, ocorreu a formação de uma elite colonizada que se beneficiou organicamente dessas relações, mantendo privilégios, exercendo também a administração dos interesses econômicos externos, como aponta Frantz Fanon (2022).

Também se estabeleceu uma dependência dos manufaturados ingleses, ao ponto que qualquer tentativa nacional de desenvolvimento independente de produção industrial sofria retaliação, seja pela interposição de dificuldades no acesso de matéria-prima como o algodão, seja por meio da compra das fábricas como no famoso caso ocorrido em Alagoas. Neste caso, a fábrica “Estrela”, propriedade de Delmiro Gouveia até seu assassinato, foi vendida por seus herdeiros para os ingleses da *Machine Cotton*, que paralisou a produção de linhas da Estrela e lançou as suas máquinas em um cânion de Paulo Afonso no Rio São Francisco (Maynard, 2008). A dependência deve ser mantida a todo custo.

Essa balança comercial negativa gerou uma dívida externa junto aos bancos ingleses, impedindo maiores investimentos no desenvolvimento econômico industrial interno. A complexidade do caso brasileiro é digna de seu tamanho. Além das relações externas, tínhamos a formação de pólos distintos dentro do país. A economia, baseada na produção de café para exportação, ao longo do final do Século XIX e do início do Século

XX, criou pólos econômicos muito distintos, isso sem mencionar a segregação de parte importante da população, impossibilitada de acessar qualquer tipo de dignidade social, tragédia que repercute até os dias atuais na formação da nossa população pobre.

Essa síntese serve para ilustrar parte do histórico de segregação racial e social que inviabilizou o desenvolvimento nacional através da concentração de terra e das limitações do desenvolvimento soberano. Essas condições migraram para a produção alimentícia, que ficou sob a gerência dos interesses das oligarquias. A lei de Terras de 1850 confirmou a tendência à concentração fundiária ao regularizar o latifúndio, anistiando os invasores. Ou seja, a lei do mais forte prevaleceu. A violência foi uma constante na acumulação de terras e, conseqüentemente, de riquezas.

É verdade que, no nordeste brasileiro, as secas promoveram gravíssimas crises que causaram a insegurança alimentar e a morte de muitas pessoas. Ações emergenciais, a exemplo da construção de açudes e da realização de outras obras públicas, nas frentes de emergência, invariavelmente beneficiaram mais a sustentação do latifúndio do que promoveram meios de manter a agricultura e a subsistência da população mais pobre (Davis, 2022).

Esse processo de marginalização de regiões como o nordeste brasileiro, incapacitando o mestiço, o negro, o branco pobre e as populações originárias, teve também como escopo, premeditadamente ou não, a confecção de uma ideologia que condicionou a pobreza a uma característica natural dessas pessoas, a indolência e a incapacidade, em vez de ser observado como fruto das contradições e violência na imposição de um sistema inepto para promover para todos e todas os Direitos Humanos.

O estabelecimento do primeiro regime alimentar é mais uma vertente do sistema colonial e da exploração econômica das áreas colonizadas. É necessário desenvolver um respaldo ideológico que justifique inclusive o descumprimento de princípios do Direito Internacional nascidos desde a Paz de Westfália, em que foi estabelecida a igualdade e a soberania entre os Estados. Entretanto, conforme observou Frantz Fanon (2022, p.38), a colonização faz do colonizado a “quintessência do mal”, produzindo uma justificativa moral que alivia a consciência dos incautos que estão na linha de frente.

Foi essa ideologia que produziu a Conferência de Berlim que retalhou a África, e que, a despeito das disputas internas na Europa, certificava que o continente Africano seria mantido como uma zona de exploração econômica. Entretanto, Frantz Fanon (2022) observou que as independências, via de regra, passam a ser tuteladas pelo pensamento colonialista e a ordem e o desenvolvimento dependem da metrópole europeia. Acrescenta,

ainda, que a independência não trouxe mudanças imediatas. Pelo contrário, esta poderia ter sido apenas o início da luta.

A antiga potência colonial, que manteve intactos, e por vezes reforçou, circuitos comerciais de tipo colonialista, concorda em alimentar o orçamento da nação independente através de pequenas injeções financeiras. (Fanon, 2022, p.93)

Uma burguesia tal como se desenvolveu na Europa pôde elaborar uma ideologia a fim de reforçar seu próprio poder. Essa burguesia dinâmica, instruída, laica, conseguiu pleno sucesso em seu empreendimento de acúmulo do capital e deu à nação um mínimo de prosperidade. Nos países subdesenvolvidos, vimos que não existia uma verdadeira burguesia, mas uma espécie de pequena casta de dentes afiados, ávida e voraz, dominada por uma mentalidade medíocre e acomodada com os dividendos garantidos pela antiga potência colonial (Fanon, 2022, p. 174).

Nesse sentido, interesses econômicos de multinacionais ou de Estados Nacionais que exercem políticas e ações econômicas globais caracterizam e constituem os regimes alimentares, conceito utilizado por McMichael, definido, segundo o autor, como “exercício de poder global” (McMichael, 2016, p.42) inserido no sistema capitalista que, a partir de sua dinâmica, estrutura a produção e o consumo de alimentos.

Sobre o conceito de soberania alimentar, McMichael aponta que, a partir da formação dos Estados Nacionais modernos, e, após a Revolução Industrial, o capitalismo ocidental necessitou cada vez mais de aumentar suas fronteiras agrícolas, criando e expandindo a indústria agroalimentar principalmente para abastecer os complexos urbano-industriais.

Esses Estados hegemônicos ocidentais se estabeleceram em confronto com economias estrangeiras, fossem estas concorrentes ou colonizadas. A globalização tem primordialmente o desenvolvimento de cadeias de *commodities*, que distribuem, independentemente do período, alimentos para várias regiões do mundo.

Ao tratar das hegemonias acima descritas, princípios econômicos e políticos passaram a apresentar contradições severas. A concentração de riquezas gerou periferias de ordem regionais e globais. Os conteúdos estudados nos últimos anos do ensino fundamental, tais como: imperialismo, colonialismo, disputas hegemônicas e mudanças de paradigmas como mercantilismo, nacionalismo e hegemonias financeiras, interferem na vida privada e na efetivação de direitos humanos dos mais diversos.

Giovanni Arrighi (1996) trata do “sistema-mundo” e apresenta uma importante compreensão sobre os períodos que se iniciam com o livre comércio defendido pela Grã-

Bretanha e as mudanças ocorridas ao longo do período conhecido como Guerra Fria. Este foi um período de disputa ideológica no ocidente, ao passo que a liberalização do mercado foi sendo urdida de forma mais próxima às nações que seriam dominadas economicamente.

Nesse sentido, os aspectos culturais e o desenvolvimento de um maior convencimento (*soft-power*), com mais sofisticação, foi a tendência pós-Segunda Guerra Mundial. Mas, se a aceitação não ocorrer de forma suave, as canhoneiras permanecem armadas e apontadas para demonstrar que a margem de negociação é apertada e a globalização nada tem a ver com aldeia global mas com o estabelecimento de hegemonia.

Considerações semelhantes aplicam-se ao impulso “anti-livre cambista” da hegemonia norte-americana. Tem sido de um assinalado o desvio da hegemonia norte-americana dos princípios e das práticas do liberalismo do século XIX, em favor de uma maior responsabilidade governamental na regulamentação econômica e no bem-estar do cidadão. Todavia, a ênfase no “liberalismo” das duas ordens hegemônicas, comparado ao “mercantilismo” do período intermediário de luta pela hegemonia, tem obscurecido a divergência fundamental entre a nova ordem mundial norte-americana da Guerra Fria e as políticas e ideologias de livre comércio da Grã-Bretanha do século XIX. A verdade é que o governo norte-americano nunca chegou sequer a considerar a adoção do tipo de livre comércio *unilateral* que a Grã-Bretanha praticou desde a década de 1840 até 1931. O livre comércio ideologizado e praticado pelo governo dos Estados Unidos, em todo período do seu predomínio hegemônico, tem sido, antes, uma estratégia de negociação intergovernamental- bilateral e multilateral- sobre a liberalização do comércio, visando basicamente abrir as portas das outras nações aos produtos e empresas norte-americanas (Arrighi, 1996, p. 71).

As condições históricas do estabelecimento do regime alimentar sob a égide dos Estados Unidos da América foram constituídas no momento do estabelecimento desse país como grande potência mundial e também em decorrência do rebaixamento das economias e da importância militar e geopolítica de países como Inglaterra, França e Alemanha. Mas questões internas da história recente estadunidense também são importantes.

A depressão econômica americana, a partir de 1929 e que seguiu nos anos de 1930, modificou a relação dos Estados Unidos com a produção alimentar e com a garantia de nutrição de seu povo. Assim, os esforços se voltaram para a obtenção de excedente de produção a fim de demonstrar a eficácia de seu regime. No livro “As Vinhas da Ira”, de John Steinbeck (2013), constituiu-se uma narrativa com base no realismo social. Esta, por sua vez, teve como protagonista a família Joad, que, após ser destituída de suas terras no estado de Oklahoma, passou por privações alimentares e testemunharam a miséria típica

desse período. Essa obra tornou-se um dos principais relatos desse período de insegurança alimentar nos Estados Unidos durante a depressão econômica (Kölln, 2014).

Para superar essa experiência e se estabelecer como potência econômica e geopolítica, os Estados Unidos incentivaram a produção alimentar de *commodities* a partir de subsídios estatais comprados e garantidos para a manutenção de estoques estratégicos para a população interna, mas também como forma de estabelecer uma dinâmica internacional de *Dumping*²⁶. Essa situação foi uma das primeiras ações que passou a intervir na produção de alimentos no sul global.

Esse nacionalismo econômico, que teve como força motriz o “New Deal²⁷”, além da modernização agrícola e uma reforma fundiária com a concentração de terras nas mãos dos grandes empreendimentos agrícolas nos Estados Unidos, serviu de modelo e foi copiado no Brasil, gerando o que chamamos hoje em dia de agronegócio.

Entretanto, se, nos Estados Unidos, essa produção, além de gerar segurança alimentar e de promover suas estratégias geopolíticas nos países do sul global, no Brasil teve como escopo a produção para a demanda internacional e acumulação de terras e riquezas condicionando parte significativa do discurso econômico à defesa intransigente da vocação única e aceitação da divisão internacional do capitalismo, que tendeu a destinar o Brasil a produção de *commodities* (McMichael, 2016).

Nessas disputas pela hegemonia global, uma das promessas era a da realização de uma produção alimentícia suficiente para alimentar todos os seres humanos. Foi ao longo dos anos de 1940 e 1960, período em que surgiu o que ficou conhecida como Revolução Verde²⁸, caracterizada como uma série de desenvolvimentos técnicos agrícolas que possibilitaram aumento significativo da produção de grãos a partir do uso intensivo de defensivos químicos e de sementes previamente escolhidas, objetivando maior produtividade (McMichael, 2016).

²⁶ Refere-se à prática de exportar bens para outro país a um preço menor do que o valor normal dos bens no mercado interno do país exportador. O dumping é considerado uma prática comercial desleal e é frequentemente utilizado para obter uma vantagem competitiva no mercado internacional (Sandroni, 1999, p. 187).

²⁷ Constituído por políticas implementadas pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt em resposta à Grande Depressão que ocorreu na década de 1930, o objetivo do New Deal era estabilizar a economia e ajudar a população a se recuperar da crise econômica e do alto índice de desemprego, baseando-se na assistência social, aumento dos serviços e obras públicas e desenvolvimento da produção tecnológica nacional (Sandroni, 1999, p. 422-423).

²⁸ A Revolução Verde refere-se a um conjunto de avanços tecnológicos, práticas agrícolas e mudanças no setor agrícola que ocorreram a partir da segunda metade do século XX. Tinha como objetivo aumentar a produção com menor dependência das condições naturais (Matias, s. d.).

Esse período se caracterizou pela participação dos recém-criados Banco Mundial²⁹ e da United States Agency for International Development (USAID),³⁰ que teriam como missão desenvolver economicamente as áreas de domínio geopolítico estadunidense em contraposição ao socialismo soviético.

No sul global a atuação desses órgãos foi no sentido de expandir ainda mais a esfera de domínio dos Estados Unidos, especificamente a produção alimentícia. A USAID promoveu assistência técnica para modernizar a produção e os recursos econômicos eram originados pelo Banco Mundial através de financiamentos (Campos, 2012).

O regime alimentar, sob a hegemonia estadunidense, promoveu o uso de equipamentos vendidos por suas empresas e o crédito ao desenvolvimento principalmente do agronegócio. Esses financiamentos poderiam ocorrer de várias formas, diretamente ou através de relações entre governos. Moniz Bandeira (2016) descreveu o caso da empresa “United Fruit Company (American Fruit)”, na Guatemala, onde os Estados Unidos, em 1954, promoveram a derrubada do governo de Jacobo Árbenz, o qual havia iniciado uma reforma agrária que poderia interferir nos interesses estadunidenses e nos lucros de sua empresa. O Presidente Árbenz foi acusado de ser um comunista por tentar modernizar sua sociedade e realizar uma reforma agrária para diminuir a pobreza da população de seu país.

A título de modelo de uso da terra, o agronegócio será baseado no produtivismo³¹ que, além de ser um sistema de produção fruto do próprio capitalismo, é reforçado politicamente e socialmente ao longo do tempo por um marketing que justificará aspectos como uso de agrotóxicos, latifúndios, exploração do trabalho e produção de grãos.

Acontecimentos globais a partir dos regimes alimentares interferem no preço dos alimentos desde o preço da energia, inflação e o valor do dólar, passam a ser cruciais na definição dos valores das commodities. O comércio internacional terá o dólar americano

²⁹ O Banco Mundial, oficialmente conhecido como Grupo Banco Mundial (World Bank Group), foi criado em 27 de dezembro de 1945 durante as negociações da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional (United Nations Monetary and Financial Conference), mais conhecida como Conferência de Bretton Woods (Sandroni, 1999, 56).

³⁰ A USAID (United States Agency for International Development) agência independente do governo Federal dos Estados Unidos criada em 1961, responsável pela implementação de programas de assistência econômica e humanitária em todo o mundo, especialmente nas áreas de educação e saúde, bem como nos processos de reforma da administração pública e de justiça social. (2007).

³¹ Segundo a Infopédia, “Doutrina que considera que o aumento da produção é o principal objetivo da evolução das estruturas sociais, políticas e econômicas (Porto Editora, 2024).

como moeda base para o comércio global de alimentos, tudo isso incrementado no pós-Segunda Guerra Mundial com o tratado de Bretton Woods. Este, por sua vez, garantiu ao dólar lastro e paridade com o ouro, transformando os Estados Unidos na locomotiva financeira do mundo. Ou seja, o governo desse país regia o fluxo monetário econômico mundial (Bandeira, 2016).

Em 1971, o sistema de câmbio do dólar com o ouro foi rompido durante o governo Richard Nixon, o qual declarou a saída unilateral dos Estados Unidos dos termos estabelecidos no Tratado de Bretton Woods. Com o fim desse tratado, o dólar passou a ter sua taxa de câmbio determinada pelo mercado, seu valor, então, seria definido pelas demandas de financistas. O dólar, que através do Tratado de Bretton Woods passou a ser uma moeda para sustentar as economias ocidentais, a partir de 1971 passou a ser uma moeda para fins especulativos.

As finanças globais, tornaram a economia global gerida por interesses apenas privados. Dessa forma, o valor das commodities passaria por flutuações também baseadas no dólar e o alimento se tornaria um meio de adquirir dólar. Sobre isso, vejamos o que Nelson Werneck Sodré afirmou na sua obra “A farsa do Neoliberalismo”:

A “nova ordem” estabelecida em Bretton Woods – e por isso Keynes recusou-se a assinar os acordos ali estabelecidos – tornava, na verdade, o dólar moeda universal. Quando Nixon, em sensacional rasteira ao mundo dito civilizado quebrou o padrão ouro para o dólar – um dos maiores furtos conhecidos na História – ficou evidente a dominação norte americana sobre a área capitalista e sobre aquela que permanecia no nível que ficou conhecido como subdesenvolvido (Sodré, 1995, p.80).

O alimento, nessa conjuntura, deve ser compreendido como insumo biopolítico³² necessário para suprir a mão de obra, realizando uma administração da própria vida. A produção de alimentos de forma extensiva pelo agronegócio e sua venda em mercados de ordem global, envolve desde câmbio, deixando muitas nações à mercê de investimentos internacionais e relegadas a monoculturas que limitam as economias nacionais. A produção de riquezas nas nações que dependem do agronegócio permanece tutelada por interesses globais. Nos momentos de influxo do comércio de *commodities*, essas nações

³² Segundo Revel o termo biopolítica, “designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica - por meio dos biopoderes locais - se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas (Revel, 2005, p.26).

passam a se endividar junto a bancos internacionais como o Fundo Monetário Internacional.

Conforme preceitua o produtivismo, a partir de conceitos neoliberais³³, a alimentação está disponível para aquisição, sendo que, antes de ser um direito, é uma mercadoria. O regime alimentar executado pelas grandes corporações alimentares defende que o mercado alimentício e suas regras se baseiem, inclusive, em mercados futuros, podendo, assim, gerenciar a distribuição de alimentos dentro da lógica do mercado, o que é necessário para possibilitar a geração de riqueza, garantindo o consumo dos alimentos para a coletividade.

Ocorre que esses regimes alimentares supostamente baseados apenas em regras de mercado apresentam como meta primária o aumento do lucro e o barateamento dos custos. Ou seja, visam ao aumento significativo da concentração de riqueza. Esses regimes alimentares modificaram inclusive hábitos alimentícios, como o consumo de trigo em escala global, gerando a adoção de diversos alimentos industrializados com base nesse cereal.

De acordo com McMichael (2016), a visão original da FAO modificou em 1986, quando o banco mundial passou a determinar que segurança alimentar estava atrelada à capacidade de aquisição de alimentos, diferentemente do que preceituava o ex-presidente executivo da FAO, o brasileiro Josué de Castro, o qual defendia o conceito de soberania alimentar para diminuir os efeitos da simples mercantilização do alimento.

Assim, o FMI tornou-se um instrumento arrecadador de dívida em favor dos bancos do hemisfério norte; o dólar manteve-se como a moeda mundial sem regras, e os Estados Unidos detinham efetivo poder de veto segundo regras do FMI. Por conseguinte, os países do Terceiro Mundo de modo geral passaram de políticas agroalimentares nacionais (incluindo a gestão das exportações) para exportações dominadas por corporações (de “*commodities*” não tradicionais como frutas, vegetais e flores fora de estação, além de peixes), e aprofundaram sua dependência da importação de grãos. (McMichael, 2016, p. 73-74 *apud* Friedmann, 2009, p. 339).

A soberania alimentar foi pensada por uma gama de organismos sociais e populares que além de defender a segurança alimentar a partir da produção realizada por cada povo e cada nação, sem necessariamente abrir mão do comércio internacional, também traz uma importante preocupação na defesa da diversidade de culturas

³³ O neoliberalismo é uma ideologia política e econômica que defende a livre iniciativa, a livre concorrência e a redução do papel do Estado na economia. Essa abordagem considera que o mercado é a melhor forma de alocar recursos e gerar riqueza, e que o Estado deve intervir o mínimo possível na economia (Silva, 2009, p. 171).

alimentares própria das culturas humanas encontradas no globo. No Brasil temos como defensores da soberania alimentar o Movimento dos Pequenos Agricultores³⁴ (2016) organização social que faz parte da Via Campesina³⁵, que publicou uma síntese que apresenta alternativas a plantation³⁶, e ao mesmo tempo reforçam a necessidade de uma produção soberana independente da produção corporativa protegendo os pequenos e médios produtores com subsídios equitativos aos recebidas pelo agronegócio.

Independentemente das questões acima descritas, entender os regimes globais auxilia nas disputas existentes entre duas tendências: de um lado, a da diversificação de atividades econômicas, e, de outro, a tendência a uma economia dominada pela exportação de matéria-prima e *commodities*. Entender e buscar respostas para esse dilema é fundamental para projetar o desenvolvimento de países no sul global. Alguns desses países são grandes produtores de *commodities*, mas a negociação se dá em dólar, que sempre tem um câmbio superior às moedas locais, o que possibilita a formação de uma elite local e transnacional que contribui de forma orgânica para a permanência do *status quo*, agindo politicamente e também culturalmente na produção de consenso e na manutenção de uma economia voltada na defesa desse modelo de produção alimentar.

Nesse sentido, perceber e analisar o capitalismo dependente no qual o Brasil está inserido no movimento global do capital é crucial para entender a insegurança alimentar no país e aceitar propostas voltadas a uma independência dos grandes mercados, princípio esse contido na própria ideia de soberania alimentar. A reprodução do capital e a produção e circulação de mercadorias estão intimamente ligados à dinâmica da insegurança alimentar. Romper com esse domínio exercido por oligopólios é fundamental

³⁴ O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo e de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. Atualmente o MPA está organizado em 17 estados brasileiros em todas as regiões do país, após 22 anos de existência apresenta expressivo histórico de luta e organização do campesinato brasileiro, organizando aproximadamente 100 mil famílias camponesas de forma direta em todo o território nacional (MPA. Quem somos. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 19 mar. 2023.)

³⁵ A Via Campesina é uma organização mundial que articula movimentos camponeses em defesa da agricultura familiar em pequena escala e agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis. Entre seus objetivos, constam a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente, com a proteção da biodiversidade (Caldart; Pereira; Alentejano; Frigotto, 2012, p. 767).

³⁶ Plantation é um termo usado para se referir a um sistema agrícola de produção em larga escala de um único produto, como algodão, açúcar, tabaco ou café, que geralmente é cultivado em grandes extensões de terra em uma única fazenda. O sistema de plantation foi amplamente utilizado em várias partes do mundo, incluindo as Américas, África e Ásia, e geralmente envolvia o uso intensivo de trabalho escravo ou trabalho assalariado (Sandroni, 1999, p. 453).

para que a produção alimentar tenha como princípio de fato a subsistência com dignidade da humanidade como um todo.

2.2. A INSERÇÃO DO BRASIL NOS REGIMES ALIMENTARES

Naturalmente, algumas regiões do planeta Terra apresentam maiores condições de produzir gêneros alimentícios. O Brasil se insere nesse grupo de países continentais com diversidade de biomas e terras aráveis com tradição científica na agronomia. Todavia, mesmo com essas condições favoráveis, as pessoas enfrentam a carestia de alimentos e a segregação dos melhores gêneros voltados ao mercado internacional.

As razões da contradição entre a ocorrência de excesso de produção de alimentos, ou de potencialidade de excesso, e a permanência de insegurança alimentar não se caracteriza apenas por eventuais dificuldades de logística e distribuição de alimentos, mas está mais intimamente relacionada à própria lógica da reprodução do capitalismo no que diz respeito a relações de mercado e propriedade. No caso brasileiro, temos uma gigantesca concentração de riqueza e propriedade, situação que fatalmente impacta a possibilidade de muitas famílias obterem recursos para adquirir uma alimentação adequada.

A necessidade de alimentação é inalienável e tem um lugar especial na reprodução da força de trabalho. Para se ter um exemplo concreto das dificuldades enfrentadas para a aquisição de uma cesta básica, somado com outras necessidades, como moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, a renda mensal de uma família composta por quatro pessoas deveria ser a quantia de R\$6.294,71 (seis mil duzentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos), de acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para o mês de novembro de 2023. Todavia, o valor do salário mínimo é a quantia de R\$1.302,00 (um mil e trezentos e dois reais) neste período (DIEESE, 2023).

Além das dificuldades enfrentadas para a aquisição da cesta básica, a produção de alimentos seja de origem vegetal ou animal está sujeita à variação de valor, de custos, margens de lucro e, conseqüentemente, de preços, os quais envolvem as tecnologias empregadas, a financeirização, a divisão sociotécnica³⁷ da produção científica, a

³⁷ Sociotécnica é uma abordagem que busca integrar as dimensões social e técnica na análise, planejamento e projeto de sistemas e organizações. Ela parte do pressuposto de que as tecnologias são influenciadas pelos aspectos culturais, políticos, econômicos e organizacionais das sociedades em que são desenvolvidas e

superexploração do trabalho³⁸ e o uso ideológico do papel do agronegócio. Ainda sobre a base da produção de proteína animal, é necessário ressaltar que parte significativa da produção de grãos é destinada à alimentação dos animais de corte, sejam eles bovinos, caprinos, aves e suínos no Brasil e no estrangeiro.

Então, vejamos: de modo geral, existem duas formas de pecuária, a extensiva e a intensiva. A extensiva é a criação realizada em pastagens amplas em que parte da alimentação se dá a partir do consumo de pasto natural. A criação intensiva utiliza o confinamento dos animais em currais, sendo a alimentação desses animais constituída basicamente de ração industrializada feita principalmente por milho e soja.

Parte significativa da produção das *commodities* brasileiras é vendida para produzir rações. Até mesmo os discursos de proteção ambiental que partem da Europa são eivados de contradições, pois apresentam preocupações com o desmatamento, mas preferem comprar a soja mais barata produzida pelo agronegócio sem dar chance aos pequenos produtores e produtores orgânicos. Para se ter uma ideia, apenas 5% dos criadores europeus adquirem soja em seu continente (Pieper; Pontes, 2021).

Todavia, é importante lembrar que o agronegócio no Brasil é responsável pela entrada de divisas internacionais que geram superávit. Este, inegavelmente, pode ser reinvestido em serviços públicos e na própria manutenção de parte do Estado brasileiro. Isso torna mais complexa a compreensão da realidade vivida e, ao mesmo tempo, engessa propostas de mudança na diversificação da economia nacional e de críticas ao agronegócio (Merlino, 2021).

As relações entre produção alimentar, mercado internacional e produção de riqueza apresentam uma complexidade que envolve um emaranhado de relações, as quais, por sua vez, tocam temas como tributação, investimento público e aspectos que dependem do convencimento publicitário quanto à importância do agronegócio. Foi estabelecido uma amarração econômico social. Se, de um lado, fala-se da riqueza produzida e das divisas que entram no país, de outro, a exportação de *commodities* não recebe nenhuma tributação ao exportar seus produtos e as fortunas adquiridas também não sofrem taxaço específica, seja de forma progressiva ou sobre as grandes fortunas. A renda é tributada,

aplicadas. (Porto Editora – *sistemas sociotécnicos* na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2024-02-19 19:55:46]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$sistemas-sociotecnicos](https://www.infopedia.pt/$sistemas-sociotecnicos))

³⁸ Superexploração é um termo utilizado para descrever a exploração extrema de trabalhadores, em que suas condições de trabalho são tão precárias que ultrapassam as formas tradicionais de exploração. Isso ocorre quando os trabalhadores são forçados a trabalhar em condições insalubres, sem direitos trabalhistas, salários baixíssimos e sem proteção social (Cunha, 2022).

como também o transporte e a venda interna dessa produção, além da cadeia produtiva gerada pelo agronegócio, mas ainda recebe um tratamento suave frente a outras linhas de produção e, principalmente, em comparação a outros países.

O agronegócio das grandes áreas de cultivo e com alta produtividade e lucratividade, sob a égide da tecnologia desenvolvida durante os séculos XX e XXI, afastou-se da utopia promovida, a qual faz crer que esse regime de produção é responsável por alimentar o mundo. No entanto, essa economia se revelou como uma agricultura sem agricultores, ou seja, o agronegócio modificou a ideia de tirar o sustento da terra e a relação passou a ser a de trabalhador assalariado ou de pequeno fornecedor terceirizado.

Não podemos nos afastar das questões ambientais, apesar de não ser nosso objeto principal, ao resgatar o agricultor e o camponês com potencial renovado, valorizado e reconhecido pela sociedade como quem de fato produz, para consumo humano, hortaliças, frutas, raízes, e aquele que promove essa atividade primordial, impactando também as relações de propriedade fundiária, além da possibilidade de diminuição do impacto ambiental na produção de alimentos. Trata-se de uma questão civilizacional e da própria condição humana e da manutenção de seu futuro.

O estabelecimento da agricultura a partir de conceitos neoliberais com a formação de corporações alimentares envolve a desterritorialização de trabalhadores, os quais abandonam suas terras, sem subsídios, e se apresentam para trabalhos temporários ou mesmo assalariados. Disso tratou McMichael (2016) ao apontar como as relações nesse processo de criação de rotas de mão de obra envolvem questões de raça e de gênero. Exemplo histórico bastante conhecido é o dos trabalhadores mexicanos nos Estados Unidos da América ou o de estrangeiros que atuam na produção europeia.

Nessas atividades, os trabalhadores são submetidos a condições abusivas e extenuantes de trabalho, inclusive por sua condição de ilegalidade. Outro aspecto alarmante e que deve deter a atenção é o crescente processo de financeirização a partir das corporações alimentares que reforçam ainda mais a lógica do alimento como mercadoria com o único intuito de aumentar o lucro dessas corporações (Sanches, 2023).

Algumas culturas que podem ser utilizadas para alimento ou para a produção de combustível, como o milho e a cana de açúcar, têm seu destino, seja para alimento ou para combustível, dependendo das relações comerciais e da lucratividade no momento da comercialização, ou seja, a decisão depende da lucratividade. A entrada desse capital especulativo na produção e na comercialização das *commodities* modifica a constituição da própria ontologia original do alimento. Por exemplo, os grãos produzidos podem ser

utilizados para alimentação humana, para a de outros animais ou como biocombustível; dependendo do momento, a escolha se dará pelo que estiver cotado com o maior valor no mercado. Os recursos naturais, terra e água, também são mercadorias que passam a ser especuladas, visando à maior lucratividade.

Os consumidores com maior poder aquisitivo têm acesso a dietas das mais variadas e com possibilidades de consumo de orgânicos, naturais e balanceados, ou, se desejarem, podem escolher consumir pelo prazer e pela experiência. Todavia, essas relações com o alimento estão totalmente vinculadas às condições econômicas do indivíduo ou de sua família.

Uma produção alimentar mais soberana frente aos mercados especulativos concomitantemente a um desenvolvimento econômico social da população exigirá uma produção mais diversificada em decorrência da maior exigência desses novos consumidores que não se contentarão com carboidratos básicos. Isso, de fato, impactará positivamente a produção de riqueza e sua distribuição de forma mais equitativa sem a concentração observada nos regimes alimentares atuais.

As soberanias econômica e alimentar são conceitos que estão relacionados à capacidade de um país de garantir uma produção de alimentos realmente voltada para suprir as necessidades alimentares, levando em consideração aspectos nutricionais, diversidade de gêneros alimentícios estabelecidos pela cultura da sociedade à qual se volta o desejo de soberania.

A partir do estabelecimento dos regimes alimentares, os valores das *commodities* estão atrelados a mercados globais sofrendo, assim, com a flutuação dos valores. A soberania alimentar faz parte de aspectos da própria soberania econômica, na medida em que a dependência e a vulnerabilidade econômica de um país estabelecem um componente que imediatamente é atingido, a capacidade de garantir preços justos e acessíveis para a população em relação aos alimentos e outros produtos essenciais.

O combate a lutas sociais pela terra no Brasil também tem um componente corporativo. Democratizar o direito à propriedade, desvirtuando o entendimento reducionista atado à proteção do latifúndio, possibilita que mais pessoas e famílias tenha acesso a terra e produzir de forma competitiva interferindo assim no valor dos alimentos, ou seja, diminuir o controle da produção de *commodities* das corporações implicará em preços mais competitivos. Conforme apontou Diego Sartorato em reportagem publicada em parceria com o The Intercept:

No portfólio de investimentos na América Latina que a BlackRock oferece a seus clientes, gigantes do setor de alimentação como AmBev, Marfrig, Walmart e Femsa, além de empresas que negociam *commodities* não-agrícolas, como Vale do Rio Doce e Suzano Papel e Celulose, dividem espaço com empresas de energia, telecomunicações, logística, construtoras, farmacológicas e bancos (como Itaú, Santander e Bradesco, que, por sua vez, possuem seus próprios investimentos no agronegócio). O retorno prometido pela BlackRock é de até 30% anuais em um período de cinco anos, ou seja, cada US\$ 10 mil investidos nesse portfólio podem se transformar em US\$ 25 mil após esse período. Como instrumento de *hedge*, os alimentos são centrais para garantir essa margem de lucro (Sartorato, 2021).

O Brasil e a Costa do Marfim são os únicos países do mundo que herdaram seu nome a partir de uma *commodity*. O Brasil passou a ser um grande produtor de *commodities* para suprir a necessidade de um mercado internacional. O trabalho, ao longo de muito tempo, foi realizado por pessoas escravizadas e, posteriormente, por trabalhadores mal remunerados. Vejamos que a produção de riquezas é constante na nossa história. Todavia, a distribuição é deficitária, o que impede o exercício e a concretização dos direitos constituídos a partir do sistema político econômico vigente.

O Brasil, de acordo com dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta uma grande concentração de riqueza: 10% dos mais ricos ganham cerca de 17,6 vezes mais do que os 40% mais pobres³⁹. A desigualdade social em nosso país se reflete na dificuldade de parte significativa da população em obter recursos econômicos para suprir os gastos com sua existência, que se baseia nada mais nada menos em cumprimento dos direitos elencados na nossa própria Constituição Federal.

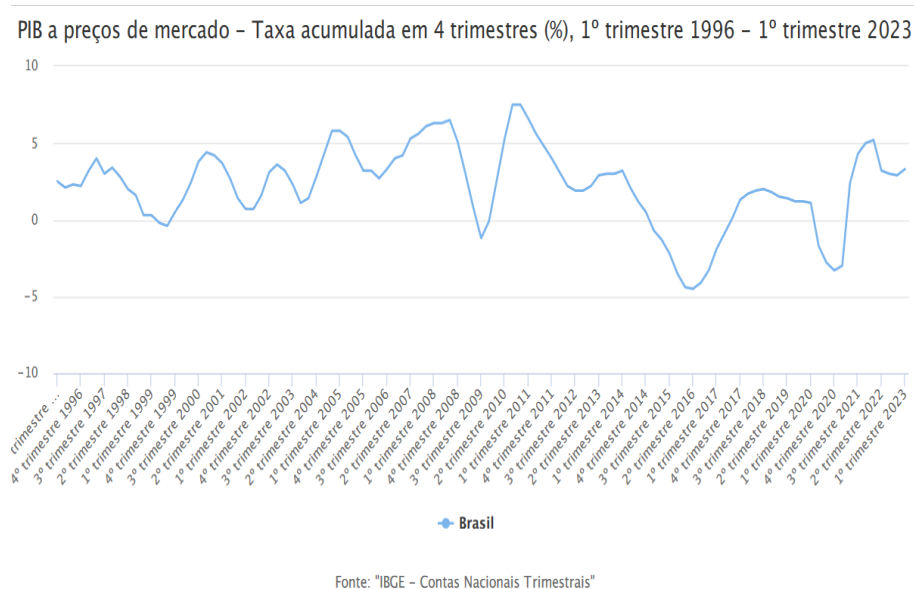
Além da má distribuição de renda, enfrentamos períodos de baixo crescimento econômico e essa variação afeta diretamente o quadro de segurança alimentar. Entre os anos de 2002 e 2013, o número de brasileiros que sofriam de desnutrição crônica caiu 82% de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE a FAO. O Brasil nesse período tinha alcançado índices semelhantes aos de países desenvolvidos no que se refere à segurança alimentar.

Os índices de crescimento econômico entre os anos de 1996 e 2023 possibilitam perceber uma relação direta entre crescimento econômico e diminuição da insegurança alimentar. Uma das camadas de compreensão de uma análise sobre a segurança alimentar, obrigatoriamente, passa por uma compreensão entre produção e distribuição de riquezas. Ocorre que o período reconhecido como de diminuição radical da insegurança alimentar

³⁹Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

no Brasil foi curto e o retorno ao mapa da fome se deu em menos de uma década da saída, conforme reconhecido pela FAO.

Figura 3 - PIB preços de mercado



Fonte: Info Escola – Taxa de Crescimento do PIB Brasileiro

O combate à extrema pobreza se refletiu na diminuição significativa de famintos no Brasil. Ocorreu que, a partir de 2016, observou-se o retorno em níveis significativos de pessoas à extrema pobreza. Esse retorno do Brasil ao mapa da fome após um curtíssimo hiato demonstrou a fragilidade da sociedade brasileira em superar de forma definitiva a extrema pobreza e suas consequências.

Alguns fundamentos baseados no desenvolvimentismo da economia nacional, pesquisa científica e produção tecnológica possibilitam uma diversificação de atividades para suprir uma demanda de trabalhos especializados. Um país como o Brasil, com uma população acima dos 200 milhões de habitantes, não pode depender apenas do primeiro e terceiro setor. Essa instabilidade nas políticas pública e na economia nacional são as razões para a instabilidade da capacidade de libertar de forma permanente a sociedade brasileira da insegurança alimentar (O Brasil [...], 2018)⁴⁰.

Ao longo da segunda metade do Século XX, com os aumentos da expectativa de vida, da estatura e da escolaridade da população mundial, com as mudanças na vida social,

⁴⁰ O Brasil e o Mapa da Fome. **Jornal do Brasil**, 4 set. 2018. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/artigo/2018/09/3191-o-brasil-e-o-mapa-da-fome.html>. Acesso em: 23 mar. 2023.

o crescimento das cidades, da rotina noturna e tantas outras mudanças. Nesse sentido, necessidades e carências específicas e diferentes de outros períodos anteriores surgiram, a alimentação como insumo primário e que reflete as relações sociais tem sua historicidade. Diferentemente de outros momentos da história, a maioria dos seres humanos está totalmente afastada da produção e da aquisição de alimentos. O alimento, conforme já observado, para a maioria da população, é uma mercadoria e sua obtenção envolve a simples relação comercial, ou seja, compra e venda. No Brasil, cerca de 70% dos trabalhadores recebem até dois salários mínimos (Albuquerque, 2022).

Em divergência às novas necessidades sociais, foi sancionada a Emenda Constitucional nº 95/2016 que congelou os investimentos sociais por um período de 20 anos, tornando ainda mais mitigada as chances de proteção social, função atribuída ao Estado. A previsão é que ocorra a diminuição de 47 bilhões de reais no orçamento público nos próximos oito anos a despeito do crescimento da população. Apesar da Emenda, não foi proposto pelo Governo nenhuma compensação para o desenvolvimento social, emprego e geração de riqueza e renda no período em que ocorreu a PEC dos gastos públicos (Teto de 20 anos [...], 2022).

No processo de desinvestimento social, o Sistema Único de Saúde (SUS), base da assistência social no Brasil, sofreu cortes desde o início da gestão Bolsonaro. Ocorreu uma diminuição em 70% dos repasses. Em 2019, os recursos caíram de 3 bilhões de reais para apenas R\$910 milhões. Os outros serviços sociais também sofreram cortes significativos. Ocorreu uma diminuição de 60% no valor dos recursos destinados à assistência social frente a o que estava previsto por exemplo para 2021 (Schiaffarino, 2022).

A diminuição da seguridade social impacta o exercício de direitos básicos nas famílias que não podem pagar por todos os serviços básicos. Nesse sentido, muitas famílias, mesmo adquirindo renda, utilizam parte significativa de seus recursos para obter gêneros alimentícios. Esse desequilíbrio entre renda e manutenção da segurança alimentar ficou patente com o início da pandemia de Covid-19 no Brasil.

Além das milhares de mortes em decorrência da doença, ocorreu o aumento vertiginoso de pessoas em insegurança alimentar. Diferentemente de outras crises conhecidas ao longo da História, que causaram crise de desabastecimento, a pandemia não afetou a oferta de alimentos. A insegurança alimentar ocorreu em decorrência de dois fatores: vulnerabilidade econômica de muitas famílias e negligência do Governo Federal.

De fato, ocorreu um inflacionamento do alimento em decorrência da crise cambial. Devido à desvalorização do real frente ao dólar, os insumos, sementes e a alimentação, que têm seus preços auferidos pela demanda internacional, inflacionaram. Inclusive, essa desvalorização do real entre os anos de 2017 a 2022 foi seguida pelo aumento dos preços. Nesse período, a moeda nacional perdeu 27,68% do seu poder de compra sem a composição do salário ocorrido em períodos anteriores. Nesse mesmo período, a cesta básica já custava 50% do salário mínimo em pelo menos onze estados da federação. Além disso, o Banco Central aumentou a taxa de juros, o que diminuiu investimentos na produção e refletiu na queda da empregabilidade (Matos, 2022).

De acordo com pesquisa realizada pela Rede Brasileira em Soberania e Segurança Alimentar (2022), no fim de 2020, 19,1 milhões de pessoas passavam fome no país. Em 2022, o número de pessoas em insegurança alimentar severa subiu para 33,1 milhões de pessoas. A pesquisa realizada observou que o rendimento médio per capita de 36,8% das famílias era em média 1/2 salário mínimo por pessoa. Dessas famílias a metade vivia com, no máximo, 1/4 de salário mínimo per capita para suprir suas necessidades.

Cerca de 42,5% da população brasileira foi acometida pela Covid-19, que ceifou a vida de 6,1% da população brasileira. A doença gerou gastos extras além do desemprego, causando o endividamento de 38,2% das famílias e a diminuição das despesas em 57,1% dos domicílios. Também foi exposto que os trabalhadores informais e suas famílias sofreram com insegurança alimentar em 15,7% a mais do que os que tinham trabalho formal e os desempregados tiveram seis vezes mais ocorrência de insegurança alimentar (Chade, 2023).

Apesar dos dados sobre a deterioração econômica de parte da sociedade brasileira, as ações do Governo Federal no período crítico da pandemia e logo após a fase de confinamento foram um misto de inércia e irresponsabilidade, a exemplo do desprestígio das recomendações científicas. Para se ter uma ideia, o então Presidente, no dia 15 de março de 2020, promoveu uma aglomeração em que se exaltaram os protestos contra o confinamento (Há um ano [...], 2021).

Importante reforçar que, mesmo antes da pandemia, o Brasil já apresentava índices deletérios no que diz respeito à manutenção da segurança alimentar. Desde o ano de 2017, a concentração de riqueza também apresentou um aumento significativo e a pobreza aumentou consequentemente a partir da estagnação da economia e das políticas sociais. Em estudo coordenado por Thomas Piketty, composto por centenas de pesquisadores, concluiu-se que o Brasil é um dos líderes globais na concentração de

riquezas, principalmente levando-se em consideração o potencial econômico do país. Então, vejamos: apesar da diminuição da extrema pobreza no Brasil e em muitos outros países, a concentração e a distância aumentou entre os 30% mais pobres em comparação aos 1% mais ricos (Borges, 2017).

Foi demonstrado ao longo dessa dissertação que existe uma demanda socioeducacional para maior compreensão do fenômeno da insegurança alimentar no Brasil em decorrência, inclusive, da perplexidade da ocorrência desse mal em um país com as características ambientais e um potencial econômico como o nosso. Nesse sentido, o ensino de História, como forma de compreensão e análise da realidade, pode contribuir para a compreensão de algumas razões que mantêm a vulnerabilidade na permanência da insegurança alimentar no Brasil e em outros países do globo, em decorrência da ausência de uma soberania alimentar e desenvolvimento econômico que contribua de forma democrática para a manutenção dos direitos sociais.

Estabelecer inicialmente que as transformações sociais, mudanças políticas ou mesmo culturais estão umbilicalmente vinculadas às necessidades essenciais, como a produção e consumo de alimentos, desenvolve nos alunos a percepção de que condições sociais básicas locais estão atreladas a movimentos econômicos globais.

Por essa razão, desenvolver a compreensão de conceitos como *commodities* e sistemas hegemônicos de produção de alimentos expõe o gerenciamento do insumo biológico fundamental após o colonialismo e na monetarização mundial baseada no dólar atualmente é fundamental para que o estudante desenvolva uma visão crítica do mundo em que vive.

Articular um debate escolar sobre neocolonialismo, imperialismo e a relação do Brasil e de outros países em desenvolvimento, ao longo dos últimos dois séculos, a partir dos regimes alimentares, possibilitará uma melhor compreensão do estabelecimento do capitalismo em escala global e sua relação com o cotidiano do consumo alimentar. Nesse sentido, ao apontar que as mudanças estudadas ao longo do tempo, mesmo que envolvam tecnologias revolucionárias, ainda mantém como base o domínio das condições de nutrição da população, seja em nível local ou global.

A produção e o consumo de alimentos de dado período caracterizam o sistema dominante vigente. Compreender as relações de dependência vinculando, desde a Revolução Industrial e as relações coloniais, ao estabelecimento das periferias modernas e à própria dialética do regime capitalista entre classe dominante e classes dominadas, países centrais e países periféricos, apresentam soluções histórico sociais para

compreendermos as razões que ainda são impostas a parte significativa da humanidade o descumprimento do direito humano à alimentação adequada de forma segura e permanente.

3. REGIMES ALIMENTARES E O ENSINO DE HISTÓRIA

As pessoas e as comunidades afetadas por eventos trágicos produzem memórias carregadas de emoções intensas e às vezes duradouras. A memória coletiva desses eventos pode moldar a identidade de um grupo, fortalecer laços comunitários e fornecer um senso de continuidade histórica. Por sua vez, a História busca analisar os acontecimentos trágicos de forma mais objetiva e crítica. Os historiadores buscam reconstruir os eventos, examinar suas causas e consequências e contextualizá-los dentro de um quadro mais amplo. Eles utilizam fontes primárias, teorias interpretativas e metodologias rigorosas para entender os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais das tragédias. Le Goff (1994) destaca que a memória e a história não são necessariamente opostas, mas sim complementares. Ao passo que a memória preserva as experiências individuais e coletivas dos acontecimentos trágicos, a história fornece uma estrutura analítica para compreendê-las de maneira mais contextualizada.

A insegurança alimentar ocorre em três graus de severidade, leve, moderada e grave. Ela se apresenta na memória e nas narrativas históricas com o termo “fome”, conforme se observa nos exercícios propostos abaixo. Nestes casos, o fenômeno da fome consiste em insegurança alimentar grave que leva à morte e à desnutrição. Porém, nem todas as tragédias da fome se tornam conteúdo historicamente estudado. O local, o povo e às vezes até mesmo a quantidade de mortes promovem ou não a sensibilização para uma análise jornalística e/ou histórica. Ocorre que as estruturas que compõem a insegurança alimentar passaram a ser teoricamente desenvolvidas para analisar condições que se estabeleceram com o desenvolvimento do capitalismo, seja em países centrais, seja na periferia desse sistema.

Ao transpor para conteúdo didático os conceitos teóricos e conhecimentos históricos sobre acontecimentos trágicos, como inseguranças alimentares graves ocorridas ao longo do tempo, podem-se incorporar, para melhor compreender esses acontecimentos, diversas fontes, desde narrativas históricas, jornalísticas e até imagens. O trato das narrativas e sua divulgação produzem um conhecimento público acerca desses acontecimentos, o qual deve apresentar as disputas ocorridas ao longo do tempo. Isso possibilita a determinadas populações uma investigação que analise e produza conhecimento sobre as razões da miséria sofrida por elas.

Este trabalho baseia-se no conceito de regimes alimentares, o qual prevê a ocorrência de três regimes que se iniciaram sob a hegemonia inglesa, sendo essa a

primeira, depois, o segundo regime, sob a hegemonia americana, e, a terceira, sob a hegemonia das corporações alimentares. É essencial analisarmos como as relações econômicas influenciam diferentes aspectos da vida, desde o individual até o coletivo. A desigualdade social, por exemplo, está intrinsecamente ligada ao sistema capitalista e sua estrutura de classes. Nesse sentido, partimos do conceito de consciência histórica⁴¹ através das experiências do presente como instrumento crítico, analisando e gerando conhecimentos conforme os interesses do presente.

Para abordar essas questões, sugerimos uma sequência didática (Freitas; Oliveira, 2022) formada por quatro atividades planejadas e organizadas de forma sequencial, que buscam atender a uma expectativa de aprendizagem previamente estabelecida. A construção da sequência didática é pautada na questão orientadora: quais as causas dos episódios de insegurança alimentar ocorridos a partir do Século XIX. Para habilitar os estudantes a responder essa questão. Tratamos desde as relações centro–periferia até o colonialismo, a mercantilização e a financeirização dos alimentos e a desigualdade de grupos sociais. Essas estruturas socioeconômicas, a despeito dos avanços tecnológicos na área agrícola, mantêm grupos humanos susceptíveis à insegurança alimentar.

A segunda atividade apresenta uma proposta de análise da fome de 1877-1878 no Ceará através de ilustrações. Nesse sentido, aborda-se conceitos de Estado, território e governo e os entendimentos de conflitos e tensões (BRASIL, 2018). Na terceira atividade será realizado um debate a partir da leitura e análise de dois textos jornalísticos e um conteúdo informativo sobre os Direitos Humanos à Alimentação Adequada. Assim, objetiva-se analisar comparativamente as informações apresentadas, quais sejam, permanência da fome, apesar dos recordes de produção alimentar no Brasil e a própria existência de direitos sociais garantido por diversos diplomas legais. Nesse sentido, busca-se relacionar as conquistas políticas, sociais e civis e suas contradições frente ao sistema capitalista (BRASIL, 2018). A quarta atividade, trata-se de uma adaptação do jogo RPG (Jogo Narrativo), em que aspectos econômicos, sociais e geopolíticos devem ser analisados, para que os estudantes exercitem a capacidade de decidir ações para a

⁴¹ De acordo com Martins, Consciência Histórica é a expressão utilizada contemporaneamente para designar a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos constitutivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, situados no tempo. (MARTINS, 2019, p. 55)

resolução de desafios (problemas) apresentados. Essa atividade se relaciona as dinâmicas do capitalismo e suas crises (BRASIL, 2018).

1- A grande fome na Irlanda (1845-1849)

Descrição da proposta:

A Grande Fome na Irlanda (1845-1849), a qual ocasionou um elevado número de mortandade e gerou acontecimentos que se refletiram na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, país que recebeu muitos imigrantes irlandeses. Na BNCC, esse acontecimento se relaciona com a Revolução Industrial e os impactos na produção e circulação de povos, produtos e culturas (BRASIL, 2018). Como fontes de análise, se utiliza uma gravura feita na época e um retrato de esculturas que monumentalizaram esse fato histórico. Esta atividade deve ser realizada a partir de uma leitura crítica do texto e das ilustrações para que posteriormente se confeccione um infográfico.

Público-alvo:

A atividade pode ser adaptada para turmas de 8º ano do Ensino Fundamental II, Ensino médio e Ensino de Jovens e Adultos.

Tempo estimado:

Quatro horas/aula para realização dessa sequência didática. Sendo: 1 h/a para leitura e debate do texto em anexo; 1 aula para leitura das imagens e para responder o roteiro apresentado; e 2 aulas para a confecção do infográfico na conclusão da atividade.

Objetivos:

- Reconhecer através da leitura do texto e das imagens a fim de contribuir com a realização de inferências sobre a fome sofrida por parte significativa da população irlandesa entre os anos de 1845 a 1849, bem como sobre os aspectos relacionados ao colonialismo, à propriedade da terra e à pobreza;
- Atribuir causas ao acontecimento e seus aspectos históricos para além da crise ambiental;
- Perceber estruturas sociais que contribuíram para o agravamento da crise.

Conteúdos:

Essa sequência histórica estabelece conexões entre a fome ocorrida na Irlanda, o colonialismo e o latifúndio, estruturas que remontam ao período conhecido como a Grande Fome Irlandesa, ocorrido na segunda metade do século XIX. Propõe-se aqui

problematizar o fenômeno da fome para além das causas naturais, permitindo relacionar uma série de conteúdos escolares, como o liberalismo econômico, as relações coloniais, a propriedade da terra e os interesses mercantis, que, por sua vez, interferem nas decisões acerca da produção alimentar para a subsistência da população.

Esses elementos se entrelaçam para destacar a complexidade e as injustiças que cercam a Grande Fome na Irlanda, demonstrando que questões econômicas, políticas e sociais interagem para criar e perpetuar situações de fome e pobreza. O período da Grande Fome é frequentemente estudado como um exemplo significativo das consequências do colonialismo, da concentração de terras e da negligência política sobre as populações mais vulneráveis.

A Irlanda, por séculos uma colônia da Inglaterra, dependia principalmente da batata como alimento básico. A estrutura agrária na Irlanda era caracterizada por latifúndios, com grandes propriedades controladas pela elite proprietária, enquanto a maioria da população rural vivia em condições de arrendamento. Em 1840, cerca de um terço de sua população tinha as batatas como base da dieta alimentar, pois as terras férteis haviam sido apropriadas por nobres ingleses e escoceses para a produção de carne e cereais destinados à exportação.

A calamidade ocorreu em 1845, quando uma praga (*Phytophthora infestans*) devastou as plantações de batata, destruindo três quartos das colheitas e desencadeando a fome em toda a Irlanda. Os irlandeses, pedindo ajuda ao governo inglês, receberam poucos recursos, enquanto a produção de carne e cereais nas terras dos nobres continuou voltada exclusivamente para a exportação.

A população irlandesa, que era de cerca de 8 milhões em 1840, sofreu gravemente durante os cinco anos da praga, com estimativas de que 1 milhão morreu de fome e doenças relacionadas, e outro milhão emigrou para os Estados Unidos. Essa tragédia moldou profundamente a demografia da Irlanda e dos Estados Unidos da América.

A Grande Fome Irlandesa, também conhecida como “A Grande Praga”, atingiu seu ápice entre 1845 e 1852, mas suas consequências perduraram por muito tempo. A relação entre a Irlanda e a Grã-Bretanha durante esse período era marcada por séculos de

dominação, com o governo britânico se eximindo de fornecer ajuda adequada, exacerbando o impacto da fome. A Irlanda, apesar da devastação causada pela fome, continuou exportando comida enquanto sua própria população passava fome.

A crise alimentar na Irlanda destaca a ausência de políticas públicas para garantir reservas alimentares em momentos de crise e a necessidade de intervenção estatal para proteger as populações vulneráveis.

Assim, a Grande Fome Irlandesa exemplifica como o colonialismo, o latifúndio e o liberalismo econômico podem convergir para criar uma catástrofe humanitária. A análise desse evento histórico permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade e a vulnerabilidade das populações submetidas a políticas injustas e negligentes.

Estratégias:

1 – Colega professor, sugiro que comece a abordagem instigando na turma um debate sobre a fome. A participação dos estudantes pode ser estimulada, por exemplo, com perguntas do tipo: vocês conhecem alguém que já tenha passado fome? Alguma vez escutaram os mais velhos relatando que em algum momento de suas vidas sofreram com falta de alimentos? Já viram notícias sobre a fome em noticiários?

2– Após o debate, proponha a leitura conjunta dos textos em anexo que trazem informações sobre a Grande Fome na Irlanda.

3 – Orientar os alunos e alunas na realização das inferências necessárias para compreender a fome na Irlanda e os fenômenos políticos e econômicos;

4 – Divida os alunos e alunas em grupo de no máximo cinco componentes. Apresentar a estrutura do infográfico e proponha uma pesquisa com base nos anexos abaixo. Relacionando as imagens com os conteúdos na realização do infográfico.

5-Os professores e professoras, ao longo da pesquisa deve acompanhar os grupos, respondendo a dúvidas e fornecendo orientação adicional se necessário.

6- Ao realizar atividades em grupo para favorecer a troca de ideias e a interação, o professor, no decorrer do tempo destinado à realização da atividade, deve atuar de forma ativa nos grupos, não apenas observando à distância. Assim, ele deve participar e mediar, quando necessário, o debate.

Avaliação:

A avaliação será contínua, desde a observância do engajamento na realização do infográfico até a representação visual das informações e das imagens apresentadas para a confecção da atividade. Os alunos e alunas devem relacionar os conteúdos a colonialismo, latifúndio e liberalismo econômico. Na composição da nota da atividade, serão observadas a participação dos alunos e alunas e as inferências entre as imagens propostas e os conteúdos estudados na confecção do infográfico.

Anexo 1-



[File:Famine sculpture in front of the International Financial Services Centre Dublin 2006 Kaihsu Tai.jpg](#)

Anexo 2-



Gravura de 1849: O Esboço de uma Mulher e Crianças, representa Bridget O'Donnel. "Fomos colocados para fora em novembro passado; devíamos algum aluguel. Eu estava neste momento deitada com febre. Eles começaram a derrubar a casa e tinham metade dela derrubada quando duas vizinhas, Nell Spellesley e Kate How, me levaram para fora. Fui levada para uma cabana e fiquei lá por oito dias, quando tive a criança morta. Deitei-me por três semanas depois disso. Toda a minha família ficou com febre, e um menino de treze anos morreu por falta de alimentos e fome enquanto estávamos doentes.

Arquivo: <http://commons.wikimedia.org/>

Temos duas imagens acima. A primeira, uma fotografia de esculturas que retratam pessoas famintas, constitui um monumento histórico o qual pretende manter viva a memória da crise alimentar na Irlanda. A segunda imagem é um documento histórico constituído por uma ilustração feita na época retratando crianças em condição famélica procurando batatas no chão.

A proposta de atividade é a produção de um infográfico. Utilizando as próprias imagens e os textos apresentados, além da possibilidade de outras pesquisas que podem ser realizadas pela internet, deve-se compor um infográfico. Este, por sua vez, pode ser feito em vários formatos, seja em 3D, seja por meio de esculturas ou mesmo por meio de uma maquete que represente a área atingida e suas características pesquisadas. Os alunos e alunas podem fazer pinturas, tabelas ou mesmo gráficos relacionando e inferindo a Grande Fome da Irlanda aos aspectos sociais que ocasionaram essa catástrofe humana.

Roteiro de questões a serem respondidas a partir da leitura do conteúdo da presente atividade. Ao responder as questões abaixo propostas possibilitam a constituição de entendimentos das relações que devem ser observadas na produção do infográfico:

- 1- Em que período ocorreu a fome na Irlanda?
- 2- Quais são as estimativas, em número, de pessoas que sofreram com a fome?
- 3- Qual era a base alimentar de parte da população da Irlanda?
- 4- Qual foi a causa inicial da crise alimentar?
- 5- Qual era a relação da Irlanda com a Inglaterra e como essa situação interferiu na crise alimentar estudada?
- 6- A situação da propriedade de terras interferiu na produção alimentar? Se sim, como interferiu na fome sofrida pela população irlandesa?
- 7- A partir das imagens apresentadas e da leitura dos textos, que grupo social sofreu com a fome na Irlanda no período estudado?

Anexo 3-

Estrutura do Infográfico:

Segundo Pugles (2024), o infográfico deve seguir alguns passos simples para a sua confecção:

- Escolha o assunto a ser retratado e as informações que serão representadas.
- Defina como a parte visual será organizada, visando esclarecer a mensagem.
- Faça um rascunho geral.

Título: A Grande Fome na Irlanda (1845-1852)

Introdução: breve contexto histórico sobre a Grande Fome e sua causa principal: a praga da batata.

Impacto da fome: ilustração com famintos e dados sobre as causas da Grande Fome.

Monocultura da batata: informação sobre a monocultura da batata na Irlanda, anterior à Grande Fome.

Consequências sociais: descrição das condições de fome, pobreza e desespero enfrentadas pela população irlandesa durante a Grande Fome.

Legado da Grande Fome: impacto duradouro da Grande Fome na cultura e na história da Irlanda.

Conclusão: apontar as estruturas sociais e a relação colonial como responsáveis pela tragédia da Grande Fome. Este é um exemplo básico de como estruturar um infográfico sobre a Grande Fome na Irlanda, utilizando uma gama de possibilidades visuais a partir do texto informativo e das imagens para ilustrar o tema e iniciar a pesquisa. Os alunos podem trabalhar juntos para criar o conteúdo e o *design* visual do infográfico, tornando-o uma atividade educativa e criativa.

Material: cartolina, giz de cera, impressões, canetas, lápis de colorir, computador, celular, pesquisa na internet entre outros materiais.

2- A Grande Seca no Ceará (1877-1878)

A naturalização da extrema pobreza, destino ou culpa da vítima.

Descrição da proposta:

Trata-se de um sequencia didática⁴² que propõe a análise de dois documentos históricos que apresentam de forma diversa a fome ocorrida no Ceará nos anos de 1877-1878. O primeiro é um cartão-postal, popular na época, usado para divulgar e comercializar de forma dramática e teatral as vítimas da fome. O segundo documento é uma ilustração publicada no jornal "O Besouro" em 1878, no Rio de Janeiro. Por meio da análise dessas fontes imagéticas, espera-se que os estudantes relacionem aspectos relativos a propriedade, segregação social e insegurança alimentar a despeito dos fenômenos ambientais.

Público alvo:

A atividade pode ser adaptada para turmas de 8º ano do Ensino Fundamental II, Ensino médio e Ensino de Jovens e Adultos.

Tempo estimado:

Três horas/aula para realização dessa sequência didática. Sendo: 1 aula para, informar o conteúdo e análise da foto e da página do jornal; 1 aula para responder o questionário proposto e iniciar o debate sobre as percepções dos alunos e alunas; e 1 aula para a realização de um síntese escrita sobre o acontecimento e a compreensão alcançada na atividade.

Objetivos:

- Analisar a fome de 1877-1878, a qual se inicia a partir da ocorrência de um fenômeno natural regional, mas que impacta mais severamente a população pobre rural;
- Descrever e analisar a fonte imagética (cartões de visita);
- Comparar o discurso sobre a miséria produzido por documentos produzidos na mesma época;
- Sensibilizar quanto a questões referentes à dignidade da pessoa humana.

Conteúdo:

Os livros didáticos com os quais trabalhei ao longo de minha atividade profissional nunca apresentaram conteúdo sobre a fome ocorrida no Ceará entre os anos

⁴² "Sequência didática, como a própria locução encerra, é uma representação espaço-temporal dos atos de sujeitos envolvidos em processos de ensino-aprendizagem" (Freitas; Oliveira, 2022, p. 12).

de 1877-1878. Esse acontecimento, além da tragédia para as populações que sofreram com essa crise primariamente ambiental, apresentou reflexos ao longo do tempo.

No período que se refere à segunda metade do século XIX, os livros didáticos apresentam conteúdo sobre a Guerra de Canudos, destacando, como causas deste conflito, questões de natureza social e econômica. O latifúndio, o patriarcalismo e a miséria dos camponeses constam como os motivos que levaram tantas pessoas a seguirem Antônio Conselheiro na constituição do Arraial do Bom Jesus. No entanto, é importante considerar que a seca de 1877-1878 também teve um severo impacto em muitas regiões e populações das chamadas Províncias do Norte. Esta crise climática gerou uma crise alimentar e suas causas envolvem questões sociais, baseadas na concentração de terras, na ausência de políticas públicas de desenvolvimento regional e na grande exploração do trabalhador.

Durante os anos de 1877 e 1878, o Ceará enfrentou uma grave crise alimentar, o que refletiu em uma grande quantidade de pessoas em insegurança alimentar grave, devido à irregularidade das chuvas na região. Essa seca severa resultou em perdas de safras, morte de animais, escassez de água potável e insegurança alimentar generalizada. A população, enfrentando políticas públicas ineficazes e uma infraestrutura inadequada, foi duramente afetada e iniciou um movimento migratório em direção à capital do estado e outras regiões do país. A insegurança alimentar foi agravada pela concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, criando uma dependência entre os trabalhadores rurais.

A monocultura predominante do algodão nas terras cearenses tornou a região mais vulnerável às mudanças climáticas e às pragas, reduzindo o potencial agrícola e aumentando a escassez de alimentos. Os preços inflacionaram devido à diminuição da oferta de alimentos, aprofundando ainda mais a crise. A fome no Ceará durante esses anos não foi apenas um evento climático, mas também refletiu questões sociais, políticas e econômicas, incluindo a organização regional no contexto brasileiro.

A seca do Ceará, ou "seca do norte" como era conhecida, foi amplamente documentada e discutida por escritores, jornalistas e pesquisadores da época, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes para enfrentar crises humanitárias. O evento desencadeou debates sobre questões como a concentração de terras, o regime alimentar e a assistência aos afetados pela seca, revelando desafios significativos na manutenção da dignidade da população em momentos de crise ambiental (Neves, 2007).

Com isso, fica claro que, além da Guerra de Canudos, outros eventos como a seca de 1877-1878 também tiveram um impacto profundo na sociedade brasileira da época, moldando a história e as condições de vida das populações afetadas. A integração desses eventos históricos nos livros didáticos é fundamental para proporcionar uma compreensão mais abrangente das questões sociais e econômicas que moldaram o Brasil no século XIX.

Estratégias:

1- A utilização da fotografia apenas como mera ilustração reduz a capacidade do documento em transmitir todas as informações possíveis. Prezados professor e professora, sugiro que se inicie a atividade após a leitura do conteúdo sobre a Fome no Ceará na segunda metade do século XIX, após a leitura e discussão sobre o conteúdo apresente os anexos para o desenvolvimento da atividade.

2-No caso das imagens anexadas, é necessário informar que estas e outras imagens realizadas das vítimas da fome eram comercializadas nos grandes centros urbanos no Brasil. Impressas em cartões de visitas, as imagens eram um produto vendável e colecionável. O jornal, por sua vez, ao retratar as imagens constituídas pelos cartões, apresentou-se como um dos primeiros exemplos de fotojornalismo no Brasil.

3- Como fonte histórica, a fotografia pode retratar aspectos importantes da época de sua realização. Todavia, não se pode esquecer que a foto é apenas um fragmento e, como qualquer fonte histórica, tem suas limitações, pois apresenta tão somente uma perspectiva dos fatos. Para utilizá-las como fonte histórica, as fotos devem ter as condições de produção identificadas e submetidas a um tratamento crítico.

4- Após as explicações e informações iniciais, o professor ou professora deve pedir aos alunos para apenas descreverem o que estão vendo na foto. Essas observações devem ser registradas no quadro pelo próprio professor ou professora. Após debater sobre o que foi observado, inicia-se uma segunda fase da interpretação do documento histórico, isto é, analisar a fonte histórica desde as intenções, ou seja, a fotografia foi realizada para denunciar, sensibilizar ou documentar? A pessoa retratada na fotografia pertence a um contexto social que deve ser observado para a compreensão da condição de vulnerabilidade extrema observada no documento histórico. Nesse sentido, as duas imagens em anexo apresentam posicionamentos diferentes que auxiliam na compreensão das contradições da sociedade da época do registro, no que diz respeito a valores sociais de uma sociedade escravocrata na qual as pessoas pobres estavam totalmente vulneráveis.

Avaliação:

A título de avaliação, deve-se realizar um debate em sala de aula formando um círculo para que haja o compartilhamento de opiniões e ideias sobre o conteúdo apresentado e a relação com o tempo presente. O propósito da atividade é que os alunos realizem inferências sobre crises alimentares e a existência do latifúndio e ausência de políticas públicas que garantam a segurança alimentar. Nesse sentido, o professor ou professora a partir das observações realizadas pelos alunos e alunas e da resposta da ficha abaixo anexada guiar a análise crítica sobre aspectos que ainda permanecem em nossa sociedade no tempo presente.

Pode-se pedir aos alunos e às alunas que, ao final, realizem uma síntese em formato de dissertação que contemple o fato histórico e as impressões desenvolvidas após o debate. Para que os alunos e alunas relacionem o conteúdo proposto com aspectos relacionados a dignidade da pessoa humana.

Anexo 1:



Fonte: CORRÊA, J. A. **Secca de 1877-78**. Ceará: [s.n.], 1877-1878. 1 foto carte-de-visite, papel albuminado, pb, 9 x 6. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22711. Acesso em: 21 May. 2024.



Fonte: Anais BN, 1965, v.85, p.19; Fonseca, Gondin da. Biografia do Jornalismo Carioca, p.355; Sodre, Nelson W. Historia da Imprensa no Brasil, p.253; CEHB 3910.

Ao longo do ensino fundamental e médio, a disciplina de História apresenta possibilidades de compreensão da realidade. Os acontecimentos invariavelmente têm um

passado e, mesmo aqueles que iniciaram sua ocorrência devido a fenômenos naturais, são invariavelmente impactados por ações humanas, a exemplo de secas e enchentes. Nesse sentido, podemos entender, a partir do acontecimento estudado, relações que permanecem ou foram superadas e quais foram os acontecimentos que contribuem para a permanência ou para as mudanças nas ações do presente em momento de crises alimentares.

Anexo 2:

FICHA DE LEITURA DA IMAGEM
-Título dos documentos históricos:
-Dados das imagens e pequeno histórico:
IDEIAS PRINCIPAIS: (O que podemos observar na imagem analisada)
- Descrição das imagens.
- Relacionar as imagens ao contexto histórico.
- Relacionar ideias aos conceitos históricos que causaram as condições de miséria observada na imagem.
-Podemos extrair alguma lição do acontecimento e documento analisado?
POSICIONAMENTO PESSOAL:
Momento em que se busca uma sensibilização do aluno e da aluna sobre aspectos relacionados a valores como solidariedade e empatia. Observar e estimular o conhecimento histórico, pensamento crítico e solidário a situações de pobreza extrema as quais as pessoas ainda sofrem.

3 - Insegurança alimentar, agronegócio e direitos humanos.

Descrição da proposta:

Trata-se de uma sequência didática que propõe uma análise de notícias sobre a insegurança alimentar no Brasil, safras recordes de produção de grãos em nosso país e a existência dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada. Pretende-se promover um debate sobre as contradições entre produção alimentar e a permanência de insegurança alimentar. Uma vez que se trata da terceira atividade sobre o tema, e os alunos já reconhecem conteúdos críticos sobre a insegurança alimentar na história, essa atividade

traz notícias contemporâneas e legislação que permanece em vigor, contribuindo para que os estudantes entendam a realidade em que vivem.

Público-alvo:

A atividade pode ser adaptada para turmas de 9º ano do Ensino Fundamental II, Ensino médio e Ensino de Jovens e Adultos.

Tempo estimado:

Duas horas aula para realização dessa sequência didática. Sendo: 1 aula para leitura e interpretação do texto, que deve ser realizada de forma coletiva com a participação de alunos e alunas. 1 aula para a realização do debate sobre as conclusões realizadas após a leitura e os possíveis motivos das contradições observadas nas notícias em anexo.

Objetivos:

-Compreender os textos em anexo e realizar inferências entre as notícias em anexo e o Direito Humano a Alimentação Adequada.

-Analisar os aspectos contraditórios entre a permanência da fome, apesar das safras recordes e da existência entre o DHAA.

- Compreender as motivações que mantêm a insegurança alimentar a despeito da existência do Direito Humano à alimentação adequada e dos recorrentes recordes na produção de safras de grãos, ocorridas no Brasil ao longo das últimas décadas.

Conteúdo:

No Brasil, a questão da alimentação é um tema complexo e que envolve vários aspectos sociais, econômicos e políticos. Apesar de ser um dos maiores produtores de alimento do mundo, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades para garantir uma alimentação adequada. Essa aparente contradição entre a abundância de alimentos no país e a carestia enfrentada pela população mais pobre é resultado de uma série de fatores interligados.

A insegurança alimentar é uma preocupação crescente, afetando milhões de brasileiros. Mas o que causa essa insegurança? Seria a ausência de alimentos nos mercados ou a falta de recursos financeiros para adquiri-los? Entre as famílias que passam por insegurança alimentar, a principal razão é a ausência de alimento no mercado ou falta de dinheiro para comprar alimentos? Questões estruturais, como distribuição desigual e problemas logísticos, até políticas agrícolas que nem sempre priorizam o abastecimento

interno, contribuem para essa realidade. Essa é uma questão complexa que envolve tanto a disponibilidade quanto o acesso aos alimentos. Mesmo com a produção interna, muitas famílias enfrentam dificuldades financeiras que as impedem de comprar alimentos de forma regular e suficiente para suas necessidades básicas.

Outro aspecto importante é entender para quem se destina a produção alimentar brasileira. A produção de alimentos no Brasil serve para consumo interno ou para exportação? Enquanto o país é reconhecido internacionalmente como um grande exportador de alimentos, surge o questionamento sobre se essa priorização na exportação influencia os preços e a disponibilidade de alimentos no mercado interno. Vocês acham que a exportação de alimentos causa carestia no mercado interno? A relação entre exportação e carestia no mercado interno é um tema controverso, que demanda uma análise cuidadosa dos impactos econômicos e sociais envolvidos.

Diante desse cenário, torna-se essencial refletir sobre a persistência da insegurança alimentar no Brasil, apesar dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada garantidos constitucionalmente. Os Direitos Humanos à Alimentação Adequada são uma garantia constitucional. Mesmo assim, muitos passam por insegurança alimentar. Quais são as razões da permanência desse problema social? A identificação das razões estruturais e sistêmicas que perpetuam esse problema social é fundamental para buscar soluções efetivas e promover a segurança alimentar para todos os brasileiros.

Estratégias:

1 - Os estudantes devem formar um círculo, os textos devem ser disponibilizados seja com cópias suficientes para todos os alunos ou através de uma leitura em voz alta para todo o grupo. Essa leitura deve ser pausada para explicações pontuais quando necessário para melhor compreensão.

2 – O conteúdo apresentado por essa atividade, apresenta questionamentos que favorecem o alcance dos objetivos propostos.

3 – Caro professor e professora, ao iniciar o debate sobre as informações e contradições substanciais dos textos, pretendemos que, no momento em que os alunos apresentem suas conclusões, eles acessem conhecimento crítico sobre desigualdade social.

Avaliação:

Para auxiliar na realização dos objetivos dessa sequência didática, será realizada uma atividade de avaliação que consiste em um debate em sala de aula. Os alunos formarão um círculo para compartilhar suas opiniões e ideias sobre o conteúdo proposto e as contradições observadas na leitura dos textos em anexo. A participação dos alunos será observada como critério de avaliação. Aqueles que tiverem dificuldades em expor suas conclusões oralmente poderão fazê-lo por escrito, com suas observações lidas pelo professor. O objetivo desta atividade visa promover uma compreensão sobre as contradições sobre a existência do DHAA, recordes de produção alimentícia e a permanência da insegurança alimentar.

Anexo 1



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023) relata que "Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO".

“O relatório ‘O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI)’, publicado “nesta quarta” (12.07) pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), mostra uma piora dos indicadores de fome e insegurança alimentar no Brasil. Segundo o relatório, 70,3 milhões de pessoas sofriam

em 2022 com insegurança alimentar moderada, que é quando possuem dificuldade para se alimentar. O levantamento também aponta que 21,1 milhões de pessoas no país estavam em 2022 em insegurança alimentar grave, caracterizado por estado de fome.

O cenário traz preocupação, pois o Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014/2015 e, a partir de 2016, os índices só pioraram provocando o retorno em 2022, com sua situação piorada ainda mais no relatório atual. [...]

Segundo o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, essa piora é reflexo do desmonte das políticas públicas sociais que vivemos nos últimos anos. “O país sofreu muito nos últimos três anos pela falta de cuidado e atenção com os mais pobres. Se tornou comum ver pessoas passando fome, na fila por ossos e catando comida no lixo para se alimentar. Isso foi a quebra e interrupção de um trabalho iniciado pelo presidente Lula em seus primeiros governos e que trouxe grandes avanços nesta área. Esse relatório da FAO comprova que os últimos anos representaram um período de degradação da população mais pobre do nosso país”, destacou o ministro. [...]

Para Rafael Zavala, representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil, o relatório mostra uma tendência que será difícil atingir a meta de acabar com a fome no mundo até 2030. “Além dos problemas de saúde causados pela pandemia globalmente, o mundo enfrenta dois grandes desafios: a fome e a má nutrição. Um em cada dez pessoas no mundo passa fome. Vemos que o mundo produz alimentos suficiente, mas há um grande problema de distribuição. Contudo, o caso do Brasil é diferente, graças as políticas públicas fortalecidas recentemente e à gigante produção alimentar, estamos certos de que o país irá sair novamente do mapa da fome, sem dúvidas”, destacou”.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO. Disponível em: < <https://www.mds.gov.br/noticias/desenvolvimento-social/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.>

Anexo 2

Com novo recorde, produção de grãos na safra 2022/23 chega a 322,8 milhões de toneladas

“A safra de grãos no ciclo 2022/23 se encerra e atinge um novo recorde. Segundo o 12º Levantamento divulgado, nesta quarta-feira (6), pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção está estimada em 322,8 milhões de toneladas. O volume representa um crescimento de 18,4%, o que corresponde a 50,1 milhões de toneladas colhidas a mais sobre a temporada anterior. O resultado é reflexo tanto de uma maior área plantada, chegando a 78,5 milhões de hectares, como também de uma melhor produtividade média registrada, saindo de 3.656 kg/ha para 4.111 kg/ha.

[...] Nesta temporada, a soja apresentou recuperação de produtividade no Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. Já no Rio Grande do Sul, também houve melhora no desempenho das lavouras, porém limitado devido às condições climáticas não favoráveis durante o desenvolvimento da oleaginosa. “Nesta temporada, os efeitos do La Niña se concentraram no estado gaúcho, mas ainda assim em menor escala que no ciclo anterior. Já nos demais estados, o clima se mostrou bastante favorável, mesmo com alguns atrasos verificados no período da semeadura e da colheita”, analisa o gerente de Acompanhamento de Safras, Fabiano Vasconcellos. Diante do cenário favorável, a produção de soja no país na safra 2022/23 é de um novo recorde, estimada em 154,6 milhões de toneladas, crescimento de 23,2%.

Para o milho também é esperada a maior colheita já registrada na série histórica. No somatório das 3 safras do cereal, a produção deverá chegar a 131,9 milhões de toneladas, incremento de 18,7 milhões de toneladas do obtido no ciclo anterior. Na primeira safra do grão a produção somou 27,4 milhões de toneladas, enquanto que para a segunda safra, a previsão aponta para um volume de 102,2 milhões de toneladas. De acordo com o Progresso de Safra, divulgado nesta semana pela Companhia, cerca de 89% da área semeada já estavam colhidos. Para a terceira safra, a produção estimada é de 2,33 milhões de toneladas. “Porém, a redução nas precipitações ocorridas em julho e agosto, restringiu o potencial produtivo em grande parte das regiões produtoras”, pondera Vasconcellos.

Importantes produtos para a mesa do brasileiro, o arroz e feijão apresentam cenários distintos. No caso dos dois produtos houve redução de área de plantio devido à concorrência com outras culturas na época mais rentáveis. No entanto, para o arroz, a melhora da produtividade não foi suficiente para compensar a menor área resultando numa queda de produção de 6,9%, chegando a 10 milhões de toneladas. Já para a

leguminosa, o bom desempenho das lavouras, assegura uma colheita total de 3,04 milhões de toneladas, 1,7% acima do resultado da safra anterior.

Dentre as culturas de inverno, foi confirmado o crescimento de 11,8% na área cultivada de trigo no país, situando-se em 3,45 milhões de hectares e uma produção estimada em 10,82 milhões de toneladas, 2,5% acima da obtida na safra anterior.

Mercado – Os bons resultados da safra brasileira colocam o Brasil como o principal exportador de soja e milho na safra 2022/23. Para a oleaginosa é esperado que o volume exportado chegue a 96,95 milhões de toneladas do grão. Já para o cereal, a estimativa da Companhia aponta para embarques em torno de 50 milhões de toneladas, ultrapassando as exportações norte-americanas. O bom cenário para as vendas ao mercado internacional é verificado também para farelo e óleo de soja, com exportações estimadas em 21,82 milhões de toneladas e 2,6 milhões de toneladas respectivamente.

Para o algodão, a produção recorde da pluma permite uma recomposição nos estoques finais na ordem de 59%, atingindo 2,1 mil toneladas. As exportações podem atingir 1,7 milhão de toneladas nesta safra. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em agosto de 2023 foram exportadas 104,3 mil toneladas de algodão, o segundo melhor desempenho para o mês na série histórica, superando em 66,1% o mesmo período do ano passado.

Os dados completos sobre o 12º Levantamento da Safra de Grãos 2022/23 e as condições de mercado destes produtos podem ser conferidos no [Portal da Conab](#). Outras informações sobre os efeitos do clima nas safras são disponibilizadas regularmente nas edições do [Boletim de Monitoramento Agrícola da Conab](#).

Fonte: CONAB, 2023.

Anexo 3

O acesso aos alimentos necessários para a subsistência está previsto no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, como também está descrito no Artigo 11 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), documentos que tratam dessas garantias de subsistência alimentar no âmbito do direito internacional. Referenciando os pactos e compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro, temos também a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica.

Artigo 25º 1. Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e a sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. 2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social (ONU, 1948).

Artigo 11. 1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento. 2. Os Estados Partes do presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessárias para: a) Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais; b) Assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios (Brasil, 1992).

A Constituição federal brasileira, no seu inciso III, aponta como princípio fundamental a defesa da dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988). Ainda sobre as garantias legais para o acesso da população aos gêneros de primeira necessidade, a Constituição federal, em seu Artigo 6º, reconhece a alimentação como um direito social (Brasil, 1988). O Brasil também tem legislação ordinária sobre o tema, como a Lei nº 11.346, de 15 de dezembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2006).

4 - Jogo RPG (*Role Playing Game* - Jogo de Interpretação de Papéis).

Descrição da proposta:

Trata-se de uma sequência didática que propõe uma adaptação do jogo RPG. O jogo de interpretação de papéis é um jogo interativo no qual os jogadores assumem o papel de personagens fictícios e participam de uma narrativa colaborativa. Esses jogos geralmente ocorrem em um mundo imaginário muitas vezes com elementos de fantasia.

Um jogador, conhecido como Mestre do Jogo ou Narrador, guia a história e interpreta os personagens não jogáveis, enquanto os outros jogadores assumem os papéis dos personagens que criaram.

Os jogadores têm liberdade para tomar decisões, interagir com o ambiente e com outros personagens e resolver desafios propostos pelo Mestre do Jogo. As ações dos personagens são frequentemente determinadas por regras, dinâmicas do jogo, que determinam o sucesso ou fracasso das ações dos personagens.

Público alvo:

A atividade pode ser adaptada para turmas de 8º ano do Ensino Fundamental II, Ensino médio e Ensino de Jovens e Adultos.

Tempo estimado:

Quatro aulas para realização dessa sequência didática. Sendo: 1 aula para informar o conteúdo e as regras do jogo. 3 aulas para iniciar e concluir a dinâmica do jogo com a apresentação dos desafios e as confecções das narrativas. A presente demanda pode ser realizada em aulas diversas, ou seja, não precisa ser em aulas sequenciais.

Objetivos:

- Analisar criticamente, através da imersão no jogo e dos desafios propostos, os fatores internos e externos que afetam a segurança alimentar de cada país. Eles precisam pensar estrategicamente, levando em conta as potencialidades e limitações de cada nação, bem como as relações geopolíticas e econômicas envolvidas.

- Entender a dinâmica do jogo em equipe para encontrar soluções para os desafios propostos. Eles têm a oportunidade de compartilhar conhecimentos, discutir ideias e tomar decisões em conjunto. Além disso, a interação com o mestre e com os outros jogadores exige habilidades de comunicação eficaz para negociar acordos, resolver conflitos e formular estratégias.

- Criar narrativas para resolução dos desafios desenvolvendo uma compreensão mais ampla e contextualizada dos problemas relacionados à segurança alimentar.

Conteúdo:

O jogo aqui proposto em formato de RPG pode ser uma maneira envolvente de permitir que os alunos assumam papéis específicos, dentro do cenário proposto. A proposta é que os alunos, a partir dos desafios apresentados, após a definição dos grupos e personagens (Países), possam assumir a responsabilidade de manter a população de seus países em segurança alimentar.

As dificuldades e as condições se apresentam por meio de conceitos complexos e que se relacionam. Assim, o Mestre deve estar disponível para auxiliar no entendimento dos conceitos apresentados. O jogo terminará após a conclusão das jogadas e da apresentação do texto que será escrito pelo grupo que resolverá as questões propostas com base em conhecimento das estruturas e das alternativas que poderão ser acessadas.

Estratégias:

1- O professor apresenta o cenário do jogo aos alunos, descrevendo o contexto de insegurança alimentar. Os alunos e alunas analisam as características de seus personagens, no caso o país escolhido ou sorteado, observando as potencialidades e deficiências estratégicas. No decorrer da apresentação dos desafios devem desenvolver ações para resolução dos desafios propostos.

2- Os desafios enfrentados pelos países devem ser analisados pelo grupo formado por alunos e alunas, os jogadores, e confrontados com as características e potencialidades de cada país, os personagens, a fim de construir a resolução para o desafio.

3- Os jogadores e as jogadoras podem e devem acessar qualquer forma de pesquisa. Cada jogador recebe uma ficha com informações do personagem, após o sorteio entre quatro grupos previamente formados. Na ficha, constará o personagem escolhido e as características fundamentais.

Avaliação:

A título de avaliação, deve-se avaliar as narrativas constituídas de resoluções dos desafios propostos ao longo do jogo. Deve-se observar a participação dos alunos e alunas durante a resolução dos desafios e sua participação no grupo.

Anexo 1:

Desafios econômicos, a insegurança alimentar de nações com características e necessidades próprias.

Personagens do Jogo:

Mestre(a) – Professor ou Professora que apresentará o jogo e definirá os desafios a serem resolvidos.

Jogadores e jogadoras – Brasil, México, Etiópia e Bangladesh.

Materiais necessários:

- Roteiro do jogo (descrição do cenário, personagens, objetivos e eventos).
- Fichas de personagens para cada jogador
- Mapa do mundo.
- Cartas de evento e decisão.
- Celulares, computador, internet.

Roteiro do Jogo:

Após o sorteio dos personagens pelos grupos, o Mestre apresentará um desafio para cada grupo. O desafio pode ser o mesmo para todos os grupos, ou seja, para todos os países. Por exemplo, crise ambiental, seca ou enchente pode ser utilizado como desafio para mais de um grupo.

Será disponibilizado um tempo para que cada grupo apresente uma resolução inicial para que posteriormente ocorra a apresentação dos outros desafios.

Será informado que os personagens poderão se relacionar entre si e com outros países personagens, os quais serão assumidos pelo Mestre para realizar acordos comerciais ou mesmo de solidariedade. Também será informada a existência de instituições internacionais que podem auxiliar os personagens.

Entretanto, as relações constituídas com instituições internacionais e outros países devem ser analisadas criticamente. O Mestre do jogo deve instigar o grupo a produzir uma solução para o desafio sem atropelos e com base nas potencialidades locais de cada personagem.

Cada grupo é considerado, na dinâmica do jogo, chefes de Estado e responsáveis pela segurança da sua população. As características dos países devem ser observadas e as soluções devem ser fundamentadas pela pesquisa realizada.

O roteiro do jogo descreve uma série de eventos e situações que os jogadores encontrarão ao longo do jogo, incluindo desafios econômicos, políticos e sociais. A resolução pode apresentar inclusive oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

Os jogadores serão encorajados a interagir entre si e com o mundo ao seu redor, tomando decisões que afetam, não apenas seus próprios personagens, mas também o curso da história do jogo.

Desafios:

Os jogadores exploram o mundo, interagindo com personagens não-jogadores (outras nações e instituições), produzindo soluções internas para manter e dirimir a crise alimentar. As missões podem incluir desde negociações comerciais e diplomáticas até projetos de desenvolvimento agrícola e resolução de crises internas.

Tomada de decisões:

Os jogadores tomam decisões estratégicas com base em seus objetivos pessoais, necessidades de seus países e nas circunstâncias apresentadas pelo roteiro do jogo.

As decisões podem ter consequências a curto e longo prazo, afetando não apenas os próprios personagens, mas também o mundo ao seu redor.

Consequências e desenvolvimento da história:

As decisões e resoluções devem ser escritas de forma que ao final possa se apresentar uma narrativa a qual conste como um manifesto público sobre os desafios observados, as resoluções desenvolvidas e ações permanentes para evitar a insegurança alimentar em decorrência dos desafios propostos.

O desenvolvimento das respostas dos grupos é dinâmico e pode ser afetado pelas escolhas dos jogadores, criando um ambiente imersivo e interativo.

Objetivos e desafios:

Cada grupo tem objetivos individuais que devem alcançar ao longo do jogo, como garantir a segurança alimentar de seu país, fortalecer sua economia ou expandir sua influência geopolítica.

Os jogadores enfrentam desafios e obstáculos ao longo do caminho, testando suas habilidades de negociação, liderança e resolução de problemas.

Sessão de esclarecimento:

O jogo pode terminar após um número predeterminado de sessões ou quando cada grupo alcançar seus objetivos. Fica a critério do Mestre apresentar o número de

desafios que entenda suficiente para a constituição da narrativa final que será apresentado como um manifesto.

Os grupos apresentam seus manifestos e, agora, com a participação de todos realiza-se uma análise das escolhas e a adequação destas aos desafios propostos.

Essa adaptação do jogo RPG pretende servir de exercício dos conhecimentos escolares e dos debates sobre a insegurança alimentar, dando protagonismo aos alunos e alunas na resolução de problemas reais.

Por se tratar da última atividade de um total de quatro, os alunos e as alunas já desenvolveram pensamento crítico sobre relações que envolvem segurança alimentar e soberania alimentar, renda e consumo, os DHAA e a realidade social. Nesse sentido, essa atividade busca exercitar a capacidade de decisão e a participação política em questões de âmbito coletivo.

Para concluir, deve-se discutir a experiência do jogo, além das narrativas produzidas para aprimoramento da atividade e planejar futuras aventuras.

Cartões:

BRASIL

- Extensão territorial: 8,5 milhões de km².
- População: 213.317.639 milhões.
- Apresenta seis ocorrências climáticas, com predomínio da tropical e relevo formado por planaltos, planícies e depressões.
- A vegetação brasileira é composta por cinco biomas: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica.
- A economia brasileira figura como a 12ª maior economia do mundo em 2021, de acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Produto Interno Bruto (PIB) do país é de 7 trilhões de reais, enquanto o valor per capita chegou a 35.161,70 reais, conforme a ponta o IBGE.
- Setor agrícola forte, com produção de commodities como soja, café, cana-de-açúcar e carne bovina.
- Complexidade étnica e cultural, com uma população diversificada.
- Desafios sócio econômicos, incluindo desigualdade de renda, pobreza e infraestrutura deficiente em algumas regiões.
- Influência política regional e global significativa.

MÉXICO

- População: 130 milhões;
- Extensão territorial: 1.964.375 km²;
- Climas: tropical, tropical quente, úmido e árido;
- PIB: US\$ 1,37 trilhão (FMI, 2022);
- Regiões Norte e central: marcadas por extensas áreas desérticas e de estepe;
- Regiões sul, leste e oeste: marcadas por florestas tropicais e regiões montanhosas, além de terem contato com o Oceano Atlântico;
- Apresenta índice de desenvolvimento mediano (0,779), reflexo de aspectos internos do país. Além disso, sua população lida com uma série de problemas, como a desigualdade social caracterizada, dentre outros fatores, por grande parcela de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza (41,9% em 2018), pelo desemprego e pela violência urbana;
- Acesso deficitário à infraestrutura básica em muitas áreas do país, principalmente na zona rural. Nas cidades, 59,7% da população têm acesso às redes adequadas de saneamento (ONU, 2021);
- Agronegócio forte, produzindo milho, feijão, café e frutas tropicais;
- Comércio fortemente dependente dos EUA e do Canadá, ainda mais depois da assinatura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

ETIÓPIA

- População: 114 milhões;
- Extensão territorial: 1.104.300 km (é quilômetros mesmo? Não é quilômetros quadrados?);
- PIB: US\$ 93,97 bilhões (FMI, 2021);
- Território marcado por florestas tropicais e de altitude, savanas nas áreas rebaixadas e estepes nas planícies secas e nos terrenos menos acidentados;
- Setor de serviços e agropecuária como condutores da economia nacional. O setor terciário, comércio e serviços, corresponde a 43,6% do PIB e a quase 20% da mão de obra. Esta se concentra no setor primário, que emprega 72,7% dos trabalhadores e é responsável por 34,8% do PIB;
- Produção nacional dependente do trigo, do milho, das batatas e dos tubérculos em geral, da cana-de-açúcar e do leite. A indústria corresponde a 21,6% do PIB e se concentra no processamento de alimentos, na produção de bebidas e na produção de metais e cimentos;
- Enfrenta desafios relacionados à segurança alimentar devido à pobreza rural, ao clima imprevisível e à degradação ambiental;
- Importância geopolítica na região do Chifre da África.

BANGLADESH

- Extensão territorial: 143.998 km²;
- População: 163.654.860 milhões;
- Mais da metade da população vive em zona rural;
- PIB: US\$ 355,62 bilhões;
- Relevo caracterizado por extensas planícies aluviais dentre as quais se destacam as planícies dos rios Ganges e Yamuna. Na região sudeste, próximo à fronteira com Mianmar, os terrenos são mais elevados e marcados por formações como morros, colinas e vales escavados pela ação dos rios;
- Setor de serviços corresponde a 56,5% do PIB. A indústria do país é responsável por 29,3% da economia e se volta para a produção de vestimentas, principal produto de exportação, papel, couro, tecidos de algodão, fertilizantes e outros. A agricultura reúne a maior parcela de mão de obra e tem como principais insumos o arroz, a batata, o milho, a cana-de-açúcar, a manga e a goiaba;
- Situado numa área onde é comum a ocorrência de ciclones (tempestades tropicais) e tufões que atingem principalmente a baía de Bengala;
- Desafios socioeconômicos como a pobreza, a desigualdade de renda e a falta de infraestrutura.

Desafios:

Pobreza e Desigualdade Econômica: a pobreza é uma das principais causas da insegurança alimentar. Pessoas com baixa renda muitas vezes têm dificuldade em acessar alimentos nutritivos e suficientes para si e para suas famílias. A desigualdade econômica também pode contribuir para a insegurança alimentar, com disparidades de renda resultando em acesso desigual aos recursos alimentares.

Acesso Limitado aos Alimentos: a insegurança alimentar pode ser causada por barreiras físicas e econômicas que limitam o acesso das pessoas aos alimentos. Isso pode incluir a falta de supermercados ou mercados de alimentos nas proximidades, transporte inadequado, preços elevados dos alimentos e a falta de acesso a programas de assistência alimentar.

Mudanças Climáticas e Desastres Naturais: as mudanças climáticas e eventos extremos, como secas, inundações, tempestades e furacões, podem afetar a produção agrícola e a disponibilidade de alimentos. Isso pode levar à escassez de alimentos, aumento dos preços dos alimentos e perda de meios de subsistência para comunidades agrícolas.

Conflitos e Instabilidade Política: conflitos armados, guerras civis, instabilidade política e deslocamento forçado podem interromper a produção agrícola, destruir infraestruturas alimentares e dificultar o acesso dos civis aos alimentos. Populações em áreas de conflito muitas vezes enfrentam insegurança alimentar severa devido ao acesso limitado aos alimentos e à deterioração das condições de vida.

Falta de Educação e Conhecimento Nutricional: a falta de educação e conhecimentos sobre nutrição pode contribuir para escolhas alimentares inadequadas e dietas desequilibradas. Isso pode levar a deficiências nutricionais, como falta de vitaminas e minerais essenciais, que aumenta o risco de insegurança alimentar e problemas de saúde relacionados à nutrição.

Desemprego e Subemprego: o desemprego e o subemprego podem limitar a capacidade das pessoas de adquirir alimentos adequadamente. A falta de renda estável pode levar à insegurança alimentar, tornando difícil para as pessoas garantir alimentos suficientes para si e para suas famílias.

Flutuações nos Preços das Commodities: as flutuações nos preços das commodities agrícolas, como grãos, oleaginosas e alimentos básicos, podem afetar os preços dos alimentos nos mercados internacionais. Alterações na oferta e demanda global,

juntamente com eventos climáticos extremos, desastres naturais ou perturbações no comércio internacional, podem levar a variações nos preços das commodities, tornando os alimentos mais caros e menos acessíveis para as populações vulneráveis.

Dependência de Importações Alimentares: muitos países dependem das importações de alimentos para suprir suas necessidades alimentares. Flutuações no valor do dólar podem afetar o custo dessas importações. Se o dólar se valoriza em relação à moeda local, os alimentos importados se tornam mais caros, aumentando os custos para o país importador e, potencialmente, levando a aumentos nos preços dos alimentos no mercado interno.

Impacto nas Exportações Agrícolas: para os países que dependem das exportações agrícolas como fonte significativa de receita, as flutuações no valor do dólar podem ter um grande impacto. Se o dólar se desvaloriza em relação a outras moedas, os produtos agrícolas exportados podem se tornar mais competitivos nos mercados internacionais, aumentando as receitas das exportações. No entanto, se o dólar se valoriza, as exportações agrícolas podem se tornar mais caras para os compradores estrangeiros, reduzindo a demanda e afetando negativamente a economia agrícola do país exportador.

Especulação Financeira e Volatilidade do Mercado: a especulação financeira nos mercados de commodities agrícolas pode aumentar a volatilidade dos preços dos alimentos, levando a flutuações imprevisíveis nos mercados internacionais. A incerteza causada pela especulação pode afetar os produtores agrícolas, os comerciantes e os consumidores, criando condições instáveis que podem contribuir para a insegurança alimentar.

Impacto sobre os Programas de Assistência Alimentar: a volatilidade nos preços dos alimentos e nas taxas de câmbio pode afetar a eficácia dos programas de assistência alimentar, tanto a nível nacional quanto internacional. Oscilações nos custos dos alimentos podem exigir ajustes nos orçamentos de assistência alimentar, potencialmente reduzindo a quantidade de alimentos fornecidos ou limitando o acesso dos mais necessitados a esses programas.

Organismos internacionais que podem ser convocados para prestar auxílio:

-FAO: é uma agência especializada das Nações Unidas que tem como objetivo liderar esforços internacionais para erradicar a fome, garantir a segurança alimentar e promover o desenvolvimento sustentável da agricultura. Em situações de crise alimentar, a FAO pode fornecer assistência técnica e apoio aos governos para desenvolver estratégias de segurança alimentar, promover práticas agrícolas sustentáveis, fortalecer sistemas de produção de alimentos e coordenar esforços de resposta humanitária.

-FMI: é uma organização internacional que promove a estabilidade financeira e o crescimento econômico sustentável em nível global. Em situações de crise alimentar, o FMI pode desempenhar um papel a o fornecer orientação econômica e financeira a os países afetados, ajudando a estabilizar as economias e mitigar os impactos adversos da crise. Isso pode incluir aconselhamentos sobre políticas macroeconômicas, gestão da dívida, reformas estruturais e programas de ajuste econômico.

-Banco Mundial: é uma instituição financeira internacional que fornece empréstimos e assistência técnica para países em desenvolvimento como objetivo de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento econômico. Em situações de crise alimentar, o Banco Mundial pode oferecer financiamento para programas de segurança alimentar, projetos de desenvolvimento agrícola, infraestrutura rural e medidas de proteção social para ajudar a mitigar os efeitos da crise promover a recuperação econômica.

-Aspectos delicados em convocar essas organizações:

-**Condicionamento de Políticas:** uma crítica comum é que essas organizações muitas vezes condicionam seu apoio financeiro à implementação de políticas econômicas e agrícolas específicas nos países beneficiários.

-**Aumento da Dívida e Dependência:** empréstimos concedidos pelo Banco Mundial e pelo FMI podem aumentar a dívida externa dos países

em desenvolvimento, criando uma situação de dependência econômica e financeira dessas instituições. O pagamento da dívida pode comprometer recursos que poderiam ser direcionados para programas sociais, saúde, educação e segurança alimentar.

-Desigualdade e Exclusão: algumas políticas promovidas por essas organizações podem exacerbar desigualdades sociais e econômicas, favorecendo elites políticas e econômicas em detrimento dos grupos mais marginalizados e vulneráveis. Isso pode resultar em exclusão social, injustiça e falta de acesso equitativo aos benefícios do desenvolvimento.

CONCLUSÃO

O presente trabalho realizou uma abordagem sobre a insegurança alimentar no contexto do ProfHistória. Destacamos a exclusão fomentada pelo capitalismo e as dinâmicas geopolíticas na produção de alimentos. A produção alimentar, sob a égide dos regimes alimentares globais, desenvolvidos a partir da Revolução Industrial, foram descritos ao longo da dissertação, apresentando a importância de se pesquisar e de conhecer a produção e mercantilização dos alimentos nas mudanças ocorridas desde a Revolução Industrial.

A dissertação explorou a contribuição da disciplina de História na compreensão da insegurança alimentar, apresentando aspectos globais na produção alimentar, decisões políticas e econômicas. Foi didatizado o conceito de regimes alimentares de McMichael, aproximando da economia moral proposta por E. P. Thompson, para se perceber as conexões do próprio regime alimentar com a insatisfação social em momentos de insegurança alimentar. A pesquisa ressaltou as mudanças nas relações comerciais e a transição da economia moral para um mercado desregulamentado.

Ao abordar a economia moral de Thompson e seu papel na compreensão de revoltas sociais diante da insegurança alimentar, a dissertação destacou a evolução das políticas governamentais desde os anos de 1990. A continuidade dos programas sociais foi examinada como um reflexo das escolhas políticas da sociedade, evidenciando a complexidade dessas relações.

A tradição paternalista foi explorada como um elemento determinante na definição das práticas legítimas e ilegítimas do mercado, bem como nos deveres dos governantes. No contexto escolar, a pesquisa defendeu a necessidade de produção de conteúdo histórico escolar que seja utilizado de forma complementar aos próprios conteúdos estudados em sala de aula.

A discussão se estendeu aos direitos fundamentais relacionados à segurança alimentar, evidenciando a ineficácia desses direitos diante das dinâmicas sociais. Além disso, abordou-se o arcabouço legal brasileiro, enfocando os direitos fundamentais à alimentação e a insegurança alimentar, com referências à legislação nacional e aos acordos internacionais.

A dissertação ressaltou as mudanças no sistema jurídico brasileiro com a Constituição Federal de 1988, promovendo a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado. Abordou a adoção do conceito de segurança alimentar através da soberania alimentar.

Apresentou-se uma análise dos programas sociais desde o Estado Novo, passando pelas mudanças nas políticas alimentares durante os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso e as novas perspectivas com o advento do neoliberalismo nos anos 1990.

A atuação do Estado na Nova República foi caracterizada como mista, combinando compromissos sociais com uma abordagem neoliberal, marcada por privatizações e austeridade fiscal. A disputa por recursos públicos entre diversos grupos sociais e a manutenção do equilíbrio fiscal foram observadas.

O texto destacou o período pós-Plano Real e a introdução de programas de assistência social, a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e do Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza e de programas de transferência de renda, como o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação.

A partir de 2002, a valorização do salário-mínimo e os programas de transferência de renda contribuíram para melhorias nos índices sociais e para a diminuição da insegurança alimentar no Brasil. O texto destacou a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em 2006 e a inclusão da segurança alimentar como um direito social na Constituição através de Emenda Constitucional em 2010.

A implantação do modelo de transferência de renda e o aumento real do salário-mínimo, especialmente entre 2003 e 2006, levaram a uma significativa diminuição da extrema pobreza. O ganho real no salário-mínimo e os reajustes a partir de 2012 foram citados como fatores importantes nesse processo.

A pesquisa não se limitou ao ambiente escolar, ao espaço interno da escola e apenas às dinâmicas ocorridas no interior da sala de aula, reconhecendo a complexidade do espaço e a necessidade de adaptar os conteúdos as próprias demandas dos alunos. A proposta de criação de um produto didático visa a problematizar a insegurança alimentar sob uma perspectiva histórica, envolvendo os alunos na compreensão dos processos políticos e econômicos que ainda perpetuam esse gravíssimo problema social.

A dissertação, apresentou uma síntese sobre as relações entre insegurança alimentar e concentração de riquezas e desigualdade social. Destacando-se uma análise do agronegócio e a produção de *commodities* e a gerência da segurança alimentar a partir dos interesses dos grandes conglomerados da indústria de alimentos. Nossa preocupação foi dissertar sobre a mercantilização e a financeirização das *commodities*.

Com o produto elaborado, pretendemos exercitar a reflexão sobre aspectos históricos que promoveram e acentuaram a insegurança alimentar. Buscou-se contribuir para o exercício crítico de permanências e mudanças seja nas causas da insegurança alimentar ou da compreensão e entendimento contemporâneo sobre crises alimentares.

A relevância deste trabalho encontra-se no incentivo ao estudo sobre os regimes alimentares e no estímulo da discussão acerca do desenvolvimento da soberania alimentar como meio para efetivar os direitos humanos, avançando-se, assim, no sentido da superação da extrema pobreza de forma permanente.

REFERÊNCIAS

A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964- 1985 / Pedro Henrique Pedreira Campos. – 2012. Acesso em 06 de junho de 2023.

ALBURQUERQUE, Mariana, 70% dos trabalhadores brasileiros ganham até dois salários mínimos, Pesquisa a partir da dados do IBGE aponta que 35,63% dos trabalhadores brasileiros ganham até um salário mínimo. 23/11/2022. Disponível <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/11/5053834-70-dos-trabalhadores-brasileiros-ganham-ate-dois-salarios-minimos.html> Acesso em 19 de dezembro de 2023.

Alessandra Karla. Pesquisa aponta que 30% dos alunos da rede pública não receberam merenda escolar durante a pandemia. AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. 25 outubro de 2021.< www.camara.leg.br/noticias/820583-pesquisa-aponta-que-30-dos-alunos-da-rede-publica-nao-receberam-merenda-escolar-durante-a-pandemia/> Acesso em: 09 de agosto de 2022.

Aluno de escola pública poderá ter segunda refeição garantida. Agência Senado. 18 julho de 2022.< <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/18/aluno-de-escola-publica-podera-ter-segunda-refeicao-garantida> > Acesso em: 16 de agosto de 2022.

Araribá mais : história : manual do professor / organizadora Editora Moderna ; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna ; editora responsável Ana Claudia Fernandes. – 1. Ed. – São Paulo : Moderna, 2018. Obra em 4 v. do 6 o ao 9º ano. Componente curricular: História. Bibliografia. 1. História (Ensino fundamental) I. Fernandes, Ana Claudia.

Arrighi, Giovanni, 1937- O longo século XX: dinheiro e as origens de nosso/ tempo; tradução Vera Ribeiro- Rio e Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

Assembleia Geral das Nações Unidas. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/cescr.aspx>. Acesso em 01 de agosto de 2023

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, 1935- formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque- 5ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BORGES, Rodolfo. Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico. El País. 14/ 12/ 2017. Disponível < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html > Acesso em 09 de agosto de 2023.

BRAICK, Patrícia Ramos, Estudar História: das origens do homem a era digital: 3ª ed- São Paulo: Moderna, 2018 – 8º ano e 9º ano.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extinção de órgãos colegiados que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 abr. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL: Teto de 20 anos para o gasto público violará direitos humanos, alerta relator da ONU. Disponível em: < <https://news.un.org/pt/story/2016/12/1571101> > Acesso em: 05 de agosto de 2023.

BRAUDEL, Fernand; Civilização material, economia e capitalismo XV-XVIII- São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAPARRÓS, Martin, A Fome; Tradução de Luís Carlos Cabral- 1º ed- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CARRANÇA, Thais. ‘Minha aluna desmaiou de fome’: professores denunciam crise urgente nas escolas brasileiras. < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59215351> > Acesso em: 07 de outubro de 2022.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome: O Dilema Pão ou Aço – Rio de Janeiro: Editora Antares, 1984.

CHADE, Jamil. Insegurança alimentar explode e atinge um terço dos brasileiros, diz ONU. UOL. 12 de julho de 2023. <<https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2023/07/12/inseguranca-alimentar-explode-no-brasil-e-atinge-70-milhoes-diz-onu.htm>> Acesso em 14 de julho de 2023.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles, volume 1/ Marilena Chauí – 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. P.67.

Clube de Roma propõe política de filho único, publicado em 13 de setembro de 2016, Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/clube-de-roma-prop%C3%B5e-pol%C3%ADtica-de-filho-%C3%BAnico-e-aposentadoria-mais-tarde/a-19548761>

Como o mesmo Brasil que alimenta 1 bilhão ultrapassou 10 milhões de famintos 'dentro de casa'?. BBC NEWS BRASIL. 25 setembro de 2020<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54288952>> Acesso em 23 de agosto de 2022.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Com novo recorde, produção de grãos na safra 2022/23 chega a 322,8 milhões de toneladas. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5157-com-novo-recorde-producao-de-graos-na-safra-2022-23-chega-a-322-8-milhoes-de-toneladas>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

CORREIA, J. A. Secca de 1877-78. Ceará: [s.n.], 1877-1878. 1 foto carte-de-visite, papel albuminado, pb, 9 x 6. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22711. Acesso em: 14 fev. 2024.

COVID-19 - Pandemia 2. COVID-19 - Pandemia – Aspectos econômicos 3. Fome - Brasil 4. Política alimentar 5. Políticas públicas 6. Políticas sociais 7. Segurança alimentar - Brasil I. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. II. Série.

CRUZ, Elaine Patricia, Produção de alimentos é suficiente, mas ainda há fome no país, diz pesquisador. Agência Brasil, 2016. <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-07/producao-de-alimentos-e-suficiente-mas-ainda-ha-fome-no-pais-diz>> Acesso em 17 de julho de 2023.

CUNHA, Francisco Eduardo de Oliveira. Superexploração da força de trabalho. 12 fev. 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/superexploracao-da-forca-de-trabalho/>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

DA SILVA COELHO, Cyntia. D672d Direitos Humanos e ensino de História: um diálogo com a educação Ambiental e o direito à alimentação/ Cyntia da Silva Coelho – Rio de Janeiro, 2020. 109 f. Orientadora: Alessandra Carvalho. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, programa de pós-graduação em ensino de História em rede nacional.

DAVIS, Mike. Holocausto Colonial: A criação do terceiro mundo/ Mike Davia. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. - São Paulo: Veneta, 2022.

Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

EAGLETON, Terry, 1943- As ilusões do pós-modernismo/ Terry Eagleton: tradução Elisabeth Barbosa. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, Pág 31 e 33.

ESCOBAR, Pepe. O novo Manifesto Comunista do presidente chinês, Xi Jinping, A ambição inabalável do líder é que o renascimento da China destrua as memórias do "século de humilhação", de uma vez por todas. Diálogos do sul, 16 de novembro de 2021. Disponível: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/mundo/72124/o-novo-manifesto-comunista-do-presidente-chines-xi-jinping> Acesso em 18 de dezembro de 2023.

Escravidão no Rio Grande do Norte [recurso eletrônico] / organizadoras Juliana Teixeira Souza, Margarida Maria Dias de Oliveira. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 21 MB). – Natal, RN : EDUFRN, 2021. – (Produtos didáticos para o ensino da história).

FERREIRA, Helen Gonçalves Romeiro; ALVES, Rodrigo Gomes; MELLO, Silvia Conceição Reis Pereira. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): ALIMENTAÇÃO E APRENDIZAGEM. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [S.l.], v. 22, n. 44, p. 90-113, abr. 2019. ISSN 2177-8337. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/150>>. Acesso em: 14 jul. 2023. Doi: <https://doi.org/10.30749/2177-8337.v2n44p90-113>.

FILA para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. Cuiabá, FANTÁSTICO. 25 julho de 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>>. Acesso em: 04 de agosto de 2022.

FISHER, Mark. Realismo capitalista. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

Fonte IBGE < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pesquisa/46/81637>>

Fonte IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/natal/pesquisa/36/30246>

Frankopan, Peter; O coração do mundo: Uma nova história universal a partir da rota da Seda, o encontro do Oriente com o Ocidente/Peter Frankopan- São Paulo, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Itamar. Valores como objeto de aprendizagem histórica. II Simpósio Eletrônico Internacional do Ensino de História. Anais... União da Vitória: Unespar, 2016. Disponível em: <http://simpohis2016.blogspot.com.br/p/valores-como-objeto-deaprendizagem.htm>

FREITAS, Itamar. Sequências didáticas para o ensino de História [livro eletrônico] / Itamar Freitas, Maria Margarida Dias Oliveira. – Ananindeua, PA: Cabana, 2022.

FRIEDMANN, H Scaling up: Bringing Public Institutions and Food Service Corporation into the Project for a Local, Sustainable Food System in Ontario. In: Blay-Palmer, A, (Ed.) Imagining Sustainable Food Systems: Theory and Practice. Aldershot: Ashgate, 2010. _____. Discussion: Moving Food Regimes Forward – Reflections on symposium Essays. Agriculture and Human Values, 26, p. 335-44, 2009.

G1, 03 de julho de 2022. Disponível: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/07/03/por-razao-humanitaria-escolas-se-arriscam-e-deixam-alunos-levarem-merenda-para-familiares-com-fome-foi-o-que-me-sustentou-nos-ultimos-meses-diz-mae.ghtml> Acesso em 06 de dezembro de 2022.

Garimpo contra a fome: sem comida, moradores do Rio recorrem a restos de ossos e carne rejeitados por supermercados. EXTRA. 29 setembro de 2021. Disponível em :<<https://extra.globo.com/noticias/rio/garimpo-contra-fome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem-restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216735.html>>.

Acesso em: 04 de agosto de 2022.

Gois, Antônio. Quatro décadas de gestão educacional no Brasil : políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros / Antônio Gois. — São Paulo: Fundação Santillana, 2018.

Há um ano, participação de Bolsonaro em ato lançou bases do negacionismo. FOLHA DE SÃO PAULO. 14 março de 2021 <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/ha-um-ano-participacao-de-bolsonaro-em-ato-lancou-bases-donegacionismo.shtml>> Acesso em: 09 de agosto de 2022.

HOBBSAWM, Eric. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo; Tradução Donaldson Magalhães Garschagen. 1º Edição. Rio de Janeiro. Editora Forense-Universitária, 1978.

<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=CONCENTRA%C3%87%C3%83O+DE+REND>A. Conforme exposto pelo El País, o Brasil é o país que apresenta a maior concentração de renda, comparado a outros países. De acordo com grupo liderado por Thomas Piketti, economista que se notabilizou após a publicação do livro *O Capital no século XXI*. O Grupo Piketti informou que quase 30% da renda do Brasil se concentra nas mãos de apenas 1% da população do país. BORGES, Rodolfo. Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico. **El País**, 17 abril 2023. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html Acesso em: 20 janeiro 2023.

Indicadores Financeiros Educacionais – “Os indicadores de investimentos públicos em educação são produzidos e calculados pelo Inep seguindo metodologia recomendada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, sendo utilizados, principalmente, para a comparação internacional desses indicadores.” Publicado em 26/11/2020 07h58 Atualizado em 24/12/2002. <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>> acesso em 13 de novembro de 2023.

INSPIRE HISTÓRIA: 8º ano : ensino fundamental :anos finais / Gislane Campos Azevedo Seriacopi, Reinaldo Seriacopi. – 1. Ed. – São Paulo : FTD, 2018. “Componente curricular: História.” ISBN 978-85-96-01966-8 (aluno) ISBN 978-85-96-01967-5 (professor) 1. História (Ensino fundamental) I. Seriacopi, Reinaldo. II. Título.

INSTITUTO TRICONITINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. A Revolta dos Agricultores na Índia, Dossiê no 41. Junho de 2021. < <https://thetribcontinental.org/pt-pt/dossie-41-agricultura-na-india/>> Acesso em 25 de julho de 2023.

Jones, T. (2010). The great hunger lottery: How banking speculation causes food crises. World Development Movement. With particular thanks to Tom Lines, whose papers on food speculation and regulating speculation are available on the World Development Movement website at: www.wdm.org.uk/report/speculation-and-regulation-food-commodities. July. Acesso em 06 de agosto de 2023.

JORNAL NACIONAL G1. Belo Horizonte, 03 agosto de 2022. Disponível em:< [Http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/03/menino-liga-para-policia-para-avisar-que-a-familia-estava-passando-fome-na-grande-bh.ghtml](http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/03/menino-liga-para-policia-para-avisar-que-a-familia-estava-passando-fome-na-grande-bh.ghtml)> . Acesso em: 04 agosto de 2022.

Jornal O Besouro – Folha ilustrada humorística e satírica. (RJ) 1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749915&pagfis=175>. Acesso em: 20 fev. 2024.

KÖLLN, L. A. B. AS VINHAS DA IRA, OU A LEITURA HISTÓRICA DA DECADECÊNCIA DAS ANTIGAS CLASSES MÉDIAS POR JOHN STEINBECK. **Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 19, p. 135–154, 2014. DOI: 10.48075/rt.v10i19.8482. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/8482>. Acesso em: 18 dez. 2023.

Le Goff, Jacques, 1924- História e memória/ Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão: Editora da Unicamp, 1994.

LEITE, Leonardo M (UFF); Alves Matheus S (UFF). Troca desigual, deterioração dos termos de troca e superexploração: Quais os nexos causais na dialética da dependência de Marini (UFF), Matheus S. Alves (UFF), Artigo apresentado no encontro nacional de Economia Política, 27, 2022, UFU, Uberlândia – MG: SEP, 2022.

LERVOLINO, Thais. Pesquisa inédita com estudantes apresenta situação da alimentação escolar no Brasil antes e durante a pandemia. <[Http://campanha.org.br/noticias/2021/08/31/pesquisa-inedita-com-estudantes apresenta-situacao-da-alimentacao-escolar-no-brasil-antes-e-durante-a-pandemia/](http://campanha.org.br/noticias/2021/08/31/pesquisa-inedita-com-estudantes-apresenta-situacao-da-alimentacao-escolar-no-brasil-antes-e-durante-a-pandemia/)>.

Acesso em: 07 outubro de 2022.

LOPÉZ, Ángeles Gómez. O cérebro queima em um dia as mesmas calorias que correr meia hora. Então, pensar muito emagrece?. El País, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/23/ciencia/1542992049_375998.html>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

MARINI, Ruy Mauro, 1932-1997. Dialética da dependência/ uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader – Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MATOS, Thaís. Em 5 anos, real perdeu 30% de seu poder de compra. Inflação oficial do país aumentou gradativamente entre 2017 e 2022. Famílias parecem 'sentir' mais porque relação entre salários e preços está mais apertada. g1, 04/05/2022. Disponível <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/04/em-5-anos-real-perdeu-quase-30percent-de-seu-poder-de-compra.ghtml>> Acesso em 05 agosto de 2023.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. O senhor da pedra: memória de Delmiro Gouveia (1940-1980). Recife 2008.

MCMICHAEL, Philip. Regimes alimentares e questões agrárias; Tradução Sonia Midori. – 1 ed. – São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

MENEZES, Luciana dos Santos Cidadania e participação por meio das hortas escolares : a alimentação como temática para o ensino de história na EJA de São José/SC / Luciana dos Santos Menezes ; orientadora, Aline Dias da Silveira, 2019. 252 p. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2019.

Menino liga para polícia para avisar que a família estava passando fome na Grande BH.

MERLINO, Tatiana. Os números mostram: agronegócio recebe muitos recursos e contribui pouco para o país. Análise de geógrafos desmistifica a versão de que o agro é a

maior força econômica brasileira. O Joio e o Trigo, 07/10/2021. Disponível: <https://ojoioetrigo.com.br/politica-de-republicacao> acesso em: 18 de dezembro de 2013.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO. Mapa da Fome Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social prepara plano para retirar o país do Mapa da Fome novamente. Publicado em 12 jul. 2023, 11h17. Atualizado em 13 jul. 2023, 14h03. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>. Acesso em: [20 de fevereiro de 2024].

Moradores coletam comida em caminhão de lixo em Fortaleza. G1.18 outubro de 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/18/moradores-coletam-comida-em-caminhao-de-lixo-em-fortaleza.ghtml> > Acesso em: 04 de agosto de 2022.

MOURA, Renata. Famílias comem lagartos e restos de carne para enganar fome no RN, Folha de São Paulo, 07 de Dezembro de 2021. Disponível < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/familias-comem-lagartos-e-restos-de-carne-para-enganar-fome-no-rn.shtml> > Acesso em: 30 de novembro de 2022.

Movimento dos pequenos Agricultores. Declaração da Via Campesina sobre Comércio, Mercados e Desenvolvimento, 2016. Disponível em <https://mpabrasil.org.br/noticias/declaracao-da-via-campesina-sobre-comercio-mercados-e-desenvolvimento/> Acesso em 19 de abril de 2023.

Novíssimo dicionário de economia/ organização e supervisão de Paulo Sandroni. 13º ed – São Paulo: Best Seller, 2004.

Neves, F. de C.. (2007). A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. *Tempo*, 11(22), 80–97. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000100005>

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Minha Casa, Minha vida estão praticamente desaparecendo em meio a restrição fiscal. No caso do programa habitacional, Minha casa, Minha Vida, os pagamentos chegaram à marca de R\$ 20,7 bilhões em 2015, recuaram para 7,9 bilhões em 2016 e somam apenas R\$ 1,8 bilhão de janeiro a agosto de 2017. O PAA, que permite a compra de produtos da agricultura familiar pelo governo federal, teve desembolsos de R\$ 41 milhões no ano de 2017, até

junho, uma redução de 91% nos pagamentos contra o ano de 2016 todo. Programas sociais têm corte de até 96% em quatro anos. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5149370/programas-sociais-tem-corte-de-ate-96-em-quatro-anos>. > Acesso em: 02 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Adriana Sassi de, A História da Alimentação como ferramenta de Ensino de História/ Adriana Sassi de Oliveira. – 2018. 98 f.;30cm. Orientador: José Martinho Rodrigues Remedi. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de pós graduação em História em rede nacional, RS, 2018.

OLIVEIRA, Kaynã de. Milhões de pessoas vão enfrentar a fome na América Latina até 2030, diz ONU. [online] Jornal da Universidade de São Paulo, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/milhoes-de-pessoas-vaao-enfrentar-a-fome-na-america-latina-ate-2030-diz-onu/>. Acesso em 25 de janeiro de 2024.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. Ensino de história, memória e culturas / Cristiani Bereta da Silva, Ernesta Zamboni (organizadoras). - 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2013. P. 229-244.

PIEPER, Oliver; PONTES, Nadia. Até quando Alemanha continuará importando soja do Brasil? Deutsche Welle, 14/09/2021. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/at%C3%A9-quando-alemanha-continuar%C3%A1-importando-soja-do-brasil/a-59112846> Acesso em 04 de agosto de 2023.

Pinho, F. N. L. G., & Martínez, S. A. (2020). As Múltiplas Facetas da Alimentação na História. *História & Cultura*, 9(2). Recuperado de <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3271>. Acesso em 13 de novembro de 2023.

Porto Editora – *produtivismo* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2024-02-19 19:11:03]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/produtivismo>

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO. Conheça a sua Cidade, 2012. Disponível < https://natal.rn.gov.br/storage/app/media/sempla/Mae_Luiza.pdf> Acesso em 16 de janeiro de 2023.

PROST, Antoine, 1 9 3 3. Doze lições sobre a história / Antoine Prost ; [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. — Belo Horizonte : Autêntica Editora , 2 0 0 8 .

PUGLES, Luiza Pezzotti. "Infográfico". Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/genero-textual-infografico.htm>. Acesso em: 19 maio 2024.

RAMOS, Fábio Pestana. Alimentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Novos temas nas aulas de história. São Paulo: Contexto, 2010. p. 95-118.

RAMOS, Susana Silva. O “Século da Humilhação Nacional” enquanto momento caracterizador do Nacionalismo Chinês. Observatorio de la politica China. 08/03/2022. Disponível em: < <https://politica-china.org/areas/sistema-politico/xii-sei-politica-china-o-seculo-da-humilhacao-nacional-enquanto-momento-caracterizador-do-nacionalismo-chines>> Acesso em 26 de julho de 2023.

Redução da desigualdade no Brasil é interrompida pela vez primeira em 15 anos. Oxfam Brasil. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/reducao-da-desigualdade-no-brasil-e-interrompida-pela-vez-primeira-em-15-anos/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

Revel, Judith. Michel Foucault: conceitos essenciais / Judith Revel ; tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. - São Carlos : Claraluz, 2005.

RUDE, Georges, 1910- A Multidão na História: Estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848- Rio de Janeiro, Campus, 1991.

SANCHES, Mariana; Como país mais rico do mundo está afrouxando leis contra trabalho infantil. BBC News Brasil, 26 de junho de 2023. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce5n267xme3o> Acesso em 18 de dezembro de 2023.

SANTOS, Isabela Poscidonio; DA SILVA GUERRA, Lúcia Dias. Alimentação e autoritarismo no Brasil nos 70 anos de história: descompassos para o direito social à alimentação. **JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750**, v. 15, n. spec, p. e035-e035, 2023.

SARTORATO, Diego. BlackRock, o gigante devorando a colheita. O Joio e o Trigo – Jornalismo Investigativo sobre alimentação, saúde e poder. Disponível <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/11/blackrock-o-gigante-devorando-a-colheita/> Acesso em 09 de agosto de 2023.

SCHIAFFARINO, Júlia. Gestão Bolsonaro cortou em mais de 70% repasses para assistência social. Congresso em Foco. 07/01/2022. Disponível < <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repasses-para-assistencia-social/> > Acesso em 06 de agosto de 2023.

SEM AULAS DEVIDO À PANDEMIA, DISTRIBUIÇÃO DE MERENDAS AOS ALUNOS DO RN AINDA NÃO ESTÁ DEFINIDA. TRIBUNA DO NORTE. 28 março de 2020 <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sem-aulas-devido-a-pandemia-distribuia-a-o-de-merendas-aos-alunos-do-rn-ainda-na-o-esta-definida/476042> > Acesso em: 09 de agosto de 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei Dicionário de conceitos históricos / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.

SINGOLANI, Rogério Augusto. A história tem sabor: ensino de história, memória e cultura alimentar em ourinhos, SP (1927-1977)/ Rogério Augusto Singolani – Maringá, PR, 2020. Orientadora: Prof Dra. Solange Elisa Teté Ramos. Dissertação Mestrado profissional- Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História(Rede Nacional - polo Profhistória – UFRJ) Mestrado Profissional, 2020.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE.

SOARES, Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura. O Direito Humano à Alimentação Adequada sua Proteção no âmbito Internacional e Brasileiro. 2019. 143 P. (Mestrado em Direito Internacional) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28148?mode=full>

SODRÉ, Nelson Werneck, A farsa do neoliberalismo/ Prefácio de Luis Fernando Verissimo – Rio de Janeiro, Graphia, 1955. 2. Ed.

Steinbeck, John, 1902-1968, As vinhas da ira [recurso eletrônico] / John Steinbeck ; tradução Herbert Caro, Ernesto Vinhaes. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Record, 2013.

TENENTE, Luiza. Por ‘razão humanitária’, escolas se arriscam e deixam alunos levarem merenda para familiares com fome; ‘Foi o que me sustentou nos últimos meses’, diz mãe. G1. 03/07/2022. Disponível: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/07/03/por-razao-humanitaria-escolas-se-arriscam-e-deixam-alunos-levarem-merenda-para-familiares-com-fome-foi-o-que-me-sustentou-nos-ultimos-meses-diz-mae.ghtml>>

Acesso em: 09 de agosto de 2022.

THOMPSON, E. P, Costumes em Comum/ E. P Thompson; revisão técnica Antônio Negro, Cristian Menegue, Paulo Fontes – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, José Roberto de. Recessão pode deixar até mais 3,6 milhões sem ocupação este ano; total de 1998 chega a 6,6 milhões, Desemprego cresce 38% no governo FHC. Folha de São Paulo- Mercado. 31 de janeiro de 1999. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi31019919.htm> Acesso em: 05 de outubro de 2023.

TORRES, Ana Raquel Rosas et al. (orgs.). *Psicologia social: temas e teorias*. Brasília: Technopolitik, 2013.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 20–42, 2015. DOI: 10.20396/san.v16i2.8634783. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634783>. Acesso em: 17 jul. 2023.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, v. 18, p. 439-457, 2005.

VASCONCELOS, Hygino, Brasil esvazia estoques de alimentos e perde ferramenta para segurar preços, UOL Economia, 19 de setembro de 2020. Disponível:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/19/estoques-publicos-conab-alimentos-reducao.htm> Acesso em: 30 de novembro de 2022.

Welch, C. Agronegócios nos EUA: Uma Breve História do Modelo Norte-americano. Bolsista da Capes – PUC/SP e UNESP/PP (2003/05). Assoc. Professor of History, Grand Valley State University. Comunicação Coordenada – Mesa Redonda – O Campo na América Latina. *O AGRONEGÓCIO NAS AMÉRICAS: O MITO DO DESENVOLVIMENTO E A RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO*. Disponível: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CliffAgronegocios.pdf>> acesso em 15/01/2023.

Welle, Arthur. Furno, Juliane. Bastos, Pedro. O poder de compra do salário mínimo: dos governos Lula a Bolsonaro. Instituto de economia <<https://www.eco.unicamp.br/noticias/o-poder-de-compra-do-salario-minimo-dos-governos-lula-a-bolsonaro-nota-do-cecon-n-18>> Acesso em 14 de julho de 2023.

ZIEGLER, Jean, Destruição massiva Geopolítica da fome. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo, 2012.

ZIEGLER, Jean, Quando a comida vira um produto financeiro. Le Monde Diplomatique Brasil, 2012. <<https://diplomatique.org.br/quando-a-comida-vira-um-produto-financeiro/>> Acesso em 06 de agosto de 2023.